

GLAUCIA ANDRIOLI CHIARELLI

**A GRAMATICALIZAÇÃO DE *ENTÃO* NO PORTUGUÊS PAULISTA: UM ESTUDO
PANCRÔNICO**

Orientador: Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2011

GLAUCIA ANDRIOLI CHIARELLI

**A GRAMATICALIZAÇÃO DE *ENTÃO* NO PORTUGUÊS PAULISTA: UM ESTUDO
PANCRÔNICO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística)

Orientador: Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2011

Chiarelli, Glaucia Andrioli.

A gramaticalização de *então* no português paulista : um estudo
pancrônico / Glaucia Andrioli Chiarelli. - São José do Rio Preto : [s.n.],
2011.

139 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Gramática comparada e geral. 2. Linguística histórica – São Paulo
(Estado). 3. Mudanças linguísticas. 4. Língua portuguesa – Advérbio I.
Longhin-Thomazi, Sanderléia Roberta. II. Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81-112

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin Thomazi – orientadora

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos

Profa. Dra. Ana Paula Antunes Rocha

Suplentes

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio

AGRADECIMENTOS

A Deus,
por me conceder força nesse período tão importante.

A minha família,
pelo apoio e compreensão.

Ao meu namorado,
pelo incentivo e companheirismo.

À professora Sanderléia,
pela enorme confiança e pelos valiosos ensinamentos.

Às professoras Sandra e Ana Paula, pelas sugestões que enriqueceram este trabalho.

A todos os professores do Programa,
responsáveis direta ou indiretamente pela minha formação.

À CAPES,
pela ajuda financeira.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS.....	9
RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1. A junção de orações.....	16
1.1. Sobre a articulação de orações.....	16
1.2. Algumas abordagens funcionalistas.....	21
1.2.1. A proposta de Raible (2001).....	21
1.2.1.1. Hierarquia sintática.....	22
1.2.1.2. Relações semânticas.....	25
1.2.2. A proposta de Halliday (1985).....	27
1.2.2.1. Eixo tático.....	27
1.2.2.2. Relações lógico-semânticas.....	27
1.2.3. Relação entre as propostas de Raible (2001) e Halliday (1985).....	30
1.2.4. Um modelo de junção.....	31
1.2.5. Protótipo de conjunção.....	32
2. Gramaticalização.....	36
2.1. Histórico e conceito.....	36
2.2. Parâmetros de gramaticalização.....	39
2.3. Alterações semânticas: fatores cognitivos e pragmáticos.....	41
2.4. Alterações morfossintáticas.....	44
2.5. Gramaticalização de <i>então</i> : revisão bibliográfica.....	45
2.5.1. Martelotta e Silva (1996).....	46
2.5.2. Tavares (1999 e 2003).....	49
2.5.3. Pezatti (2001).....	54
3. Gramática Textual-Interativa.....	54
3.1. Conceitos básicos.....	54
3.2. Classificações de <i>então</i>	56

CAPÍTULO II: ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. O <i>corpus</i>	59
1.1. O <i>corpus</i> de escrita.....	64
1.2. O <i>corpus</i> de fala.....	69
2. Procedimentos metodológicos.....	72

CAPÍTULO III: A MULTIFUNCIONALIDADE DE *ENTÃO*

1. A multifuncionalidade de <i>então</i> nos dados de escrita.....	74
1.1. Preliminares.....	74
1.2. Descrição dos dados.....	75
1.2.1. <i>Então</i> anafórico temporal.....	75
1.2.2. <i>Então</i> sequenciador temporal.....	76
1.2.3. <i>Então</i> conclusivo.....	77
1.2.4. <i>Então</i> : usos ambíguos.....	90
1.3. Conclusões prévias.....	91
2. A multifuncionalidade de <i>então</i> nos dados de fala.....	90
2.1. Preliminares.....	92
2.2. Descrição dos dados.....	93
2.2.1. <i>Então</i> anafórico temporal.....	93
2.2.2. <i>Então</i> sequenciador temporal.....	93
2.2.3. <i>Então</i> conclusivo.....	94
2.2.4. <i>Então</i> sequenciador textual.....	102
2.2.5. <i>Então</i> : usos ambíguos.....	103
2.2.6. <i>Então</i> retomador.....	104
2.3. Conclusões prévias.....	106

CAPÍTULO IV: A GRAMATICALIZAÇÃO DE *ENTÃO*

1. Aspectos quantitativos: distribuição de <i>então</i> nas sincronias.....	108
2. Aspectos qualitativos: a gramaticalização do jutor <i>então</i>	110

CAPÍTULO V: *ENTÃO*, TRADIÇÃO DISCURSIVA E TIPO TEXTUAL

1. Dados de escrita.....	117
1.1. Análise quantitativa.....	117
1.2. Análise qualitativa.....	122

1.2.1. Reflexões sobre a TD carta.....	125
2. Dados de fala.....	127
2.1. Análise quantitativa.....	127
2.2. Análise qualitativa.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
BIBLIOGRAFIA.....	135

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

QUADROS

Quadro 1: Graus de integração sintática.....	23
Quadro 2: As relações semânticas.....	27
Quadro 3: As relações por expansão e projeção (HALLIDAY, 1985).....	29
Quadro 4: O modelo do contexto (HEINE, 2002).....	43
Quadro 5: O <i>corpus</i> de fala.....	70
Quadro 6: A mudança tempo>conclusão conforme o modelo de Heine (2002).....	114

TABELAS

Tabela 1: Total de cartas e páginas do <i>corpus</i> por século.....	68
Tabela 2: Total de cartas e páginas do século XIX.....	68
Tabela 3: Total de cartas e páginas do século XX.....	68
Tabela 4: Total de cartas e páginas do século XXI.....	69
Tabela 5: Número de ocorrências e frequência de <i>então</i> por função semântica (séculos XIX, XX e XXI).....	75
Tabela 6: Número de ocorrências e frequência de <i>então</i> por função semântica.....	92
Tabela 7: Correlação função semântica e modalidade de carta.....	118
Tabela 8: Correlação função semântica e tipo de texto.....	119
Tabela 9: Correlação tipo de texto e modalidade de carta.....	119
Tabela 10: Correlação função semântica e tipo de texto.....	129

FIGURAS

Figura 1: A macroestrutura do espaço semântico das relações intersentenciais (KORTMANN, 1996, p. 178).....	26
Figura 2: Tradições discursivas (KABATEK, 2006).....	60

GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência <i>token</i> de <i>então</i>	109
Gráfico 2: Correlação função semântica x século.....	109

RESUMO

O propósito desta pesquisa é investigar, a partir de uma perspectiva panorâmica, a multifuncionalidade sintático-semântica do item *então* em textos das formas de enunciação falada e escrita, como um fenômeno de mudança linguística por gramaticalização. Para tanto, a partir de propostas funcionalistas sobre *junção* (RAIBLE, 2001 e HALLIDAY, 1985), descrevemos os usos juntivos de *então*, focalizando traços sintáticos, semânticos, discursivos e pragmáticos. A Junção é entendida como um processo que se caracteriza pelo cruzamento de diferentes parâmetros, entre eles, os parâmetros hierarquia sintática e relações semânticas. Isso significa que um *juntor* é um item que liga sintaticamente orações ou porções textuais maiores e exprime alguma relação de sentido. O *corpus* utilizado para a análise é composto de (i) 21 inquéritos do Banco de Dados IBORUNA, organizados com amostras de fala do interior paulista e de (ii) textos escritos dos séculos XIX, XX e XXI, representativos de duas modalidades da Tradição Discursiva *carta*: cartas pessoais e cartas de leitores e redatores de jornais e revistas do Estado de São Paulo. A adoção da noção de Tradição Discursiva (KABATEK, 2006) permitiu não só um recorte teórico-metodológico do *corpus* de escrita, mas também o estabelecimento de correlações entre os diferentes usos do elemento *então* e os diferentes tipos de cartas analisados. Por meio da análise dos dados, verificamos que o item *então* apresenta diferentes graus de prototipicidade enquanto juntor, codificando diversas relações semânticas e pragmáticas, e, a depender do contexto, assume diversas configurações sintáticas. A partir desses resultados, pudemos refletir sobre o processo de gramaticalização sofrido pelo item *então*. A gramaticalização é entendida como o processo por meio do qual um item ou construção adquire, gradualmente, e em determinados contextos, funções mais gramaticais (HEINE et al., 1991, HOPPER e TRAUGOTT, 2003). Trouxemos novas contribuições a respeito da mudança semântica *tempo* > *conclusão*, destacando os contextos linguísticos associados a essa mudança; além disso, apresentamos indícios que sugerem uma mudança na direção *junção* > *não junção*, em que usos juntivos menos prototípicos podem configurar um estágio mais avançado de gramaticalização.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to investigate, in a panchronic perspective, the syntactic and semantic functions of the Portuguese item *então*, in written and oral texts, as a case of linguistic change by grammaticalization. Therefore, according to functionalist theories about *junction* (RAIBLE, 2001 e HALLIDAY, 1985), we described the junctive uses of *então*, focusing on the syntactic, semantic, discursive and pragmatic traits. Junction is understood as a process characterized by the mix of different parameters, among them, syntactic hierarchy and semantic relations. It means that a junctor is an item that syntactically links sentences or textual parts and expresses some sense. The *corpus* used to the analysis is made up by (i) 21 interviews of Banco de Dados IBORUNA (IBORUNA Database), organized with conversations samples from São Paulo countryside and (ii) written texts from 19th, 20th and 21st centuries, in two different types of the Discursive Tradition *letter*: personal letters and reader's and editor's letters from magazines and newspaper from São Paulo State. The use of Discursive Tradition notion (KABATEK, 2006) allowed us not only a theoretical and methodological selection of the written *corpus*, but also the establishment of relations between the different functions of *então* and the different types of letters analyzed. By analyzing the data selected, we checked that *então* presents different levels of prototypicality as a junctor, expressing a lot of semantic and pragmatic relations and, depending on the context, it assumes different syntactic designs. Due to those results, we could think about the grammaticalization process suffered by the item *então*. Grammaticalization is understood as a process in which items or expressions assume, gradually, and in some contexts, more grammatical functions (HEINE et al. 1991, HOPPER e TRAUGOTT, 2003). We presented new contributions concerned to the semantic change *time>conclusion*, emphasizing the linguistic contexts associated to this change; besides, we presented indications that suggest a change in the direction *junction>not junction*, in which junctive uses that are less prototypic can be at a more grammaticalized stage.

INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos de base funcionalista adotam uma abordagem que leva em conta a língua em uso, assumindo, assim, que as categorias linguísticas não são estanques, mas fluidas, que comportam diversas funções a depender do contexto em que são usadas. Ao estudar o comportamento de um elemento linguístico a partir de uma perspectiva funcional, o foco incide, portanto, nas diversas funções desempenhadas por esse elemento dentro dos diferentes contextos de uso, ou seja, os contextos linguísticos e não linguísticos têm implicações para as funções sintáticas, semânticas e pragmáticas desempenhadas por um item ou construção. Seguindo esse princípio, itens linguísticos sofreriam pressão do contexto, o que levaria à mudança linguística, especialmente em favor a um ganho de gramaticalidade. Uma das principais teorias que tratam desse tipo de mudança é a Gramaticalização, cujo objetivo é investigar como itens e/ou construções tornam-se mais gramaticais ao longo do tempo.

Propostas funcionalistas atuais, como Halliday (1985) e Raible (2001), também vêm trabalhando na noção de não discretude para os processos de combinação de orações. Essas propostas admitem que coordenação e subordinação são apenas dois dos processos de junção de orações e que, entre eles, haveria vários processos intermediários, os quais fariam parte de um contínuo.

Inserindo-se nessas orientações funcionalistas, o principal propósito desta pesquisa é proceder a um mapeamento da multifuncionalidade sintático-semântica do item *então* enquanto juntor, em dados de fala atuais, representativos do português paulista, e em dados de escrita dos séculos XIX, XX e XXI, particularmente da Tradição Discursiva *carta*.

A partir da discussão e análise de propostas funcionalistas sobre junção, entre eles, Halliday (1985) e Raible (2001), adotamos um modelo de junção fundado na não-discretude

dos processos e no cruzamento entre traços sintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos, e aplicamos na descrição da multifuncionalidade de *então*, reconhecendo os usos junctivos do item.

Com base nessa descrição, num segundo momento, investigamos questões relacionadas ao processo de gramaticalização sofrido pelo item *então*, sobretudo os aspectos relacionados aos fundamentos cognitivo e pragmático do processo, em que o item assume valores crescentemente abstratizados e pragmatizados.

Assim, o presente trabalho representa uma continuidade às discussões a respeito da multifuncionalidade de *então*, trazidas por pesquisadores tais como Risso (1996 e 2006); Pezatti (2001); Martelotta e Silva (1996); Arena (2008); Tavares (1999 e 2003), entre outros. Esses autores desenvolveram trabalhos voltados ao estudo do elemento *então*, os quais trouxeram expressiva contribuição sobre seu funcionamento no discurso e seu processo de gramaticalização. Todos esses autores focalizaram as diferentes funções que o item pode assumir. Nosso trabalho traz novas contribuições, principalmente a respeito de aspectos voltados à junção de orações, ainda pouco explorado pelos trabalhos mencionados.

Além disso, a descrição dos dados permitiu trazer reflexões acerca do funcionamento de *então* na Tradição Discursiva *carta*, bem como do funcionamento de *então* em tipos textuais da oralidade, contribuindo, assim, para os estudos do *Projeto para a História do Português Paulista*, projeto ao qual esta pesquisa se vincula.

Dessa forma, este trabalho encontra relevância no cenário linguístico atual na medida em que trata do elemento *então* com relação a aspectos ligados à junção, à mudança por gramaticalização, bem como traz contribuições a respeito da noção de Tradição Discursiva, cujo debate ainda hoje é cercado de controvérsias.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. No capítulo I, dividido em três grandes seções, apresentamos os preceitos que servirão de base teórica para o desenvolvimento deste

trabalho. Primeiramente, tratamos da noção de *junção*. Discutimos diversas propostas, avaliando suas contribuições, e apresentamos mais detalhadamente duas propostas de junção – a de Halliday (1985) e a de Raible (2001) – nas quais nos fundamentamos por considerarmos-nas relevantes para elaborar o modelo de junção adotado para a descrição das ocorrências de *então* nos vários *corpora*. Ainda nesse capítulo teórico, discutimos aspectos relacionados à teoria da Gramaticalização, apresentando sua definição e abordando os principais mecanismos que serão relevantes para análise de *então*. Privilegiamos as abordagens de Heine et al. (1991), Hopper e Traugott (2003), Heine (2003) e Heine e Kuteva (2007). Em seguida, revisitamos pesquisas que abordaram a gramaticalização de *então*. Por fim, na última seção, apresentamos os conceitos do universo da Gramática Textual-Interativa (JUBRAN, 2006a), como a noção de tópico discursivo, pois essa noção é importante para dar conta de determinados usos de *então* que colaboram para o desenvolvimento tópico.

No capítulo II, num primeiro momento, nosso foco recai sobre o paradigma da Tradição Discursiva, tal como proposto por Kabatek (2006), que fundamenta nossas decisões metodológicas. Apresentamos, na sequência, uma descrição detalhada do *corpus* selecionado para esta pesquisa: suas características linguísticas e sociais e os critérios para a seleção e recorte desse material. Nesse capítulo, encontram-se também os procedimentos metodológicos utilizados, que se baseiam, principalmente, em uma análise qualitativa, compatível com os objetivos propostos.

No capítulo III, a partir do modelo de junção adotado aliado aos pressupostos da Gramática Textual-Interativa, apresentamos a análise da multifuncionalidade do juntor *então*, que ora se comporta como juntor mais prototípico, ora menos prototípico. Mostramos, entre outras coisas, que o item pode assumir diversas funções semânticas e pragmáticas, as quais podem ter diferentes configurações na organização sintática, a depender do contexto.

No capítulo IV, reanalisamos aspectos do processo de gramaticalização de *então*, trazendo novas contribuições.

No capítulo V, abordamos as correlações entre as funções semânticas mapeadas para *então* à luz das características da Tradição Discursiva *carta*, para o *corpus* escrito, e os tipos textuais que compõem o *corpus* de fala. Mostramos, entre outras coisas, que as características sociais de cada amostra de escrita favorecem determinados usos de *então*. Certas funções de *então* também são privilegiadas em determinados tipos textuais encontrados no *corpus* de fala, dadas as características linguísticas de cada um.

Por fim, nas considerações finais, avaliamos os resultados obtidos, enfatizando os aspectos positivos.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. A Junção de Orações

1.1. Sobre a articulação de orações

De um modo geral, a tradição gramatical reconhece a articulação de orações em dois domínios: a coordenação e a subordinação, em que a primeira estaria ligada ao parâmetro *independência* e a segunda, ao parâmetro *dependência*. Assim, orações encadeadas por coordenação são independentes, já que possuem estatuto sintático idêntico e sentido próprio. Já na subordinação, a oração subordinada não tem sentido completo, depende da oração principal, e não possui autonomia sintática, pois consiste em um termo que exerce função na oração principal.

Diante dessa classificação, autores como Garcia (1985), Neves (2006), Azeredo (1990), dentre outros, questionaram as abordagens de alguns gramáticos sobre o tema articulação de orações, reconhecendo pontos problemáticos, como por exemplo: (i) o tratamento dicotômico dado aos processos de coordenação e subordinação, que acaba reunindo mecanismos bastante diferenciados; (ii) a falta de critérios quanto à noção de dependência e independência, que ora se baseia em critérios semânticos, ora sintáticos, ora confunde ambos; (iii) a falta de critérios na própria classificação semântica das orações, que se concentra ou no sentido veiculado (a oração é adversativa porque apresenta sentido adversativo) ou no elemento conector expresso (a oração é adversativa porque apresenta conjunção adversativa); e (iv) o tratamento dado aos elementos conectores, geralmente classificados como conjunções, o que às vezes leva a equívocos, pois a junção pode ser dar por meio de advérbios juntivos (cf. NEVES, 2000), preposições, entre outros.

Todo esse questionamento se deve, em parte, ao fato de muitos gramáticos não reconhecerem a multifuncionalidade dos conectores, e o que foge da correlação uma forma – uma função é analisado de modo simplificado como exceção. Esse é o caso do *e* que, classificado como conjunção coordenada aditiva, normalmente conta com apenas uma nota advertindo que ele pode assumir sentido adversativo.

Com relação às construções conclusivas especificamente, a Gramática Tradicional as classifica no grupo das orações coordenadas, ao lado das adversativas, explicativas, alternativas e aditivas. Entretanto, é possível perceber que as orações coordenadas se configuram de modo heterogêneo.

Azeredo (1990), por exemplo, separa as coordenadas em dois subgrupos: as aditivas e alternativas de um lado, e as adversativas, explicativas e conclusivas de outro, sob a alegação de que as duas primeiras exprimem relações gramaticais e as outras, relações lógicas. Na verdade, Koch (2000), explica que as adversativas, explicativas, e conclusivas podem ter atuação não só em relações lógicas, mas também em discursivo-argumentativas, funcionando como operadores argumentativos. Estabeleceriam, assim, relações pragmáticas, retóricas, e argumentativas, entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos e entre parágrafos de um texto¹.

Garcia (1985) salienta que não se pode falar em independência de algumas coordenadas, uma vez que independência significa autonomia não só de função, mas também de sentido. Como visto, a Gramática Tradicional define as coordenadas como autônomas e Garcia questiona essa definição, visto que, para ele, as conjunções coordenativas que expressam motivo, consequência, e conclusão não ligam orações da mesma natureza e a oração encabeçada por elas não goza de autonomia sintática.

¹ Koch (2000) diferencia relações lógico-semânticas de relações discursivas ou argumentativas. De acordo com a autora, as primeiras têm a função de estabelecer relações lógico-semânticas entre duas orações de um mesmo enunciado, enquanto as segundas são responsáveis pela estruturação de enunciados em texto, por meio de enunciados sucessivos, sendo cada um deles resultante de um ato de fala distinto.

O autor, portanto, nega que haja independência em orações do tipo “está chovendo, portanto não sairemos”. Assim, Garcia sustenta a noção de *falsa coordenação*, em que se estabelece uma coordenação gramatical e subordinação psicológica. Para o autor, a alegação das gramáticas de que as orações coordenadas têm sentido próprio não procede. Uma relação conclusiva como “está chovendo, portanto não sairemos” resulta de uma interdependência entre as orações, pois a conclusão é decorrente da primeira oração, ou seja, é decorrente de uma premissa. Nas palavras de Garcia “as conclusivas (*logo, pois, portanto*) entrosam orações de tal modo que aquilo que se afirma na segunda é consequência ou conclusão (resultado, efeito) do que se declara na primeira” (GARCIA, 1985, p. 19).

Ao discorrer sobre coordenação e subordinação, Koch (2008) cita Borba (1979), para quem as orações justapostas, geralmente consideradas pelos gramáticos como coordenadas assindéticas, também mantêm nítida relação de dependência semântica. Como exemplo, temos: “não fui à festa de seu aniversário: não me convidaram” e “não fui à festa de seu aniversário: não posso saber quem estava lá”. Mesmo sem o conectivo, a partir de pistas contextuais, depreende-se da primeira uma relação de causa e da segunda, de conclusão.

Em um estudo sobre a subordinação e coordenação, Marques (2006) analisou anúncios publicitários e verificou casos em que temos uma nítida relação de subordinação semântica em uma estrutura justaposta do tipo “Falou. Ganhou”. As relações semânticas, segundo a autora, podem ser de condicionalidade (se você falar, você vai ganhar) e de causa-consequência (já que você falou, você ganhou). A autora também cita casos de falsa coordenação como “Mude para a TIM e ganhe mais créditos”, em que, apesar de as sentenças serem coordenadas sintaticamente, semanticamente temos interdependência, configurando uma condicionalidade e causa-consequência (se você mudar para a TIM, você vai ganhar mais créditos). Isso mostra as complicações que decorrem de classificar as orações de modo dicotômico como faz a gramática normativa – por exemplo, *oração coordenada conclusiva*,

oração subordinada adverbial condicional, etc. Como a pesquisadora mostrou, uma relação semântica como a condição pode se dar sintaticamente tanto na coordenação como na subordinação; por isso, é necessário definir bem os critérios utilizados.

Blühdorn (2008) afirma que os termos coordenação e subordinação são conceitos estritamente *sintáticos*. Coordenação prototípica é um processo de conexão não hierárquica entre os elementos articulados, o que significa que eles são de mesma natureza formal e funcional. Já subordinação prototípica² é um processo de ligação hierárquica, em que os constituintes são de categorias formais e funcionais distintas. Na coordenação, então, a junção é estabelecida por sequenciação linear, enquanto que, na subordinação, temos um elemento dominante e outro dominado. Para o autor, do ponto de vista *semântico*, a junção de orações pode ser (i) simétrica, quando os elementos articulados são semanticamente equivalentes, e (ii) assimétrica, quando os elementos não são semanticamente equivalentes.

Blühdorn defende que a distinção entre coordenação e subordinação (relações sintáticas) e entre simetria e assimetria (relações semânticas) são independentes. Isso significa que podemos ter relações coordenadas simétricas e assimétricas, assim como relações subordinadas simétricas e assimétricas. A oração do tipo “the penguins were yellow-brown and the giraffes were black and white³”, sintaticamente é coordenada e, semanticamente, simétrica: não há relação hierárquica entre eles, podendo, inclusive, alterar a ordem das sentenças sem alterar o sentido. Na frase “Mary went to McDonald’s, therefore she began to feel hungry⁴” embora a relação sintática também seja coordenada, semanticamente, as proposições são assimétricas, hierárquicas. De um lado, temos o ponto de referência causal (*landmark*) – Mary ir ao McDonald’s –, de outro, temos o “trajetor” (*trajector*) – Mary sentir fome. O “trajetor”, dessa forma, *deriva* da primeira oração.

² O autor prefere falar em coordenação ou subordinação prototípica por conta de estudos atuais que mostram que esses dois processos não são dicotômicos, mas partes de um contínuo.

³ Os pinguins eram amarelos e marrons e as girafas pretas e brancas.

⁴ Mary foi ao McDonald’s, portanto começou a sentir fome.

Além das questões sintáticas e semânticas, Neves (2006) focaliza critérios pragmáticos e discursivos que envolvem a junção de orações. Ela mostra que questões pragmático-discursivas extrapolam as regras sintáticas de articulação de orações a ponto de algumas orações adverbiais, chamadas pela Gramática Tradicional de subordinadas e, portanto, dependentes, poderem ser expressas sem as principais como “Se eu pudesse mudar dessa favela! Tenho a impressão de que estou no inferno”. Segundo Neves, verifica-se até maior autonomia nessas orações adverbiais do que em orações coordenadas adversativas. Por exemplo, na frase “Benito reformou contrato com a Renascença, mas há ainda muita gente com vínculos vencidos”, a segunda oração nunca ocorreria como autônoma como a condicional apresentada. De acordo com a autora, a definição tradicional de conjunção coordenativa como a palavra que liga dois termos ou orações gramaticalmente idênticos não consegue responder totalmente pelo estatuto desse tipo de elemento.

No exame das conjunções, *e*, *ou* e *mas*, ditas coordenativas típicas por muitos autores, Neves (2006) verificou que essas palavras muitas vezes extrapolam a organização puramente sintática da frase e constituem articuladores de altíssimo valor semântico-discursivo, iniciando parágrafos, capítulos de livros e até obras. Nesses casos, esses itens fazem junção externa à organização sintática.

A esse respeito, Guimarães (1980 – *apud* Koch, 2008) comenta que “as conjunções coordenativas aparecem não só entre orações de um mesmo período, mas também encadeando orações de períodos diferentes ou encadeando parágrafos entre si. Devem, por isso, ser consideradas como operadores do discurso” (KOCH, 2008, p. 120).

Nesta seção, nosso interesse foi abordar o tema articulação de orações a fim de discutir questões acerca dos limites entre coordenação e subordinação, sobre os seus critérios definidores, sobre o parâmetro (in)dependência, bem como sobre a natureza dos jutores. A partir de trabalhos de estudiosos no assunto, verificamos que a tradição gramatical não dá

conta de explicar adequadamente o funcionamento do fenômeno da junção, uma vez que seu modelo de junção apresenta inconsistências e limitações, como comentamos anteriormente. Além disso, a gramática normativa reúne sobre o rótulo *combinação de orações* processos de natureza diversa, como o encaixamento.

Nas próximas subseções, passamos a expor em mais detalhes propostas que servirão para fundamentar o modelo de junção adotado neste trabalho.

1.2. Algumas abordagens funcionalistas

Apresentamos, abaixo, duas propostas sobre combinação de orações que consideramos relevantes, na medida em que buscam aliar os critérios semânticos e sintáticos na junção de orações, além de tratar coordenação e subordinação de modo escalar, como partes de um contínuo, ou seja, não dicotômico.

1.2.1. A proposta de Raible (2001)

De acordo com Raible (2001), a comunicação humana é fundamentalmente baseada em textos, turnos, e não apenas em proposições, sentenças e orações. Raible destaca que a noção de junção se sustenta basicamente em cinco parâmetros: (i) *hierarquia sintática*, que remete aos diferentes graus de integração e dependência entre as unidades; (ii) *relações semânticas*, que remetem a uma escala cognitiva de complexidade crescente; (iii) *dinamismo comunicativo*, que se refere ao fato de que unidades articuladas têm diversos estatutos informacionais; (iv) *manutenção da referência*, que remete aos diferentes procedimentos de referenciação anafórica e catafórica e (v) *gênero textual*, que está relacionado ao conhecimento de um gênero e seu vocabulário característico.

Nosso interesse recai nos dois primeiros parâmetros, pois é a partir do cruzamento entre eles que os juntores de uma língua são caracterizados, segundo o autor. Raible afirma

que juntores são elementos que estabelecem coesão no texto, e podem ser de diversos tipos: conjunções, advérbios fóricos, dêiticos, preposições, construções com gerúndios e participípios, entre outros.

1.2.1.1. Hierarquia sintática

Conforme Raible (2001), na combinação de elementos proposicionais, são estabelecidas diversas relações de sentido, como tempo, causa, conclusão, concessão, etc., desempenhando importante papel na junção. Segundo Raible, uma única relação semântica pode ser expressa de diversos modos, ou seja, em diferentes níveis da arquitetura sintática. O critério da hierarquia sintática, dessa forma, trata das diferentes estratégias de combinação e integração de orações, dispostas em um *continuum*, cujos pólos seriam as estratégias de *agregação e integração*.

Para o autor, o pólo mais à esquerda seria o da *agregação*. Na *agregação*, a estratégia de ligação seria a justaposição de orações, sem juntor explícito, como no exemplo abaixo:

(1) Joana está doente. Ela permanece em casa.

A relação de sentido constituída na sentença acima é de causalidade, inferida a partir do contexto, já que, na justaposição, não há juntor explícito que mostre essa relação.

Já o pólo mais à direita se refere à *integração*, no qual as duas orações estariam totalmente integradas em uma:

(2) Joana permanece em casa por motivo de doença.

Assim, a mesma relação de causalidade foi organizada de modos distintos na arquitetura sintática.

Entretanto, entre esses dois pólos, haveria uma quantidade de estratégias intermediárias com variados graus de dependência e/ou integração, conforme sugerem os exemplos abaixo, adaptados do trabalho do autor:

- (3) Joana está doente. Por isso ela permanece em casa.
- (4) Joana está doente, pois ela permanece em casa.
- (5) Já que Joana está doente, ela permanece em casa
- (6) Estando doente, Joana permanece em casa.

Nos exemplos acima, a *causalidade* é estabelecida pelos juntores explícitos *por isso*, *pois* e *já que*, e por uma construção com gerúndio, respectivamente. Entretanto, há uma diferença entre os níveis de dependência e integração das orações, indicando que elas estariam em pontos diferentes do *continuum*, sendo que (3) e (4) estariam mais à esquerda, aproximando-se da agregação e (5) e (6) estariam mais à direita, aproximando-se mais de uma integração.

Kabatek (2006), fundamentando-se nos trabalhos de Raible (2001), elenca sete diferentes padrões sintáticos de junção que estariam em um contínuo, conforme ilustra o quadro a seguir:

I	Junção por justaposição (sem juntor explícito)
II	Junção pronominal (relações dêiticas e fóricas com a frase anterior)
III	Junção por coordenação (com juntor explícito)
IV	Junção por subordinação (hipotaxe e encaixamento)
V	Junção com gerúndios e participios
VI	Junção com grupos preposicionais
VII	Junção com preposições

Quadro 1: Graus de integração sintática

Do nosso ponto de vista, a heterogeneidade dessa proposta pode gerar complicações, por exemplo, a reunião de mecanismos de combinação de orações e mecanismos de

constituência, do tipo encaixamento, que são de outra natureza⁵, além disso, junta processo com classe gramatical (preposições). Apesar dessa limitação, entendemos que a proposta de Raible apresenta vários pontos positivos, em especial, a noção de contínuo nos processos de combinação.

Esse modelo se assemelha, em parte, à proposta sobre articulação de orações de Hopper e Traugott (2003), os quais abordam essa questão em termos de parataxe, hipotaxe e encaixamento, a partir da combinação dos traços **dependência** e **integração**, dispostos em um **contínuo**, assim como sustenta Raible.

Hopper e Traugott estabelecem três graus distintos para o processo de junção de orações: (i) parataxe ou relativa independência (-dependência -integração), (ii) hipotaxe ou interdependência, em que há um núcleo e uma ou mais sentenças margens, que são relativamente dependentes e não se configuram constituintes da oração núcleo (+dependentes, -integradas); e (iii) subordinação ou encaixamento/integração, configurando completa dependência, em que a oração margem é um constituinte da oração núcleo (+dependente, +integrada). Assim, dispostos em um contínuo, as orações paratáticas justapostas não apresentam integração sintática, estando mais à esquerda desse contínuo, enquanto que orações completivas e relativas estariam mais integradas e mais à direita, portanto.

Segundo Hopper e Traugott, a combinação de orações está relacionada com o processo de gramaticalização, em que haveria uma tendência unidirecional para a mudança linguística, conforme o esquema abaixo:

PARATAXE > HIPOTAXE > SUBORDINAÇÃO

⁵ Para Halliday (1985) e Neves (2006), *encaixamento* não é um caso de junção de orações como parataxe e hipotaxe, mas um mecanismo pelo qual uma oração tem a função de um constituinte dentro da estrutura de outra oração.

Desse modo, sentenças paratáticas seriam menos gramaticalizadas enquanto as subordinadas estariam em um nível mais avançado de gramaticalidade.

Todavia, conforme Alconchel (2008), a mudança de um estágio para o outro não está relacionada com uma mudança cronológica. Em qualquer momento histórico se observam os três tipos de combinação.

1.2.1.2. Relações semânticas

Segundo Raible (2001), tratar de junção implica discutir as relações semânticas estabelecidas entre proposições, como tempo, condição, concessão, causa, etc. Como visto anteriormente, Raible destaca que as relações semânticas podem estar implícitas ou podem ter representação na superfície do texto por meio da inclusão de juntores de vários tipos, e, dessa forma, haveria várias possibilidades de expressar as relações em diferentes níveis da arquitetura sintática.

Raible levanta algumas questões sobre as relações de sentido que emergem da junção, tais como: como conceber essas relações? Há um número ilimitado? São universais? Como seriam adquiridas? (RAIBLE, 2001, p. 606). Para responder a essas questões, há várias abordagens, segundo o autor. A primeira é *empírica*, ou seja, foca na observação de determinadas línguas a fim de tecer tendências a respeito dessas relações semânticas. Para exemplificar, o autor cita o trabalho de Kortmann (1997), que, com base no estudo de várias línguas europeias, agrupou as relações semânticas em quatro macrocategorias: “CCC” (causa, condição, concessão); “TEMPO”; “LUGAR”; e “MODO”. A existência dessas relações em grande escala favorece a ideia de categorias universais da cognição humana. Kortmann também combinou uma segunda abordagem à primeira: *a diacronia*, pois, para ele, haveria uma direção para a mudança semântica. A partir de seu estudo, então, Kortmann propôs um

“mapa cognitivo” que esclarece a direção da mudança semântica, conforme ilustra a figura a seguir:

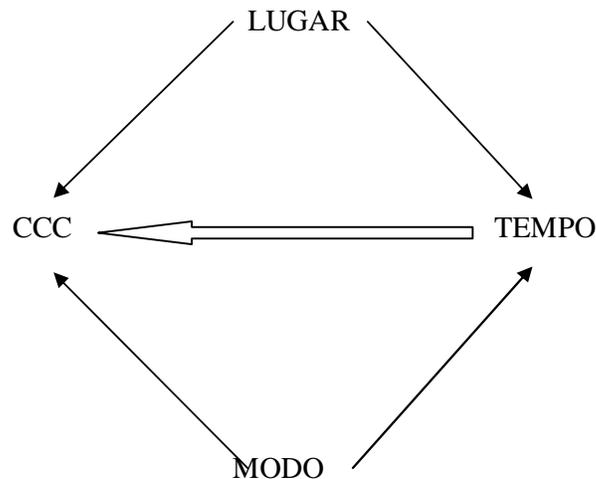


Figura 1: A macroestrutura do espaço semântico das relações intersentenciais (KORTMANN, 1996, p. 178)

Dessa forma, o autor afirma que relações temporais podem ser originadas de relações de lugar e de modo, mas não o contrário. E qualquer uma dessas três relações pode servir de base para a formação de relações “CCC”. Isso indica que as relações “CCC” são provenientes de várias fontes, mas especialmente das relações temporais (seta larga), ou seja, o estudo de Kortmann verificou que “TEMPO” é o grande responsável por formar relações “CCC”, não ocorrendo o inverso, de acordo com o *corpus* utilizado em seu trabalho⁶.

Raible (2001), retomando e complementando o trabalho de Kortmann (1997), acrescenta ainda uma terceira abordagem: *a ontogênese*. Para Raible, é possível estabelecer certa “ordem” na aquisição das relações semânticas em primeira língua, em que as mais complexas seriam adquiridas mais tardiamente a partir de outras menos complexas, por exemplo, *tempo > causa, causa > finalidade*.

⁶ Seu estudo tomou como base a análise de 50 línguas europeias modernas e 3 línguas extintas, representando 40% das línguas da Europa.

Uma possível ordem de complexidade das relações semânticas que Raible considera está no quadro 2, adaptado de Raible (2001):

Padrões	1	2	3	4	5	6	7	8
Tipos de relação semântica	L u g a r	M o d o	C o n d i ç ã o	T E m p o	C a s a l i d a d e	C o n s e q u ê n c i a	F i n s a l i d a d e	C o n c e s s ã o

Quadro 2: As relações semânticas

É importante destacar o tratamento dado por Raible (2001) para a relação *condicionalidade*, já que essa proposta contraria a visão de Kortmann (1997) e de vários outros autores que pesquisaram sobre o tema. Para Raible (2001), *condicionalidade* seria uma relação mais básica que *tempo*. Já para Kortmann (1997), as relações “CCC” (domínio em que está *condição*) são provenientes, principalmente, de relações temporais, mas não o contrário (cf. Figura 1).

1.2.2. A proposta de Halliday (1985)

Halliday (1985) também estabelece correlações entre função semântica e arranjo sintático. Para o autor, a relação entre as orações se dá como uma forma de modificação, ou seja, em blocos enunciativos complexos, certas orações modificam outras. A fim de entender o conceito de modificação, é preciso observar combinação de dois parâmetros: (i) *eixo tático* e (ii) *relação lógico-semântica*.

1.2.2.1. Eixo tático

O eixo tático se refere à interdependência entre os elementos proposicionais, que se resolve, segundo o autor, em *parataxe* e *hipotaxe*. A primeira é a relação entre elementos de igual estatuto (uma oração inicia e a outra continua), e a segunda é a relação entre um elemento dependente e outro dominante. O autor salienta que uma típica oração complexa é uma mescla de parataxe e hipotaxe, e que todas as estruturas “lógicas” de uma língua são ou paratáticas ou hipotáticas. No exemplo abaixo, é possível perceber essa mescla:

(7) Eu iria se pudesse (A), mas não posso (B).

Com relação à parataxe, essa estrutura pode ser dividida em dois segmentos A e B, de igual estatuto, em que A é o início e B é a continuidade, havendo, então, independência sintática entre eles. Já no que diz respeito à hipotaxe, o segmento A pode ser subdividido, sendo “eu iria” uma oração e “se pudesse” outra oração. Entre ambas há interdependência, em que a primeira é a oração dominante, e a segunda, a dependente. De modo similar a Raible, parataxe e hipotaxe podem ser pensadas como dois pontos de uma escala, pois haveria diferentes graus de dependência entre as orações, ou seja, certas estruturas estariam no limite entre parataxe e hipotaxe.

1.2.2.2. Relações lógico-semânticas

Halliday agrupa as diversas relações de sentido em dois blocos sistêmicos: *expansão* e *projeção*, ambos se correlacionando tanto na parataxe como na hipotaxe.

Na expansão, a oração secundária (de continuidade, na parataxe, e dependente, na hipotaxe) expande a oração primária (inicial, na parataxe, e dominante, na hipotaxe) por meio das opções de elaboração, extensão e realce.

Na projeção, a oração secundária é projetada através da primária, e se expressa por meio de uma locução ou ideia, sendo o discurso direto e indireto seus representantes. Por estar

fora do escopo do nosso objeto, a relação semântica “projeção” não será aprofundada. Vejamos o quadro abaixo (com destaque para a expansão, relação em que está inserido nosso objeto):

Expansão	Elaboração – uma oração elabora, clarifica, especifica, detalha e explica a primeira. (<i>isto é, na verdade, por exemplo</i>)
	Extensão – uma oração amplia o significado da outra, adicionando informações, indicando exceções, dando alternativas (<i>e, mas, nem, ou</i>).
	Realce – uma oração realça o significado da outra, qualificando-a quanto a tempo, causa, lugar, modo, condição (<i>então, assim, porém</i>).
Projeção	Locução: (diz) uma oração é projetada através da outra que a apresenta como uma locução.
	Ideia: (pensa) uma oração é projetada através da outra que a apresenta como uma ideia, uma construção de significado.

Quadro 3: As relações por expansão e projeção (HALLIDAY, 1985)⁷

Para a análise de *então*, o foco está na expansão por realce, que apresenta as seguintes especificações semânticas:

- a) **Temporal:** mesmo tempo, tempo posterior e anterior
- b) **Espacial:** mesmo lugar
- c) **Modo:** meio, comparação
- d) **Causal-condicional:** causa-efeito, efeito-causa, condição positiva, condição negativa, concessão-consequência, consequência-concessão.

De acordo com Halliday, essas relações semânticas podem ser combinadas com a parataxe, bem como com a hipotaxe. Halliday registra que a combinação de realce com a parataxe resulta em um tipo de co-ordenação, mas com uma característica circunstancial incorporada, ou seja, os elementos são coordenados sintaticamente, mas se diferenciam da elaboração e da extensão devido ao traço circunstancial, característico de uma oração adverbial. A combinação entre realce e hipotaxe resulta no que comumente se chama de

⁷ Os junciores mencionados no quadro são os correspondentes em português dos itens mencionados por Halliday em inglês.

“oração adverbial”. Assim, na hipotaxe, há orações de tempo, lugar, modo, causa, condição e concessão, que podem ser finitas ou não finitas.

1.2.3. Relação entre as propostas de Raible (2001) e Halliday (1995)

Toda essa explanação mostrou que, de um modo geral, ambas as propostas parecem produtivas para uma análise de junção, por várias razões, que passaremos a explicitar abaixo.

Ao tratar do eixo sintático, as duas propostas apresentam a noção de **contínuo**, o que avaliamos como um grande avanço. Coordenação e subordinação, considerados os únicos processos pela norma gramatical, nesses modelos de junção são apenas dois dos vários processos existentes.

Halliday (1985), embora classifique certas relações na parataxe e outras, na hipotaxe, mostra que alguns processos não são bem delimitados. Como exemplo, o autor afirma que certas conjunções normalmente envolvidas em construções hipotáticas, como *quando* (when) e *porque* (because), em certos contextos, assumem função paratática. De modo semelhante, ao estabelecer os sete tipos de junção sintática, Raible (2001) argumenta que elas devem ser vistas como um contínuo entre os polos agregação e integração.

Um ponto importante dessas propostas, diferentemente do que propõe a visão tradicional, é que elas mostram que uma relação semântica não está restrita a apenas um nível de articulação sintática (coordenação ou subordinação, por exemplo), mas pode ter diferentes realizações, isto é, uma relação como “tempo” pode estar organizada sintaticamente tanto na parataxe como na hipotaxe, bem como no contínuo entre esses processos, como ilustrado nos próximos exemplos, que criamos:

(8) Andei três quadras, virei à direita

(9) Andei três quadras, depois virei à direita.

(10) Andei três quadras, aí virei à direita.

(11) Andei três quadras, e virei à direita.

(12) Logo que andei três quadras, virei à direita.

Outra questão fundamental é o fato de, na combinação de orações, esses pesquisadores tratarem de juntores e não especificamente de conjunções⁸, que constituem apenas um dos tipos de juntores. Para Raible, os juntores são elementos que promovem elo entre orações ou partes maiores do texto e podem ser de diversos tipos: conjunções, advérbios, construções reduzidas, preposições, elementos dêiticos, entre outros, como já mencionado.

Também interessa nesses modelos a apresentação das relações de sentido. Ambos propõem macrocategorias semântico-cognitivas (realce, elaboração, CCC, etc.), que mostram parentesco semântico e alimentam relações polissêmicas.

1.2.4. Um modelo de junção

A partir das propostas de junção apresentadas, consideramos **juntor** prototípico um item que tem a propriedade de articular, ligar orações ou porções textuais maiores, estabelecendo uma relação de sentido entre essas partes do texto.

No modelo de junção que adotamos, os juntores podem desempenhar função na: (i) *sentença*, ligando orações, o que leva a um amarramento maior no âmbito sintático; e no (ii) *texto*, no discurso, ligando partes maiores do texto e funcionando como um articulador textual. É preciso salientar que, de nosso ponto de vista, esses dois níveis de articulação não são discretos, mas estão dispostos em um contínuo e as marcas de junção podem vir de várias categorias como advérbios juntivos, conjunções e marcadores discursivos sequenciadores.

Nossa proposta de junção possui aspectos semelhantes à que Risso (2006) dispensa na análise de *então*. Para a autora, *então* pode atuar no nível sentencial e textual-interativo, ou seja, o juntor *então* pode amarrar sentenças ou partes maiores do texto e, assim como Risso

⁸ Na seção (1.2.5) trataremos da definição de conjunção em termos de prototipicidade.

também destaca, há um contínuo entre a articulação sentencial e textual. No entanto, a autora trata esse item como um conector sentencial, no primeiro caso, e um marcador discursivo, no segundo. Segundo proposta que defendemos aqui, *então* pode ser um juntor (mais ou menos prototípico) em qualquer um desses níveis de análise.

Portanto, no modelo de junção que adotamos, baseado principalmente em Raible (2001) e Halliday (1985), quando o item estabelece algum vínculo **sintático-semântico** entre fragmentos do texto, independentemente de sua extensão, tem-se um juntor. Esses juntores estariam dispostos em um contínuo cujos pólos seriam *junção pronominal*, mais à esquerda e *junção hipotática*, mais à direita, sendo a *junção paratática* um estágio intermediário. Para determinar se uma função de *então* está mais próxima de uma junção pronominal, paratática ou hipotática, levamos em conta a natureza das unidades sintáticas envolvidas, bem como a relação de sentido (mais simétrica ou assimétrica e/ou continuação ou interdependência). Aliamos, dessa forma, critérios semânticos e sintáticos, como defendido nas propostas de Raible (2001) e Halliday (1985).

Também interessam neste trabalho usos de *então* como um juntor não prototípico, casos em que a junção desempenhada pelo item não se situa no plano sintático, mas no plano semântico-discursivo, como, por exemplo, ocorrências em que *então* pode estabelecer junção com outra situação discursiva. Usos juntivos prototípicos e não prototípicos são importantes neste trabalho, pois nosso intuito é mostrar a flutuação desses usos e estabelecer uma rota de gramaticalização que vai da junção para a não junção, ou seja, ao perder traços juntivos, o item se gramaticaliza.

1.2.5. Protótipo de conjunção

Nas seções anteriores, mencionamos que a norma gramatical, ao tratar de articulação de orações, classifica todos os elementos de junção como conjunções, apesar das claras diferenças.

Cunha e Cintra (2001), por exemplo, classificam como conjunções subordinativas temporais os seguintes itens linguísticos: *quando, enquanto, mal, sempre que e desde que*. No entanto, esses elementos são de natureza distinta (conjunção, advérbio e perífrase). Dessa forma, conforme já argumentamos, as conjunções são apenas um dos tipos de juntores. Muitas vezes, a combinação pode se dar por vários outros meios, dentre eles, por um advérbio que, por suas características fóricas, funciona como um conector e se assemelha a uma conjunção.

Neves (2000) se refere a esses advérbios pronominais como *advérbios juntivos*, entendendo que eles operam junção de orações, ao mesmo tempo em que se referem a alguma porção da oração ou do sintagma anterior. Em geral, indicam contraste (*entretanto, no entanto*) ou conclusão (*então, por isso*). Para a autora, são itens ainda em processo de gramaticalização como conjunções. Entre esses elementos, ela destaca *então* como um item em estágio mais avançado de gramaticalização.

Em razão dessa flutuação na classe das conjunções, consideramos fundamental discutir protótipo de conjunção. Para tanto, retomamos os trabalhos de Quirk et al. (1972) e de Pezatti (2001).

Quirk et al. (1972), ao abordarem as características das conjunções coordenativas do inglês *and* e *or*, por um lado e *but*⁹, por outro, consideram-nas conjuntamente como “conjunções coordenativas puras”, ou seja, são prototípicas, as mais representativas da classe. Os autores relacionam as seguintes características para a conjunção coordenada prototípica:

(i) é restrita à posição inicial. Ocupa a primeira posição na oração em que é inserida:

(13) a. *John toca guitarra e sua irmã toca piano.*

⁹ Os itens correspondentes em português dessas três conjunções são respectivamente *e, ou* e *mas*.

b. **John toca guitarra; sua irmã e toca piano*

(ii) é sequencialmente fixa. Não se pode mudar a ordem das sentenças sem alterar o sentido.

Isso se deve a restrição de natureza lógica, semântica ou até mesmo à relevância de ordem pragmática:

(14) a. *Eles estão morando na Inglaterra ou eles estão passando umas férias lá.*

b. **Ou eles estão passando umas férias lá, eles estão morando na Inglaterra.*

(iii) não é precedida por outra conjunção:

(15) a. *Ele estava infeliz sobre isso, e no entanto ele fez o que pediram.*

b. **Ele estava infeliz sobre isso, e mas ele fez o que pediram.*

(iv) permite elipse do sujeito da oração que ela introduz, se o sujeito for co-referencial:

(16) *Eu posso ver você amanhã ou (eu) posso telefonar mais tarde ainda hoje.*

(v) pode ligar cláusulas subordinadas:

(17) *Ele pediu para ser transferido, porque ele estava infeliz e (porque) ele não via nenhuma possibilidade de promoção, e (porque) as condições eram muito melhores no outro escritório.*

(vi) pode ligar mais de duas cláusulas coordenadas. É o caso de *e* e *ou* quando há ideia de somatória:

(18) *John pode levá-los de carro, Mary pode ir com eles de ônibus ou eu posso chamar um táxi para eles.*

Pezatti (2001) também trata de prototipicidade ao analisar o item *então*. O objetivo do seu trabalho é exatamente investigar se o elemento *então* pode ser considerado uma conjunção legítima. Com base nas propriedades de *logo*, eleita a conjunção conclusiva prototípica, Pezatti estabeleceu alguns parâmetros caracterizadores, que em grande parte se sobrepõem aos de Quirk et al. (1972). Assim, para a autora, a conjunção coordenada prototípica:

(i) não apresenta mobilidade no interior da sentença que ocupa, sendo fixa na posição inicial:

- (19) a. *O narciso é uma flor, logo pertence ao reino vegetal*
 b. **O narciso é uma flor, pertence, logo, ao reino vegetal.*

(ii) não pode ser precedida de outra conjunção, como uma aditiva, por exemplo:

- (20) **O narciso é uma flor, e logo pertence ao reino vegetal.*

(iii) pode articular termos, como as demais conjunções coordenativas (*e, ou e mas*):

- (21) *Você está sentindo a sua emoção, daí ser mais fidedigno, logo mais verdadeiro.*

(iv) não fica sob o escopo de focalizadores, como advérbios de inclusão/exclusão e clivagem:

- (22) **O narciso é uma flor, é logo que pertence ao reino vegetal.*

(v) não permite mudar a ordem das sentenças sem comprometer o sentido ou a própria gramaticalidade da construção:

- (23) *ela fala muito pouco ela fala um... vocabulário dela é composto por umas quarenta palavras mais ou menos...e ela não faz frase então eu pensei que ela fosse ter dificuldades na escola*

- (24) **então eu pensei que ela fosse ter dificuldades na escola ela fala muito pouco ela fala um...vocabulário dela é composto por umas quarenta palavras mais ou menos...e ela não faz frase*

A partir dessas considerações sobre prototipicidade de conjunção e da construção coordenativa, podemos depreender que as características de *não apresentar mobilidade na sentença; ser restrito à posição inicial; não poder ser precedido de outra conjunção e não poder inverter as sentenças* constituem-se parâmetros importantes na classificação de um elemento como conjunção coordenativa propriamente dita. Dessa forma, a caracterização da categoria *conjunção* não se baseia só no item em si, mas no funcionamento do item dentro da construção.

2. Gramaticalização

2.1. Histórico e conceito

De acordo com Heine et al. (1991), a noção de que formas gramaticais se desenvolvem a partir de formas lexicais é bem antiga e foi reconhecida fora da escola linguística ocidental. Segundo os autores, desde o século X, escritores chineses assinalavam distinções entre palavras “plenas” e “vazias” e argumentavam que as segundas se originavam das primeiras. Tempos depois, esse conceito foi retomado e refinado por alguns pesquisadores, que ofereceram contribuições significativas ao que hoje chamamos de “gramaticalização”.

Heine (2003) afirma que, na história dos estudos sobre gramaticalização, podemos distinguir três fases. A primeira está associada aos trabalhos de filósofos franceses e britânicos, tais como Condillac e Tooke. Em suas pesquisas, Condillac notou que flexões e sufixos verbais eram historicamente derivados de palavras independentes. Tooke, considerado o pai dos estudos sobre gramaticalização (HEINE et al., 1991), propôs que conjunções, advérbios e preposições resultavam da “abreviação” e “mutilação” de nomes e verbos (palavras necessárias).

A segunda fase descrita por Heine (2003) está associada aos estudos de linguistas do século XIX, tais como Bopp, Humboldt, Whitney, Kurylowicz, Gabelentz, entre outros. Hopper e Traugott (2003) dão grande importância ao trabalho de Gabelentz, para quem a criação de itens gramaticais é recorrente em todas as línguas e se faz a partir do desgaste de formas independentes.

Embora todos esses autores tenham tido grande importância para o desenvolvimento dos estudos de gramaticalização, é na segunda fase que encontramos um dos principais trabalhos: aquele do francês Antoine Meillet. Hopper e Traugott (2003) afirmam que foi com Meillet que o termo *gramaticalização* foi primeiramente empregado e definido como um processo em que há “atribuição de função gramatical a uma palavra anteriormente autônoma”

(HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 22). Segundo Meillet, gramaticalização e analogia constituem os grandes mecanismos de criação de formas gramaticais. Contudo, ele deu expressiva importância ao primeiro, já que esse processo cria novas formas e substitui as antigas desgastadas pelo uso, podendo transformar o sistema linguístico como um todo (LONGHIN-THOMAZI, 2003). A respeito da obra de Meillet, duas questões são particularmente relevantes. Uma diz respeito à gradualidade do processo: a passagem de uma palavra autônoma para gramatical não é abrupta, o que significa a existência de fases de ambiguidade. A outra diz respeito à unidirecionalidade: palavras principais (lexicais) originam palavras gramaticais, não o contrário. Há, portanto, um ganho crescente de informação gramatical¹⁰.

Finalmente, com relação à terceira fase, Heine (2003) mostra que ela se iniciou nos anos 1970 e um dos trabalhos principais foi o de Givón, segundo o qual, para entender a estrutura da linguagem, era preciso conhecer seus estágios anteriores de desenvolvimento, o que era bem ilustrado pelo seu slogan “A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”. Givón estabeleceu que o processo de gramaticalização (sintaticização, em sua terminologia) era cíclico, em que um elemento do discurso passa por um processo de sintaticização, podendo depois sofrer desgaste fono-morfológico e, finalmente, chegar ao estágio zero, a partir do qual o processo deve recomeçar.

Todos esses trabalhos contribuíram para que os estudos sobre gramaticalização fossem ampliados. Assim, nos estudos recentes, gramaticalização é entendida como processo e como um paradigma. Enquanto processo, a gramaticalização se refere a um tipo especial de mudança linguística pelo qual um item ou uma construção se torna mais gramatical ao longo do tempo (HEINE et al. 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 2003; HEINE e KUTEVA, 2007).

¹⁰ A unidirecionalidade é o princípio fundamental em gramaticalização. No entanto, é preciso salientar que as pesquisas atuais mostram que, embora a unidirecionalidade seja uma tendência muito forte em inúmeras línguas, esse princípio não é categórico.

A fim de ilustrar características do processo, Hopper e Traugott (2003, p. 01) trazem como exemplo a construção do inglês de futuro com *going to*:

(25) Bill is going to college after all.

(26) Bill's gonna go to college after all.

Na primeira sentença, o verbo *go* é analisado como verbo principal; já na segunda, ele é um verbo auxiliar. Há uma relação entre as duas construções com *going to*, pois o auxiliar deriva historicamente do verbo lexical. Nesse caso, houve uma passagem de um item lexical (verbo pleno) para um item gramatical (verbo auxiliar), direcionalidade que caracteriza o processo de gramaticalização.

A gramaticalização enquanto paradigma examina cientificamente como itens e formas gramaticais surgem, como são usados e como modelam a língua. Desse modo, a teoria da gramaticalização oferece ferramentas explanatórias para o processo de gramaticalização, ou seja, explica como e por que surgem novas categorias gramaticais (HEINE, 2003).

Com relação à dimensão da pesquisa em gramaticalização, Hopper e Traugott (2003) salientam que a gramaticalização pode ser estudada de duas perspectivas: uma **sincrônica**, que encara o processo como um fenômeno sintático e pragmático-discursivo que estuda os fluidos padrões de uso de um item ou construção; e uma **diacrônica**, que investiga as etapas de mudança ao longo do tempo. Há um consenso na literatura (HOPPER e TRAUGOTT, 2003; HEINE et al. 1991; HEINE, 2003) que aponta para a união de ambas as perspectivas, pois captam propriedades complementares do processo, o que configura uma perspectiva **pancrônica**¹¹.

¹¹ Conforme já mencionado, neste trabalho, o século inicial de investigação é o XIX, fase de trajetória do português em que se verificam alguns dos usos mais modernos da língua e se fixam os padrões do português do Brasil. O século XIX é um período de mudanças contínuas em que o português brasileiro adquire feições diferentes do português europeu, conforme pesquisas do *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB).

2.2. Parâmetros de gramaticalização

Para Heine (2003), a motivação para emergência de novos usos gramaticais é o sucesso comunicativo buscado pelo falante, que utiliza formas concretas para explicar formas mais abstratas, mais gramaticais. Heine e Kuteva (2007) estabelecem quatro parâmetros inter-relacionados que estariam envolvidos no processo de gramaticalização e que, portanto, funcionam como ferramentas para identificação e descrição de fenômenos de gramaticalização. São eles: (i) **extensão**, que se refere à expansão dos usos em novos contextos; (ii) **dessemantização**, que se refere à alteração no significado; (iii) **descategorização**, que se refere à perda de propriedades morfossintáticas da forma fonte lexical ou menos gramatical; e (iv) **erosão**, que se refere à perda de substância fonética. Tais parâmetros estão relacionados com diferentes componentes da linguagem: semântica, pragmática, morfossintaxe e fonética. Apesar das perdas envolvidas, há também ganhos de propriedades do novo domínio.

Os autores dispensam grande importância à extensão, considerando-o o mais complexo, sendo que, uma das razões é o fato de a extensão abarcar um componente sociolinguístico, um textual-pragmático e um semântico. O componente sociolinguístico refere-se ao fato de que a gramaticalização se inicia com uma inovação como um ato individual, pelo qual um falante ou um grupo pequeno de falantes propõe um novo uso a uma forma já existente na língua, que passa, gradualmente, a ser adotado pela comunidade de falantes. O componente textual-pragmático envolve a expansão de um item de um contexto não restrito e usual para novos contextos. Com relação ao componente semântico, novos significados passam a ser inferidos pelo uso do item em novos contextos, proporcionando uma leitura ambígua para o elemento, até que, por convencionalização, apenas a leitura do significado alvo é mantida. A atuação do contexto, dessa forma, é extremamente importante em gramaticalização e está geralmente ligada a processos metonímicos de reinterpretação

induzida pelo contexto. Em português, no caso da passagem do verbo *ir* pleno (Eu *vou* ao cinema) para *ir* auxiliar (Eu *vou* ligar para você amanhã), o contexto de finalidade em que ele era usado desempenhou importante papel nessa mudança, permitindo inferência de futuridade.

Com relação à dessemantização, Heine e Kuteva (2007) afirmam que esse parâmetro é uma consequência imediata da extensão, já que o uso de uma expressão linguística em um novo contexto faz com que ela perca parte de seu significado, por ser incompatível com esse novo contexto, e passe a adquirir novo significado, compatível com o contexto. De acordo com os autores, a dessemantização é desencadeada por processos metafóricos, por meio dos quais conceitos de domínios mais concretos, como objetos, espaço e movimentos físicos são utilizados para explicar conceitos de domínio mais abstrato, como tempo, relações de causa, consequência, concessão, etc. Na passagem de verbo *ir* pleno para auxiliar, por exemplo, percebe-se uma mudança de deslocamento no espaço para deslocamento no tempo (espaço>tempo), isto é, do mais concreto para o mais abstrato.

Uma vez que uma forma adquire significado mais gramatical, Heine e Kuteva destacam que ela tende a perder características sintáticas e morfológicas que caracterizam seu uso antigo, mas que não são mais relevantes em sua nova função. Muitos verbos, por exemplo, ao se gramaticalizarem, perdem em estrutura argumental, como ocorrido na mudança de *ir* pleno para *ir* auxiliar.

O último parâmetro é o da erosão, e significa que, como resultado da gramaticalização, um item pode perder substância fonética, que pode ser perda de segmentos fonéticos, de propriedades segmentais, bem como suprasegmentais, perda de autonomia fonética e simplificação fonética. Heine e Kuteva salientam que a erosão não é uma mudança necessária no processo de gramaticalização, portanto não ajuda a definir o processo.

Com base nos quatro parâmetros discutidos acima, os autores propõem que a gramaticalização pode ser retratada, de modo geral, como um processo conduzido:

- a) de significados mais concretos para mais abstratos;
- b) de significados mais independentes e referenciais para menos referenciais;
- c) de itens de uma classe aberta para uma classe mais fechada;
- d) de formas gramaticais que podem ter estrutura morfológica para formas invariáveis;
- e) de uma forma gramatical mais longa para formas menores.

Com o exposto, os autores concluem que a teoria da gramaticalização se interessa pela interação entre esses quatro parâmetros, proporcionando, assim, uma ferramenta para descrever e explicar o desenvolvimento e estrutura de categorias funcionais no tempo e no espaço.

2.3. Alterações semânticas: fatores cognitivos e pragmáticos

Fatores cognitivos e pragmáticos geralmente interagem para o desenvolvimento de formas gramaticais e Heine (2003) enfatiza que esses dois fatores captam propriedades complementares do processo de gramaticalização. Segundo o autor, para a descrição do processo por meio do qual formas que codificam experiências humanas mais concretas adquirem funções menos concretas, há duas linhas principais: o *modelo da transferência* e o *modelo de contexto*.

O modelo da transferência, fundamentado na cognição, pressupõe que há padrões de transferência conceitual que partem de domínios mais concretos da experiência humana (objetos, movimento físicos, espaço) para domínios mais abstratos como, por exemplo, tempo, causa, concessão, entre outros. Nesse modelo, temos a atuação da metáfora, conceituada por Hopper e Traugott (2003) como um processo pelo qual há transferência de um significado básico, mais concreto, para um mais abstrato, envolvendo uma projeção de domínios, geralmente referidos como “saltos associativos”. A motivação estaria nas relações

icônicas e analógicas. Heine (2003) estabelece o seguinte cline que reproduz um padrão de transferência metafórica:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

De acordo com o autor, *qualidade* é uma categoria genérica que engloba várias relações lógico-semânticas que atuam no domínio textual, tais como causa, condição, conclusão, concessão, finalidade, entre outras. Considerando as três últimas categorias, Heine et al. (1991) propõem um percurso de gramaticalização para os conectores textuais que evidenciam sua origem espaço-temporal, conforme o esquema:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

Um item que codifica uma relação espacial pode passar, metaforicamente, a veicular uma relação temporal, até chegar a assumir funções relacionadas à organização textual, como relações de causa, consequência, concessão, entre outras. Esse *cline* é compatível com o esquema de Kortmann (1997), apresentado anteriormente. O que Heine et al. chamam de “texto” pode ser correspondente ao que Kortmann denomina relações “CCC”, provenientes de relações espaciais e, principalmente, temporais.

A projeção metafórica, portanto, prediz a possível direção de mudança de um item, entretanto não é capaz de recuperar os estágios intermediários da mudança, já que ela é lenta e gradual.

A fim de recuperar esses estágios, Heine (2003) chama a atenção para o modelo de contexto, que capta exatamente a gradualidade da mudança gramatical. O modelo do contexto, fundamentado na pragmática, pressupõe que a gramaticalização requer contextos

apropriados para ocorrer, o que leva ao aumento do número de contextos em que o item é usado; e, conseqüentemente, leva ao aumento da frequência de uso do item. São noções chave desse modelo *reinterpretação induzida pelo contexto, inferência pragmática, implicatura conversacional e metonímia*.

Em particular, Heine (2002) mostrou que o desenvolvimento diacrônico de itens gramaticais pode ser descrito por meio de um roteiro de estágios sucessivos, associados a diferentes tipos de contexto, conforme resumido no quadro abaixo:

Estágio	Contexto	Significado resultante
I Estágio Inicial	Não restrito	Significado fonte
II Contexto <i>Bridging</i>	Há um contexto específico que dá origem a uma inferência em favor de um novo significado.	Significado alvo em primeiro plano.
III Contexto <i>Switch</i>	Há um novo contexto que é incompatível com o significado fonte, mas, para esse significado ser sustentado, ele precisa do contexto que lhe deu origem.	Significado fonte em segundo plano.
IV Convencionalização	O significado alvo não precisa ser sustentado pelo contexto que lhe deu origem; ele pode ser usado em novos contextos.	Apenas significado alvo.

Quadro 4: o modelo do contexto (HEINE, 2002)

Conforme Heine (2002), contexto *bridging* é a ponte para a mudança, pois processos inferenciais sugerem uma nova interpretação para o item. Heine explica que, embora o significado alvo seja o mais favorável a ser inferido, ele ainda é cancelável, pois a interpretação é baseada na relevância e na informatividade e o significado alvo ainda não faz parte do item.

Já o contexto *switch* é incompatível com alguma propriedade do significado fonte, o que leva a uma interpretação somente do significado alvo, ficando, assim, este em primeiro plano e aquele, em segundo plano. Esse aspecto pode ser explicado a partir de Heine (2003) quando ele afirma que, no processo de gramaticalização de uma forma linguística, algumas

propriedades (morfossintáticas, semânticas, pragmáticas) são perdidas, enquanto outras são adquiridas, além de o elemento preservar traços da forma fonte. Com isso, ao chegar ao estágio do contexto *switch*, há algumas incompatibilidades dado o fato de que o item já perdeu várias das propriedades da forma fonte e ganhou algumas características do novo domínio. Heine (2002) dá expressiva importância ao contexto *switch*, afirmando que ele é o responsável pelo processo de mudança, na medida em que a leitura mais abstrata não é apenas uma inferência, mas começa a fazer parte do item. Entretanto, diferentemente de significados convencionalizados, o significado que aparece no contexto *switch* ainda precisa ser sustentado por correlatos formais específicos, já que, além de perdas e ganhos, há preservação de traços da forma fonte.

De acordo com Heine, a maioria das inferências contextuais é confinada ao contexto *bridging*, isto é, são descritas como “significados contextuais” ou “significados pragmáticos”, advindos de uma inferência, como explicitado acima. Algumas delas, porém, passam a ser cada vez mais frequentes até não mais precisar de elementos do contexto para ser sustentadas. Quando isso ocorre, há *convencionalização*, em que o significado alvo passa a fazer parte do item, ou seja, faz parte da polissemia da palavra. Essa característica faz com que o elemento possa ser usado em novos contextos, inclusive podendo co-ocorrer com o significado fonte na mesma cláusula.

2.4. Alterações morfossintáticas

A mudança por gramaticalização implica não só mudanças de sentido como também mudanças morfossintáticas. Essas últimas constituem o sintoma mais saliente de que a gramaticalização ocorreu. Assim como na mudança semântica, as alterações morfológicas e sintáticas também pressupõem uma direção preferencial. De acordo com Hopper e Traugott (2003), no que se refere à mudança morfossintática, a gramaticalização pode levar palavras lexicais tais como nomes e verbos, por exemplo, a ter um funcionamento mais gramatical,

como advérbios, conjunções e preposições. Para exemplificar, temos a mudança experimentada pelo verbo *ir* do português, que de verbo pleno passou a funcionar como um auxiliar. Nessa mudança, é possível detectar a atuação da *reanálise sintática*, que, segundo Hopper e Traugott (2003), é um mecanismo que se caracteriza por uma reorganização da estrutura sintagmática do enunciado. Vejamos os exemplos (MARTELOTTA, VOTRE, CEZÁRIO, 1996):

(27) [João] [vai] [à escola]

(28) [João] [vai] [falar] [com o professor]

(29) [João] [vai começar] [o trabalho amanhã]

Os autores explicam que, no primeiro exemplo, o verbo *ir* expressa deslocamento a um objetivo no espaço: *a escola*. No segundo caso, a ideia de deslocamento espacial ainda continua, mas o objetivo não recai mais no local e sim na ação *falar com o professor*. No último exemplo, a ideia de movimento no espaço passa a movimento no **futuro**. Nesse caso, o verbo *ir* é reanalisado como parte da construção que indica futuridadade: *vai começar*. Assim, há uma reinterpretação dos constituintes da oração.

2.5. Gramaticalização de *então*: revisão bibliográfica

Como visto, a mudança em gramaticalização é essencialmente unidirecional e é caracterizada pela interação entre mudanças semânticas e (morfo)sintáticas. No caso de alterações semânticas, a direção de mudança segue uma escala cognitiva do mais concreto para o mais abstrato; para a mudança (morfo)sintática, a direção vai do lexical ou menos gramatical para o mais gramatical. Nas próximas subseções, expomos alguns trabalhos fundamentais sobre as mudanças semânticas e sintáticas sofridas por *então*, os quais apresentam teses sobre os percursos de gramaticalização do item.

2.5.1. Martelotta e Silva (1996)

Martelotta e Silva buscam mostrar os diferentes usos de *então* a partir do *corpus* do Projeto Discurso & Gramática. Conforme os autores, esses diferentes usos percebidos são decorrentes de um processo de gramaticalização que passou do domínio espacial para o temporal e finalmente para o domínio do texto (*espaço*>(*tempo*)>*texto*). Os autores argumentam que o principal mecanismo que estaria envolvido nesse processo de abstratização seria a *reinterpretação induzida pelo contexto*, em que certos usos derivaram de outros por conta da pressão contextual.

Os autores explicam que o sentido espacial de *então* está na origem latina do elemento **intunc**. Sua etimologia comprova que há uma base demonstrativa nesse termo, que é a combinação de **in+tunc**, sendo **tunc**, o resultado da formação de **tum+ce**. O elemento **ce** tinha valor demonstrativo, assim como **tum** que tem raiz no **te** do grego antigo, possuindo equivalência de um pronome relativo com valor de “por isso” e de uma conjunção com valor de “e”, “em resumo”, “em fim”, “com”. O valor espacial não se encontra no português atual, mas suas funções temporais, sequenciais e de base argumentativa encontradas hoje remontam esse passado espacial e anafórico.

Martelotta e Silva listam sete funções de *então*: (i) anafórico temporal, (ii) sequenciador temporal, (iii) conclusivo, (iv) alternativo, (v) resumitivo, (vi) intensificador e (vii) introdutor de informações livres. A partir de indícios sincrônicos, eles propõem sugestões de derivação entre essas funções.

O uso *anafórico* se refere a dados temporais anteriormente mencionados:

(30) (...) começa a ouvir... a tomar conhecimento de informações as quais até **então** não tinha acesso (...)¹²

Já *então sequencial* relaciona eventos ocorridos num momento particular :

¹² Todos os exemplos colocados na seção (2.5.1) foram retirados de Martelotta e Silva (1996).

- (31) (...) Dei outro berro, e **então** ouvi o meu pai dizer: “corre, filhinha” (...)

Esse uso deriva do *então* anafórico, que, por pressão da informatividade, subentende-se que *então* faz alusão ao momento em que se conclui o evento anterior.

Então conclusivo expressa uma consequência em relação ao que foi dito anteriormente:

- (32) (...) Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso (...)

Então conclusivo tem sua origem no *então* sequencial, que, também devido a uma reinterpretação induzida pelo contexto, uma sequência no plano temporal pode trazer uma sequência no plano lógico, em que há uma ideia de causa e efeito. Em determinados contextos, portanto, é possível perceber uma ambiguidade entre o valor sequencial e conclusivo, o que comprova o processo de gramaticalização pelo qual passa o item.

Então alternativo, conforme os autores, ligado à conjunção *ou* forma uma locução que expressa valor alternativo:

- (33) eu acho que esse negócio de aula à tarde deveria acabar **ou então** a gente entrar em férias mais cedo

Para os autores, esse uso pode ser decorrente do *então* conclusivo. Nesse caso, a pressão da informatividade acarreta uma relação de causa e efeito, ou seja, se não pode ser uma coisa, conseqüentemente deve ser outra (*x ou então y*).

Sobre o *então* alternativo, gostaríamos de salientar que na expressão *ou então*, o fato de *então* poder se omitido sem prejuízo da articulação disjuntiva mostra que não é o item

então que realiza essa função, e sim *ou*. Dessa forma, na nossa visão, a nomenclatura *então alternativo* não parece ser adequada.

Além desses usos, Martelotta e Silva também destacam um uso *resumitivo* de *então*, também derivado do *então* conclusivo, em que o item é utilizado para resumir tudo o que foi dito anteriormente a título de conclusão.

- (34) o que a gente vê nas universidades... por exemplo... na UERJ o pátio cheio de carros lindos... novos... o que nos descreve a situação... a seguinte... que... a universidade é pública... mas quem frequênta são pessoas que têm capacidade de... pagar uma universidade... cara... né? (...) é o que acontece essas pessoas vão... tem essas dificuldades... de passar por uma escola pública... porque não tem as mesmas armas que tem a pessoa que estuda numa escola particular e **então**... esse é o grande problema da educação do país.

Há também alguns contextos em que o item *então* funciona como um *intensificador*, exemplificado em (35), pois enfatiza um item comparativamente a outros. Sua origem estaria no *então* conclusivo:

- (35) (...) todos nós ficamos com raiva da menina...inclusive...um dos meus amigos já tinha namorado com ela...né?...e esse **então** ficou mais raivoso ainda...a gente nota muito o egoísmo das pessoas...

Por fim, os autores descrevem o uso de *então* como *introdutor de informações livres*, que, assim como o de valor sequencial e conclusivo, também tem a função de sequencializar informações, só que, nesse caso, organiza um encadeamento de informações novas sem que haja uma relação temporal ou lógica necessária com a cláusula anterior.

- (36) ...o meu pai não... o meu pai já é uma pessoa... ah... ele... já... pessoa muito fechada... e... triste... porque a juventude dele... a criação dele... foi uma coisa... foi uma coisa... como é que eu vou dizer?... eh... ele foi criado... os pais dele por um clima de autoritarismo... entendeu?... meu avô era autoritário... ele não via a justiça... sabe? entendeu? ele foi criado no Norte... no interior... **então** aque/ as pessoas do interior geralmente têm a mente fechada... entendeu? são pessoas do tipo... entre aspas... ignorantes... né?

Para Martelotta e Silva, esse uso é resultado da pressão da informatividade, pois surge em contextos específicos em que o *então* sequencial assume essa nova função.

Sobre essa última função, consideramos essa explicação um pouco problemática, já que, no exemplo dado pelo autor, podemos entender como um caso mais gramaticalizado de *então*, em que esse elemento atua no nível textual-interativo, como um sequenciador do texto, unindo segmentos tópicos; ou seja, não são “informações livres”.

2.5.2. Tavares (1999 e 2003)

Tavares (2003), em trabalho de natureza sociofuncionalista, comprovou algumas das teses apresentadas por Martelotta e Silva (1996). A autora concorda que a escala proposta por Heine et al. (1991) - *espaço>tempo>texto* -, e retomada por Martelotta e Silva (1996), é adequada para explicar a gramaticalização de *então*.

Tavares (2003) trata dos fenômenos de estratificação/variação e mudança no domínio funcional da *sequenciação retroativo-propulsora de informações*, considerando esses domínios como uma das etapas do processo de gramaticalização por que passam *e*, *então*, *daí* e *aí*, itens de alta frequência nesse domínio. Para a análise dos dados, a autora selecionou textos atuais da fala de Florianópolis e textos escritos antigos (do século XIII ao XX). Segundo Tavares, sequenciação retroativo-propulsora significa que há, ao mesmo tempo, um movimento anafórico de retroagir e catafórico de propulsionar, gerando a expectativa de que algo novo será dito ou escrito, e em continuidade e consonância com o já dado - indica que o que vem depois no discurso tem a ver com o que vem antes.

A macro-função sequenciação retroativo-propulsora engloba as seguintes subfunções descritas pela autora: (i) sequenciação temporal, (ii) introdução de efeito, (iii) sequenciação textual, (iv) retomada e (v) finalização.

Em contextos de *sequenciação temporal*, o item *então*¹³ sequencializa temporalmente eventos, introduzindo-os na ordem de ocorrência no tempo (valor de “a seguir”):

- (37) É, eu conheço o Boi de Mamão, e conheço e co- o Terno de Reis, que eles saíam, assim, pelas portas, né? tarde da noite, e a gente estava dormindo. A gente se acordava com aquela cantoria, né? gaita, outros com violão. **Então** a- o pessoal se levantavam, davam um dinheiro, né? pras pessoas e depois eles saíam dali. Eles iam cantar em tudo quanto era casa¹⁴.

Como *introdutor de efeito*, *então* introduz um evento que representa uma consequência ou resultado do evento anterior e possui valor de “por isso”, “portanto”:

- (38) É como se tivesse sempre alguém vigiando a pessoa. Não tens liberdade. **Então** é melhor viver sem o vício, né?

Então com função de *sequenciador textual* assinala a ordem sequencial por que as informações são apresentadas e introduzidas no texto, indicando sua progressão para frente, sem apresentar valor temporal e/ou conclusivo, mas sim relação discursiva entre as partes unidas (assume valor de “continuando”):

- (39) E sexta-feira eu não trabalhei, e eu fui lá. A criança está amarrada assim numa corrente. Criança tem treze anos. **Então** é uma família que o pai teve um acidente, não trabalha. Ganha o salário mínimo, é do INAMPS. E a mãe é toda complicada, também

O que Tavares (2003) denomina de *sequenciador textual* é semelhante ao que Martelotta e Silva (1996) classificam como *introdutor de informações livres*. Contudo, Tavares traz uma explicação mais adequada para esse uso. Ela mostra que o trecho introduzido por *então* é uma continuação do discurso, estabelecendo relação semântico-

¹³ Os quatro itens estudados pela autora – *aí*, *e*, *daí* e *então* – apresentam as cinco subfunções mencionadas. Para exemplificar, trazemos apenas ocorrências do item *então*, foco de nosso trabalho.

¹⁴ Os exemplos (37) a (41) são de Tavares (2003).

discursiva com a porção textual anterior, embora nem temporal, nem conclusiva necessariamente.

Segundo Tavares, em situações de *retomada*, *então* recupera o assunto interrompido por uma digressão na fala, permitindo a continuação desse assunto:

- (40) E ela é noviça. E ela- ela- onde ela estava, que ela foi estudar, ela queria sair, ela queria conhecer a vida fora. Ela foi numa imagem dum san- dum Nossa Senhora, que Nossa Senhora é Nossa Senhora, santas são santos, né? Tem a Santa Teresinha, a Santa Rita de Cássia, são santas, pessoas que morreram santas. Nossa Senhora é só uma. É Nossa Senhora porque ela apareceu em diversos lugares, né? Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora- **Então** ela foi na frente da Nossa Senhora e tirou a- a roupa de freira que ela vestia

Já em casos de *finalização*, o item introduz uma oração que marca o final de um tópico ou subtópico e pode trazer a ideia de conclusão:

- (41) Eu, por exemplo, tinha uma senhora de uns setenta anos que comprava comigo, era minha cliente. Não comprava com outra pessoa a não ser comigo. Ela acostumou. (...) Pessoa de idade é assim: ela gosta dum pessoa, e se pega a firmeza naquela pessoa, ela- **Então** o comércio era assim.

A partir da análise diacrônica, Tavares, então, traçou o percurso de mudança desses itens até a chegada da sequenciação e dentro desse domínio. Especificamente quanto a *então*, Tavares constatou que o anafórico temporal, primeira função encontrada nos textos antigos, derivou o sequenciador temporal, e, dessa mudança, resultaram outros processos:

- (i) sequenciação temporal → introdução de efeito;
- (ii) sequenciação temporal e/ou introdução de efeito → sequenciação textual;
- (iii) sequenciação textual → finalização e retomada.

A mudança da anáfora temporal para a sequenciação temporal é comprovada por meio de ocorrências nas quais existe a impossibilidade de assegurar se *então* faz referência ao evento mencionado anteriormente ou ao momento em que este é concluído. Conforme a autora, esse processo, possivelmente, deu-se pela ação conjunta de processos metafóricos e

metonímicos: houve rotinização de inferências de contextos de tempo sequencial em substituição aos contextos de tempo sobreposto.

Então sequencial temporal originou a função que a autora denomina introdutora de efeito, a partir de contextos nos quais a sequencialidade temporal deu origem à sequencialidade de causa e efeito. Assim, dois eventos em sucessão temporal podem ser interpretados como dois eventos motivados entre si, devido à ação da pressão contextual (metonímia), assim como propõem Martelotta e Silva (1996).

Com relação ao sequenciador textual, a autora esclarece que os traços de sequenciação temporal e/ou de consequência/conclusão combinam-se com traços de sucessão discursiva, trazendo contextos em que *então* encabeça um evento que pode ser entendido como uma sequência temporal, conclusão e ao mesmo tempo como apenas uma informação que permite a continuação do texto, do desenvolvimento do tópico.

Conforme Tavares, a chegada na sequenciação textual permitiu o desenvolvimento das funções de retomada e finalização. Pelas suas características de sequenciador do discurso, *então* passou a adquirir a propriedade de recuperar a sequência discursiva interrompida por digressões variadas, bem como concluir, encerrar porções discursivas.

Embora seu foco esteja na função de sequenciação retroativo-propulsora, Tavares (1999) também mapeou outras funções para o item *então* na fala atual da capital catarinense e elaborou algumas sugestões de derivação entre esses usos. Conforme a autora, *então* pode ter uso (i) intensificador, (ii) inferidor, (iii) interjectivo e (iv) alternativo.

Então intensificador ressalta uma informação acerca do elemento que possui escopo, com valor de “principalmente”, como no exemplo¹⁵:

- (42) Minha mãe às vezes não gostava muito não, mas o meu pai achava lindo, maravilhoso. O meu avô **então** achava maravilhoso, coisa mais linda do mundo.

¹⁵ Os exemplos (42) a (45) são de Tavares (1999).

Então inferidor introduz uma conclusão representando uma inferência a partir da fala do interlocutor:

- (43) **E:** A senhora tem filhos?
F: Tenho. Tenho cinco filhos.
E: É? Qual a idade deles?
F: Olha, eu tenho uma filha [com]- [ela vai fazer]- é, não, eu acho que ela fez trinta e oito anos. E tenho um filho com trinta e seis, tenho outra filha com trinta e quatro, outro filho com trinta. Eu já disse quatro, né? e tem o mais moço [com]- vai fazer vinte e nove anos.
E: **então** a senhora já tem netos?
F: Ah, já. Tenho nove netos. Eu tenho um neto com doze anos.

Com função *interjectiva*, *então* é usado como expressão denotativa de espanto ou admiração podendo manifestar atenção ou assentimento do ouvinte ao falante:

- (44) **E:** Que sorte, menina!
F: **Então!** Na época, no dia que eu fui ver, que eu meti a cara, estava [seis <bi->]- seis e quinhentos. Ele deixava por cinco e quinhentos pra mim.

Por fim, a autora também destaca *então alternativo*¹⁶, que introduz, juntamente com *ou*, uma relação de opção, reforçando a ideia disjuntiva.

- (45) São sete gatos, a minha mãe adora gato, dorme tudo com ela, **ou então** dorme tudo comigo, sempre assim.

Por meio dos indícios obtidos por sua pesquisa sincrônica, Tavares sugeriu as seguintes relações genéticas entre as funções citadas no parágrafo anterior: o alternativo e o inferidor teriam se originado do introdutor de efeito; já o intensificador e o interjectivo teriam sua origem no sequenciador textual.

¹⁶ Tavares (1999) também classifica ocorrências com *ou então* de *então* alternativo. Na subseção anterior, já discutimos a respeito dessa nomenclatura.

2.5.3. Pezatti (2001)

Com relação ao estatuto sintático de *então*, ele pode ser considerado um advérbio, ao apresentar uma circunstância temporal à oração. Mas, quando codifica uma função conclusiva entre orações, *então* estaria mais próximo de uma conjunção. Esses limites, no entanto, não são bem definidos, como mostra Pezatti (2001). O recorte feito pela autora consistiu em priorizar a esfera conclusiva de *então*, comparando seu comportamento ao da conjunção conclusiva *logo*, que estaria em um estágio mais adiantado de gramaticalização. O propósito era verificar se o estatuto gramatical de *então* é mais conjuncional ou mais adverbial. Para tanto, a autora estabeleceu alguns parâmetros caracterizadores¹⁷ e, por meio da análise, a autora mostrou que *então* não atende a determinados parâmetros porque (i) tem mobilidade na sentença, (ii) não coordena termos e (iii) admite precedência de outra conjunção. Dessa forma, *então* ainda não pode ser considerada uma conjunção prototípica, mas está a caminho de gramaticalizar-se como uma.

3. Gramática Textual-Interativa

3.1. Conceitos básicos

De acordo com Jubran (2006a), a Gramática Textual-Interativa (GTI) assenta-se numa concepção de linguagem como uma forma de interação social contextualizada. Nesse sentido, o texto falado, seu objeto de análise, é abordado dentro de um contexto sócio-comunicativo. A preocupação, então, concentra-se no funcionamento da língua em contextos de uso, com a atualização da atividade discursiva em textos. Desse modo, o estudo do texto, na perspectiva Textual-Interativa, toma como base teórica, a articulação entre princípios da Pragmática, Linguística Textual e Análise da Conversação.

¹⁷ Esses parâmetros foram discutidos na subseção (1.2.5).

Jubran afirma que o objetivo de uma Gramática Textual-Interativa é buscar uma descrição do sistema textual a fim de verificar as regularidades de certos procedimentos na construção do texto falado, ou seja, apontar as marcas concretas que a situação enunciativa imprime nos enunciados. Nas palavras da autora:

A descrição do sistema textual terá, então, a particularidade de apontar regularidades, no texto falado, mais relacionadas ao processamento das estruturas. O caráter sistemático de determinados procedimentos de formulação textual é dado pela recorrência desses procedimentos em contextos definidos, pelas marcas formais que os caracterizam e pelo procedimento de funções que lhe são específicas. Esta é a concepção do grupo do que vem ser gramatical no plano do texto. (JUBRAN, 2006a, p. 31)

Um ponto de extrema importância para a GTI é que as funções textuais e interacionais não são dicotomizadas; pelo contrário, são conjugadas pelo princípio da gradiência, segundo a dominância de uma ou outra. Esse princípio pressupõe um contínuo entre essas funções, considerando-as fluidas. Isso significa que um fenômeno pode exercer diferentes funções, que podem ser combinadas com a funcionalidade textual e interacional em diferentes proporções.

Segundo Jubran (2006a), na perspectiva Textual-Interativa, a categoria analítica de **tópico discursivo** foi selecionada como unidade de análise na investigação das diferentes estratégias e mecanismos textuais que caracterizam o texto falado.

Jubran (2006b) afirma que o tópico discursivo é uma categoria abstrata e analítica, adequada à abordagem textual-interativa do português falado, já que o tópico é o condutor da organização textual e interacional do texto falado.

A noção de tópico pressupõe duas propriedades fundamentais: a centração e a organicidade.

A centração abrange os traços de (i) concernência, que é a “relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual (...) pela qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específicos de referentes” (JUBRAN, 2006b, p.

92); (ii) de relevância, que se refere à proeminência desse conjunto de referentes, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos; e de (iii) pontualização, que é a localização desse conjunto focal em determinado ponto do texto falado.

A organicidade, por sua vez, é estabelecida, simultaneamente, em dois planos: (i) no plano linear e (ii) no plano hierárquico. No plano linear, estabelece-se uma organização sequencial dos tópicos. Essa sequência de tópicos pode se dar por *continuidade*, em que a abertura de um tópico se dá após o fechamento de outro; ou por *descontinuidade*, em que há uma perturbação da sequencialidade linear por ruptura, cisão ou expansão.

No plano hierárquico de estruturação tópica, parte-se de um tópico mais amplo e passa-se por tópicos mais particularizadores, ou seja, parte-se de um tópico mais geral, chamado de supertópico, que é dividido em tópicos co-constituintes (subtópicos); estes, por sua vez, também podem ser segmentados em tópicos mais particulares. Essas relações de interdependência formam quadros tópicos. Jubran ressalta que a formação de quadros tópicos se verifica em qualquer ponto da hierarquização tópica. Isso faz com que o estatuto do supertópico ou subtópico seja relacional, dependendo do nível sob consideração, isto é, um subtópico, por exemplo, pode ser um supertópico em relação a outros tópicos inferiores.

A autora destaca que podemos encontrar evidências da estruturação tópica por meio de marcas linguístico-discursivas, que desempenham papel importante na abertura, encaminhamento, retomada e fecho de tópicos, tanto entre tópicos diferentes ou dentro de um mesmo tópico. Dentre essas marcas, podemos citar as hesitações, paráfrases e repetições, bem como a atuação de marcadores discursivos basicamente sequenciadores.

3.2. Classificações de *então*

O elemento *então* é normalmente considerado um *marcador discursivo basicamente sequenciador*, já que seus usos estão centrados na progressão do discurso. Risso (2006), com

o intuito de estudar o funcionamento do item *então* na estrutura tópica, verificou que esse item está centrado com ênfase maior na apresentação da informação e, portanto, no sequenciamento e estruturação interna de segmentos tópicos. Nesse caso, segundo a autora, *então* articula tanto segmentos oracionais quanto partes maiores do texto, o que leva a classificá-lo como um *advérbio* ou *conector frástico*, no primeiro caso, e como *operador textual*, no segundo. Contudo, Risso ressalta que entre a função de advérbio, conector e de operador textual há um **contínuo**, com destaque para a aquisição de novos valores semânticos e pragmáticos.

De acordo com a autora, no nível frástico, *então* atua como um constituinte sentencial que está ligado à (i) indicação temporal retrospectiva, remetendo a marcos temporais anteriormente dados (forte valor anafórico), (ii) indicação de sequencialidade temporal de eventos, dando uma direção continuativa aos enunciados, ao mesmo tempo em que preserva leitura anafórica, (iii) expressão de tempo e ações motivadas entre si, em que a sequencialidade de ações no tempo pode incorporar a nuance de motivação entre os eventos, ou seja, uma relação de causa e efeito entre as duas ações, levando, então, a uma polissemia do item, (iv) representação da relação lógico-semântica de decorrência, conclusão ou resultado, uso no qual há uma diluição da noção de tempo e fixação da relação de causa e efeito entre as orações, bem como de conclusão, que o locutor tira de dois atos de fala, (v) expressão de contraste entre alternativas excludentes, em que *então* estreita a articulação de orações que exprimem conteúdos alternativos reciprocamente exclusivos.

No nível textual-interativo, *então* funciona como um operador que atua na (i) articulação intratópica, encaminhando, fechando tópico e retomando-o após inserção e na (ii) articulação intertópica, introduzindo enunciado finalizador de tópico. Ainda no nível textual-interativo, *então* também opera na configuração das relações interpessoais, no que concerne

(i) à dinâmica dos turnos, atuando na retomada e disputa pelo turno e (ii) ao funcionamento como operador argumentativo no diálogo.

Há consenso entre os estudiosos de *então* que esse item tem a função e progredir o texto, seja com expressão temporal, conclusiva ou discursiva. Entretanto, não há consenso a respeito das diferentes denominações e definições dadas para *então*.

Tavares (1999) discute sobre essas diferentes nomenclaturas dadas para os itens por ela estudados, dentre eles, *então*. De acordo com a autora, *então* costuma ser considerado uma *conjunção* quando liga orações e *marcador discursivo* quando liga porções textuais maiores, porém não há consenso sobre essa classificação. Além disso, a autora afirma que a definição de marcador discursivo torna-se imprecisa e confusa, na medida em que dentro desse rótulo há múltiplas formas e funções¹⁸. Em seu trabalho, Tavares não considera *então* como marcador discursivo, nem como conjunção; para ela, independentemente de seu nível de atuação, *então* é considerado um *conector*. A pesquisadora cita alguns autores e verifica que há diversas possibilidades de classificar o elemento *então*, mas ela não considera adequada uma classificação estanque, já que seus usos representam um contínuo (o que ratifica o processo de gramaticalização), desde a conjunção até o conector interacional.

Muitos trabalhos como os de Risso (1996, 2006), e Pezatti e Bechara (2007) consideram *então* um marcador discursivo. Martelotta e Silva (1996) preferem tratar esse item como um operador argumentativo e não como apenas um conector, já que sua função transcende a simples relação sintática entre orações.

Dessa forma, dentro dos objetivos de cada trabalho, essas classificações mostram-se pertinentes. Nesta pesquisa, nosso foco recai sobre os usos juntivos de *então*. Dessa maneira, preferimos adotar o termo **juntor** (mais ou menos prototípico) quando *então* articula, de algum modo, orações, porções textuais e até mesmo situações discursivas.

¹⁸ Sobre a conceitualização de marcadores discursivos, ver Risso et al. (1996).

CAPÍTULO II

ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. O *corpus*

De acordo com Hopper e Traugott (2003), conforme discutimos em seção anterior, a gramaticalização pode ser estudada sob as perspectivas sincrônica e diacrônica. O estudo sincrônico permite a investigação da multifuncionalidade de um item ou construção e fornece indícios de seus usos históricos; o estudo diacrônico investiga a trajetória da mudança linguística ao longo do tempo por meio de estágios de ambiguidade. Os autores afirmam que essas perspectivas são complementares e a união de ambas pode trazer importantes resultados a uma pesquisa em gramaticalização.

Neste trabalho, portanto, conjugamos as perspectivas sincrônica e diacrônica, o que configura um trabalho na perspectiva pancrônica.

Para a pesquisa sincrônica, utilizamos textos das formas da enunciação falada e escrita e, para a pesquisa diacrônica, selecionamos textos de escrita de três sincronias – os séculos XIX, XX e XXI. Esse material será detalhado nas próximas seções.

Para o recorte teórico-metodológico do *corpus*, nos baseamos na noção de Tradição Discursiva (TD), a partir de Kabatek (2006).

Johannes Kabatek (Universidade de Tübingen), consultor do *Projeto para a História do Português Paulista (PHPP)*¹⁹, projeto maior no qual esta pesquisa está vinculada, propõe que o estudo da mudança linguística deve prever a correlação entre Tradição Discursiva e evolução da língua, já que as mudanças não ocorrem em todas as modalidades de textos, mas

¹⁹ O PHPP, também intitulado Projeto Caipira, é um conjunto articulado de projetos na área da Linguística Histórica do Português, tendo por objetivo investigar a formação da sociedade paulista e as variedades linguísticas do português brasileiro, tais como testemunhadas no Estado de São Paulo. Esse projeto conta com a coordenação geral do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho e se divide em vários subgrupos, contando com pesquisadores da USP (sede), UNICAMP e UNESP.

em certas tradições que são responsáveis por condicionar o uso de meios linguísticos adequados. A partir disso, Kabatek (2006) afirma que quando se estuda a história de uma língua, o que se estuda não é a língua, mas os textos representativos dos estados da língua.

De acordo com o autor, Tradição Discursiva é um conceito que nasceu dentro da Linguística românica alemã, particularmente na orientação de Eugênio Coseriu. Kabatek e colaboradores refinaram esse conceito, mostrando que a atividade do falar, com uma finalidade comunicativa concreta, atravessaria dois filtros concomitantes até chegar ao produto do ato comunicativo, sendo que um dos filtros corresponde à língua (sistema e norma) e o outro, às tradições discursivas. O esquema a seguir é ilustrativo:

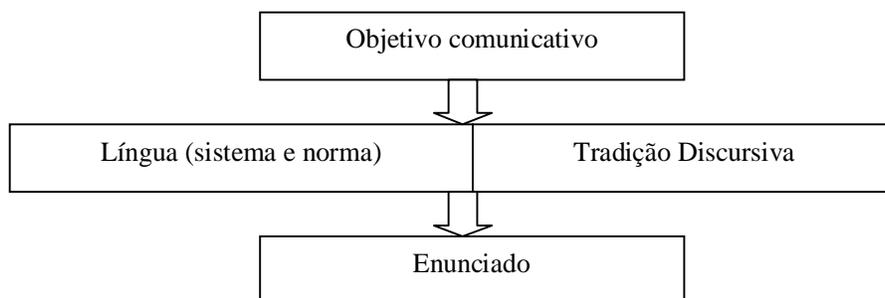


Figura 2: Tradições Discursivas (KABATEK, 2006)

Como exemplo, o autor mostra que uma finalidade comunicativa de saudação não encontra solução apenas no filtro léxico-gramatical. Se assim o fosse, uma frase como “eu te cumprimento” seria aceitável. Contudo, esse não é um modo tradicional e convencionalizado de emitir uma saudação, mas frases como “bom dia” e “como vai” são. Essas expressões repetidas em situações de cumprimento são consideradas tradições discursivas, já que a intenção comunicativa encontrou solução não só no acervo gramatical e lexical do português, mas também em uma tradição, ou seja, um “modo de dizer” que extrapola as regras da língua.

Dessa maneira, uma “Tradição Discursiva seria a repetição de uma maneira particular de dizer ou escrever que adquire valor de signo” (KABATEK, 2006).

Kabatek afirma que as TDs podem ser desde uma fórmula simples, como “bom dia”, “oi”, até um gênero, um estilo, formas conversacionais, ou uma forma literária complexa. Por isso, o gênero *carta* é considerado uma TD complexa, pois é um modelo particular de se escrever, convencionalizado social e historicamente, dentro do qual podemos encontrar outras TDs, ou seja, diferentes formas de se “escrever cartas”, para diversos propósitos sociais.

À maneira dos demais membros do PHPP do grupo que investiga a diacronia dos processos constitutivos do texto, para o recorte teórico-metodológico do *corpus* de escrita, nesta pesquisa, selecionamos a TD carta. Dentre esses modos de escrever carta, podemos distinguir (i) cartas pessoais e (ii) cartas de leitores e redatores. Cada uma delas configura uma TD diferente, devido às finalidades sociais a que cada uma se presta.

A opção pelo trabalho com a TD carta está exatamente relacionada com as características dessa tradição. Simões e Kewitz (2006b) argumentam que muito do que se registra na escrita é decorrente da oralidade. Essas marcas são condicionadas ao grau de proximidade ou hierarquia entre os falantes, bem como se adaptam às diversas tradições textuais, que foram negociadas culturalmente. Algumas TDs estariam, assim, mais suscetíveis a inserções de elementos da oralidade que outros. O recorte das “cartas” como *corpus* é interessante na medida em que, dada sua história e evolução (PESSOA, 2002), a carta possui uma aproximação com a oralidade. Desse modo, certas modalidades de carta são textos escritos representativos de práticas orais e letradas.

De acordo com Kabatek (2006), há uma relação estreita entre tradição discursiva e gênero textual; entretanto, esses dois conceitos não são sinônimos. O autor mostra, por exemplo, que a fórmula “bom dia” é uma tradição discursiva, já que é a repetição de um modo particular de dizer, possuindo o valor de um signo. No entanto, não é possível afirmar que

essa mesma fórmula seja considerada um gênero textual concreto, salienta Kabatek. Trata-se de um *ato de fala*. Os gêneros são tradições do falar, mas nem todas as tradições do falar são gêneros.

Para contribuir com a discussão, trazemos o conceito de gênero a partir de Marcuschi (2008). Segundo o autor, o estudo dos gêneros textuais é bastante antigo. Hoje, existem várias tendências e perspectivas teóricas sobre o assunto. Essa diversidade reflete na dificuldade de uma definição para o gênero.

De um modo geral, Marcuschi conceitua gênero como formas textuais escritas ou orais bastante estáveis histórica e socialmente situadas. São os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Alguns exemplos de gênero textuais seriam: *sermão, carta comercial, carta pessoal, bilhete, notícia jornalística, piada, resenha, romance, conferência, aula expositiva, edital de concurso, instruções de uso*, entre outros.

Marcuschi (2008) também trata da diferenciação entre gênero discursivo e tipo textual. Ele explica que *tipo textual* designa uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição, tais como léxico, aspectos sintáticos, tempos verbais. Caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas do que como textos materializados. Os tipos textuais são categorias limitadas e não tendem a aumentar. Os tipos textuais conhecidos são: *narração, argumentação, descrição, injunção e exposição*. Assim, os critérios para distinguir gêneros são **funcionais**, enquanto que para distinguir os tipos, são **linguísticos e estruturais**.

De acordo com Marcuschi, não há uma dicotomia entre gênero e tipo textual, mas uma relação de complementaridade. Ele afirma que todos os textos realizam um gênero e todos os

gêneros realizam sequências tipológicas diversificadas, o que faz com que os gêneros sejam tipologicamente heterogêneos, ou seja, num dado texto concreto, pode haver predominância de um ou outro tipo.

Voltando à distinção entre gênero e tradição discursiva, Kabatek (2005) afirma que TD é um conceito mais amplo que gênero, pois inclui todo tipo de tradições do falar identificáveis e também subgêneros ou tradições dentro do mesmo gênero. Gênero é um tipo de TD, mas nem toda TD equivale a um gênero, ou seja, um ato de fala, um estilo, também podem ser TDs.

Podemos, portanto, considerar que uma carta pessoal, por exemplo, é um gênero, pois apresenta funções e objetivos específicos, situados social e historicamente. A carta pessoal também é uma TD, pelos mesmos motivos. Contudo, a noção de TD é mais ampla e engloba o conceito de gênero, considerando que, dentro do gênero/TD carta pessoal, encontramos diversas TDs como *saudação* e *despedida*, que são consideradas TDs, por apresentarem funções sociais e históricas específicas, mas não seriam consideradas gêneros.

Além dessas questões, tratar de TD implica também tratar de aspectos linguísticos e estruturais, além dos comunicativos. De acordo com Kabatek (2006), é possível diferenciar TDs por aspectos da superfície textual, como diferenças dos esquemas de junção empregados em TDs distintas.

Kabatek cita um de seus estudos sobre o espanhol, no qual mostrou que haveria uma correlação entre o tipo e a função de alguns itens linguísticos, como os juntores, com a TD à qual o texto pertence. Nessa pesquisa, o autor averiguou a correlação entre juntores e diferentes textos jurídicos medievais. Kabatek, então, distinguiu três TDs diferentes dentro do “gênero” jurídico: *façanha*, que descreve fatos mediante enumeração de acontecimentos; texto *foral*, que corresponde a um modelo prototípico da “lei”, consistindo numa lista de frases condicionais: se *a* fizer *b*, será sancionado com *c*; e um terceiro texto que é resultado da

recepção do direito comum e do direito romano redescoberto na Idade Média, caracterizado pela discussão científica das matérias jurídicas. Como resultado, o autor verificou que, nas faanhas, predomina a relação de adição, devido à característica de enumeração, muito frequente. No texto foral, a relação dominante é a condicionalidade, enquanto no texto do direito romano, existe uma gama de possibilidades de junção, desde a adição até a concessividade. Assim, Kabatek obteve a confirmação de que as diferenças textuais e gramaticais são indicadores de que esses textos se enquadram em TDs distintas.

1.1. O *corpus* de escrita

O *corpus* selecionado para a pesquisa refere-se a textos representativos do português paulista, vigentes nos séculos XIX, XX e XXI. Neste trabalho, o *corpus* de escrita é composto, então, de textos referentes à Tradição Discursiva complexa *carta*, em consonância com os princípios do PHPP.

Trabalhamos especificamente com dois diferentes modos de se escrever cartas: (i) cartas pessoais e (ii) cartas de leitores de redatores de jornais e revistas. Cada uma configura uma TD diferente, devido às finalidades sociais a que cada uma se presta.

Abaixo, segue uma descrição detalhada de cada uma das amostras de carta utilizadas como *corpus* para este trabalho. Ao final de cada descrição, apresentamos as convenções que serão utilizadas para identificar a ocorrência de *então* na amostra:

(a) *Correspondência passiva de Washington Luiz* – século XIX (SIMÕES e KEWITZ, 2006):

cartas particulares escritas por parentes (sogra, cunhado, concunhado, tio e irmãos) e alguns amigos íntimos de Washington Luís. Do total de cartas, selecionamos 20, cujos remetentes eram paulistas. As cartas apresentam tópicos discursivos variados: prestação de contas, informes, pedido de desculpas, justificativas, agradecimentos. De um modo

geral, encontramos assuntos familiares, cotidianos e jurídicos. Os textos são mais informais, devido à intimidade entre os interlocutores. Padrão de identificação: 19WL; número da carta, ano.

(b) *Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – século XIX* (SIMÕES E KEWITZ, 2006a): 19 cartas particulares que giram em torno da pessoa de José Bonifácio de Andrada e Silva, escritas entre 1801 e 1822, período que marca grandes transformações na história do país. Temática: comunicados, assuntos políticos e administrativos, felicitações, pedidos de ordem particular, comentários sobre a vida pessoal. De um modo geral, as cartas apresentam certo grau de formalidade, possivelmente por questões da época. Padrão de identificação: 19BNRJ, número da carta, ano.

(c) *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda – século XX* (ANDRADE, 1981): foram selecionadas 30 cartas particulares escritas pelo escritor Mário de Andrade entre os anos de 1934 a 1945 a seu amigo Murilo Miranda. As cartas apresentam tom informal devido à intimidade existente entre os interlocutores. A temática das cartas é bem variada, envolvendo pedidos, respostas de pedidos, comentários sobre sua vida, seu trabalho, fatos interessantes, engraçados e tristes ocorridos, reclamações, brigas entre os dois, entre outros. Padrão de identificação: 20MA, número da página do livro, ano.

(d) *Correspondência passiva do Professor Fidelino de Figueiredo – Excerto Paulista – século XX* (BARROSO e BATISTA, 2007): cartas particulares escritas por parentes, amigos e alunos endereçadas ao Professor Fidelino. A temática das cartas gira em torno de cumprimentos, agradecimentos, relatos de fatos ocorridos, pedidos, explicação sobre questões acadêmicas, convites, comentários sobre a vida pessoal. Há cartas mais ou menos

formais, dependendo do remetente, que pode ter um grau de intimidade maior (amigos, parentes) ou menor (alunos) com o destinatário. Do total de cartas, selecionamos 30.

Padrão de identificação: 20PF, remetente, número da carta, ano.

(e) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX* (BARBOSA e LOPES, 2006): 179 cartas de leitores e redatores publicadas em jornais e revistas paulistas da época. Os temas tratados focam diversos assuntos, desde questões pessoais como brigas entre vizinhos até questões de ordem política. Assim, encontramos uma diversidade de funções como reclamações, provocações, críticas, reivindicações, agradecimentos, justificativas, narração de fatos ocorridos; há também cartas publicadas no jornal que são destinadas a uma pessoa específica (como uma carta pessoal). Essa função era recorrente na época por conta da circulação dos jornais e revistas, que chegavam a locais nos quais as cartas particulares não atingiam. Padrão de identificação: 19CLR, número da carta, ano.

(f) *Cartas de leitores e redatores da revista VEJA – século XX*: foi coletado um banco de dados com todas as cartas de origem paulista publicadas na revista VEJA entre os anos de 1968 e 2000. Esse banco conta com mais de 2000 cartas. Para esta pesquisa, selecionamos 182 cartas. Para tanto, utilizamos apenas os anos de número ímpar. Desse recorte, buscamos 11 cartas de leitores de cada ano e 1 carta de redator por ano. Dessa forma, são 12 cartas por ano, perfazendo um total de 182 cartas. Essas cartas tratam de temas a respeito de artigos publicados na revista. Os leitores escrevem, de um modo geral, para opinar sobre um assunto, trazendo, portanto, críticas, reclamações, indignações, elogios, esclarecimentos, etc. Os redatores escrevem basicamente para relatar algum fato, dar esclarecimentos e opinar sobre algum assunto. Padrão de identificação: 20VEJA, data da publicação.

(g) *Cartas de leitores e redatores da revista VEJA* – século XXI: foram selecionadas cartas entre os meses de janeiro a setembro de 2009. Recortamos as cartas de leitores e redatores de origem paulista das três primeiras edições de cada mês, perfazendo um total de 177 cartas. A temática tem características semelhantes às das descritas em (f). Padrão de identificação: 21VEJA, data da publicação.

(h) *Cartas de leitores do jornal O ESTADÃO* – século XXI: selecionamos cartas (*on-line*) entre os meses de janeiro a setembro de 2009. Do total, utilizamos 350 cartas, somente de leitores. A temática também é semelhante à descrição apresentada em (f), quanto à carta de leitor. Padrão de identificação: 21ESTADÃO, ano de publicação.

Com relação à extensão do *corpus* caracterizado acima, são necessárias algumas considerações. Nas descrições apresentadas, mencionamos o número de cartas selecionadas em cada amostra, o que pode parecer assimétrico. Entretanto, o critério utilizado para esse recorte foi o **número de páginas**, pois o critério número de cartas não se mostrou adequado pelo fato de algumas cartas, especialmente as pessoais e as de redatores, serem bastante extensas, enquanto outras (especialmente de leitores) são bem menores. Dessa forma, buscamos um equilíbrio em quantidade de material, por século, bem como por modalidade de carta, do número de páginas, conforme explicitado na tabela abaixo, atentando-se ao fato que, nos séculos XX e XXI, esse valor é aproximado²⁰:

²⁰ O *corpus* do século XIX foi disponibilizado pelo PHPP. Sua formatação permite um valor exato do número de páginas. Já nos outros séculos, por serem compostos de amostras distintas de diferentes formatações, temos apenas o valor aproximado.

Tabela 1: total de cartas e páginas do *corpus* por século

Século	Número de cartas	Número de páginas
XIX	218	176
XX	242	180
XXI	527	180
Total	987	536

Cada século, portanto, conta com cerca de 180 páginas no total. A distribuição desse número entre as duas modalidades de carta estudadas (pessoais e de leitores e redatores) também é equilibrada, sendo aproximadamente 90 páginas para cada tipo, com exceção do século XXI, que conta com 180 páginas apenas para as cartas de leitores e redatores, por não dispormos de cartas pessoais dessa sincronia²¹. O número total de páginas referentes aos séculos XIX, XX e XXI encontra-se distribuído conforme apresentado nas tabelas 2, 3 e 4:

Tabela 2: total de cartas e páginas do século XIX

Modalidade de carta	Amostras	Número de cartas	Número de páginas
Pessoais	WL	20	32
	BNRJ	19	58
Leitores e redatores	CLR	179	86
Total		218	176

Tabela 3: total de cartas e páginas do século XX

Modalidade de carta	Amostras	Número de cartas	Número de páginas
Pessoais	MA	30	45
	PF	30	45
Leitores e redatores	VEJA	182	90
Total		242	180

²¹ Como já mencionado, uma TD passa por transformações ao longo do tempo por conta, entre outros fatores, de mudanças sociais e tecnológicas. Isso fez com que a carta pessoal fosse praticamente substituída pelo *e-mail*, no final do século XX e início do século atual. Essas mudanças trouxeram a impossibilidade de coleta de cartas pessoais na sincronia atual. O *e-mail* é considerado uma TD distinta, pois possui características sociais específicas. Dessa forma, seu uso não seria adequado neste trabalho, dados os recortes estabelecidos.

Tabela 4: total de cartas e páginas do século XXI

Amostra	Número de cartas	Número de páginas
VEJA	177	90
ESTADÃO	350	90
Total	527	180

1.2. O *corpus* de fala

O *corpus* de fala utilizado para essa pesquisa corresponde a uma subamostra do Banco de Dados IBORUNA, constituído pelo Projeto ALIP – Amostra Linguística do Interior Paulista (GONÇALVES, 2008). Trata-se do primeiro banco de dados de amostras de fala do interior do Estado de São Paulo, com rigorosa coleta de dados e controle de fatores sociais, abrangendo sete municípios da região noroeste: Bady Bassitt, Cedral, Guapiaçu, Ipiranga, Mirassol, Onda Verde e São José do Rio Preto. O material disponibilizado é composto de arquivo de som digital, transcrição, ficha social do informante e diário de campo. O projeto é formado por dois tipos de amostras: Amostras Censo (AC) e Amostras de Interação (AI). O primeiro tipo provém de entrevistas de documentador com 152 informantes, selecionados de acordo com os preceitos da Sociolinguística Variacionista, tomando por base, portanto, as variáveis sociais *sexo/gênero, faixa etária, nível de escolaridade e renda familiar*. Essas entrevistas foram direcionadas para obtenção de cinco tipos de textos de cada informante, a saber: *narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), relato de descrição (DE), relato de procedimento (RP) e relato de opinião (RO)*. Já as Amostras Interação são compostas de 11 amostras de fala gravadas secretamente e sem controle de qualquer variável.

Para compor o *corpus* deste trabalho, foram selecionadas 21 (vinte e uma) gravações da AC, descritas no quadro a seguir.

AMOSTRA	TIPOLOGIA TEXTUAL	DADOS SOCIAIS				
		Sexo	Faixa etária	Nível de escolaridade	Renda familiar	Cidade de origem
AC-051	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	26 anos	Ensino Superior	Até 2SM	São José do Rio Preto
AC-052	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	20 anos	Ensino Superior	De 11 a 24SM	Bady Bassit
AC-053	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	23 anos	Ensino Superior	De 6 a 10SM	São José do Rio Preto
AC-054	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	19 anos	Ensino Superior	De 6 a 10SM	São José do Rio Preto
AC-055	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	18 anos	Ensino Superior	Até 5SM	São José do Rio Preto
AC-076	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	28 anos	Ensino Médio	De 11 a 24SM	São José do Rio Preto
AC-077	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	31 anos	Ensino Médio	De 6 a 10SM	São José do Rio Preto
AC-078	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	31 anos	Ensino Médio	De 6 a 10SM	São José do Rio Preto
AC-079	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	27 anos	Ensino Médio	Até 5SM	São José do Rio Preto
AC-080	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	29 anos	Ensino Médio	Até 5SM	São José do Rio Preto
AC-083	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	28 anos	Ensino Superior	De 11 a 24SM	Guapiaçu
AC-084	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR)	Feminino	36 anos	Ensino Superior	De 11 a 24 SM	São José do Rio

	Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)					Preto
AC-085	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	26 anos	Ensino Superior	De 6 a 10SM	São José do Rio Preto
AC-087	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	26 a 35 anos	Ensino Superior	Até 5SM	São José do Rio Preto
AC-088	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	28 anos	Ensino Superior	Até 5SM	São José do Rio Preto
AC-140	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	60 anos	Ensino Médio	De 6 a 10SM	Onda Verde
AC-141	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	54 anos	Ensino Médio	De 11 a 24SM	São José do Rio Preto
AC-142	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	52 anos	Ensino Médio	De 6 a 10SM	Cedral
AC-147	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	Mais de 55 anos	Ensino Superior	De 11 a 24SM	São José do Rio Preto
AC-148	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Feminino	55 anos	Ensino Superior	De 6 a 10SM	São José do Rio Preto
AC-149	Narrativa de Experiência (NE) Narrativa Recontada (NR) Descrição (DE) Relato de Procedimento (RP) Relato de Opinião (RO)	Masculino	55 anos	Ensino Superior	De 6 a 10SM	São José do Rio Preto

Quadro 5: O *corpus* de fala

Embora o perfil social dos informantes não seja fundamental para esta pesquisa, já que nosso foco não é fenômeno variável, a seleção das amostras levou em conta alguns fatores sociais com a finalidade de trazer certo equilíbrio com o perfil social dos remetentes das

cartas, conforme descrito na seção anterior. Desse modo, privilegiamos informantes com nível médio e superior, com idade igual ou superior a 18 anos, características, de um modo geral, semelhantes à das cartas, em detrimento à fala de crianças e de pessoas com baixa escolaridade. Também buscamos equilibrar o número de informantes masculinos e femininos.

Além disso, elegemos as Amostra Censo, uma vez que podemos ter o controle do tipo textual por ocasião da descrição dos dados, embora não podemos tratar esses tipos como “puros”, já que, na conversação, é comum encontrarmos vários tipos de relato em uma enunciação.

A seleção de 21 amostras também está relacionada com o critério número de páginas. Como visto, em cada século, para os dados de escrita, contamos com cerca de 180 páginas. Os 21 inquéritos descritos acima, juntos, contabilizam aproximadamente 160 páginas, o que traz equilíbrio no *corpus* como um todo.

Por fim, a identificação das ocorrências analisadas nesse *corpus* dá-se da seguinte forma: identificação do número do inquérito (AC-055/ AC-141/ AC-0147, por exemplo), abreviação correspondente ao tipo textual em que o item se encontra (NE/NR/ DE/ RP/ RO), e linha de ocorrência de *então* na amostra.

2. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa alia as abordagens qualitativa e quantitativa, com ênfase para a primeira. Dessa forma, nosso foco recai na descrição do item *então* enquanto juntor, atentando-se para os traços semânticos, sintáticos, discursivos e pragmáticos de cada ocorrência. Consideramos a abordagem quantitativa também importante, na medida em que, a partir dela, podemos fazer afirmações mais seguras, comprovando, assim, declarações ora apresentadas, como por exemplo, correlações com respeito à TD, entre outras coisas, já que a frequência indicia tendências. Adotamos a abordagem quantitativa subsidiada pelo critério “frequência”, que foi

contada por meio de dois métodos relevantes, a saber, a frequência *token*, que diz respeito à frequência de ocorrência de um item/construção independentemente do significado e a frequência *type*, que se refere à frequência com que um padrão particular ocorre, podendo ser avaliada por meio das considerações dos diferentes padrões assumidos pelo item/construção (HEINE et al, 1991 e BYBEE, 2003).

Para tratar das correlações entre **TD**, *então* e **tipo textual**, utilizamos o programa estatístico *Goldvarb*.

CAPÍTULO III

A MULTIFUNCIONALIDADE DE *ENTÃO*

1. A multifuncionalidade de *então* nos dados de escrita

1.1. Preliminares

Nos dados de escrita analisados, foram mapeados três padrões funcionais (*types*) do juntor *então*, identificados com base em critérios semânticos e nomeados como: **anafórico temporal**, **sequenciador temporal** e **conclusivo**, além de diversos usos **ambíguos**, totalizando 62 *tokens* de *então*.

Então anafórico aponta para um momento mencionado anteriormente no texto, com valor de “naquela ocasião”, “naquele momento”. *Então* sequenciador introduz um evento que representa uma sequência no tempo, sendo parafraseável por “em seguida”, “depois”. Sob o rótulo de *então* conclusivo, abarcamos uma categoria bastante heterogênea. Podem ser casos em que *então* introduz uma consequência, uma conclusão propriamente dita, uma conclusão a partir da fala do interlocutor, uma conclusão com nuance de admiração, entre outras, que serão detalhados nas próximas seções. Além desses usos, encontramos alguns usos ambíguos, nos quais podemos depreender duas ou mais leituras: o item pode veicular uma leitura anafórica e sequenciadora; sequenciadora e conclusiva; e, ainda, anafórica, sequenciadora e conclusiva.

A tabela 5 abaixo mostra a distribuição das 62 ocorrências de *então* encontradas nas amostras de escrita, bem como a frequência correspondente, de acordo com a função semântica desempenhada:

Tabela 5: número de ocorrências e frequência de *então* por função semântica (séculos XIX, XX e XXI)

Função (<i>types</i>)	Número de ocorrências	Frequência
Anafórico temporal	10	16.1%
Sequenciador temporal	6	9.7%
Conclusivo	36	58.1%
Usos ambíguos	10	16.1%
Total	62	100%

A leitura da tabela revela que o juntor *então* com função semântica conclusiva ultrapassa a metade do total de *tokens*. Essa frequência elevada deve-se, possivelmente, à heterogeneidade dessa função semântica, que pode se manifestar com diferentes especificidades, conforme será descrito na próxima subseção. Esses padrões semânticos se comportam de modos distintos na arquitetura sintática. Na próxima subseção, descrevemos os usos do juntor *então*.

1.2. Descrição dos dados

1.2.1. *Então* anafórico temporal

Então anafórico temporal funciona como um advérbio temporal e retoma um momento ou situação mencionados no texto, que podem ser situações passadas ou futuras. Seguem, abaixo, alguns exemplos:

- (46) Já há tempo que lhe devia ter escrito, mas, este fim e começo de ano me foram sobremaneira dispersivos, quebrando terrivelmente o ritmo quase monacal da minha vida(...)O desconcerto maior, porém, foi o casamento do último dos muitos sobrinhos que criei e vi, **então**, de muito perto o acerto do ditado judeu: 'Um casamento vale por cinco incêndios'. Desta maneira, a minha vida monacal se tornou, realmente, cenobita, pois, neste casarão fiquei só e silencioso. (20PF, Bueno 55a, 1955)
- (47) Na sua edição de 4 de março deste ano, VEJA ofereceu aos leitores uma reportagem de capa em que listava dez razões para otimismo em relação à crise econômica mundial e suas consequências sobre o Brasil. Estava **então** entrando no seu sexto mês e o encrallamento econômico planetário iniciado com o estouro da bolha imobiliária americana e a quebra de tradicionais bancos de investimento em Wall Street. (...) (21VEJA, 22/07/2009)

Em ambos os casos, *então* faz menção a um evento mencionado no próprio texto. No primeiro exemplo, *então* está retomando o episódio “o casamento do meu sobrinho”, enquanto que, no segundo, o item refere-se à data “4 de março de 2009”.

O *então* anafórico temporal não é um juntor propriamente dito, pois o vínculo estabelecido pelo item é basicamente semântico. No entanto, o anafórico temporal é um item de coesão, ou seja, ele estabelece certa ligação dentro do texto, por isso, embora não seja um juntor prototípico, esse uso apresenta traços que o aproxima de um. Na verdade, conforme Tavares (2003), *então* anafórico temporal deu origem ao *então* sequenciador temporal por um processo de gramaticalização, o que significa que o anafórico temporal foi o primeiro passo para que o item assumisse a função de um juntor.

1.2.2. *Então* sequenciador temporal

Nesse uso, *então* sequencializa eventos encadeados temporalmente, como em (48) e (49):

- (48) Parabéns pela excelente entrevista com Contardo Calligaris (Amarelas, 3 de junho). Sua abordagem pontuou fielmente o conflito do homem contemporâneo. Estava lendo a entrevista em voz alta enquanto meu marido fazia a barba e, de repente, ele parou na porta do banheiro para ouvir atentamente o que eu lia. Foi aí que eu percebi que ele estava emocionado, com os olhos cheios d’água. **Então** ele disse: “Esse psicanalista conseguiu traduzir tudo o que eu sinto e nunca consegui explicar”. (21VEJA, 10/06/2009)
- (49) (...) Faz dois domingos exatamente, saio de casa lá pelas vinte horas pensando em jantar, talvez encontrasse amigos no Franciscano. Mas nem bem desço do bonde na praça o Correio, quem que encontro? O meu barbeiro (...)Estava aliás numa boa bebedeira de sujeito honesto, casado, com cinco filhas, tudo mulher! (...)Depois peguei ele, tomei um automóvel, deixei-o na porta da casa. E a mulher (ela me contou hoje) ainda o recebeu com um ‘E ainda por cima gastou no automóvel!’ **Então** ele contou tudo ‘mas eu não acreditei. (20MA, p94, 1941)

No exemplo (48), temos dois eventos encadeados temporalmente: primeiro, o marido ouviu atentamente o que a mulher lia, *em seguida*, ele disse algo. O mesmo ocorre no exemplo (49), em que, primeiramente, a mulher recebeu o marido de modo grosseiro e, *em*

seguida, ele contou tudo o que havia acontecido. A leitura sequencial de tempo é corroborada pelo teor narrativo das cartas, percebido pelos tempos verbais no passado e por alguns outros itens coesivos como *depois*, no exemplo (49), que ajuda na sequenciação dos acontecimentos.

Nos exemplos, *então* é um advérbio que tem a função de ligar as orações, manifestando uma relação temporal de sequência. Assim, a ligação é estabelecida por um elemento fórico. Diferentemente do *então* anafórico temporal, *então* sequenciador temporal comporta-se como um juntor prototípico, com funcionamento sintático semelhante a uma conjunção.

Nos dois exemplos anteriores, a articulação sintático-semântica está bem próxima ao domínio da parataxe, pois *então* liga orações de mesmo estatuto sintático: as orações são completas sintaticamente – sujeito, verbo, objeto. Semanticamente, temos um caso de *continuação*: a segunda oração continua a primeira, e não depende da primeira. Na verdade, há relativa independência, dado o fato de que o que se diz na segunda oração depende da primeira, ou seja, a ação que ocorreu depois no tempo só ocorre depois da primeira.

1.2.3. Então conclusivo

De um modo geral, nesse padrão semântico, *então* introduz um evento que representa uma consequência, resultado ou conclusão do evento anterior, havendo, assim, uma implicação entre as orações. Algumas vezes, pode ser substituído por “portanto”, “por isso”. Verificamos que os padrões conclusivos nem sempre se manifestam do mesmo modo, tanto semântica como sintaticamente, isto é, há diversas maneiras de se estabelecer o que estamos chamando aqui de relações “conclusivas”, cada uma com sua especificidade. A relação semântico-discursiva que nomeamos de conclusiva pode se comportar como um juntor mais ou menos prototípico. A seguir, apresentamos os diferentes nexos conclusivos de *então* encontrados no *corpus*.

Como um juntor conclusivo mais típico, temos a construção com *então* que se instaura em um nível mais factual, configurando uma *consequência objetiva* entre fatos que existem no mundo. Nesse caso, *então* introduz um efeito, um resultado do fato anterior, por isso, denominamos de ***então consecutivo***, como em (50), (51) e (52):

- (50) (...) caro esposo, correi a combater o inimigo para depois | orgulhoso correres a vir abraçar vossos filhinhos que | não cessão se quer uma hora de chamarvos anciosos; | vejo por um, pronunciado o nome de papai, vejo ou- | tro que vos pede a sua benção, lagrimas de saudades e | de afflicção desprendem-se **então** de meus languidos | olhos (19CLR, 478, 1865)
- (51) (...) Queríamos investir no Metrô. Procuramos o governo do Estado, para a Prefeitura fazer a estação no Largo da Batata, junto ao corredor Rebouças. Mas o governo do Estado não tinha projeto executivo. **Então**, não tivemos como investir. Daí, fizemos os túneis, para suprir uma demanda antiga por melhorias no transporte e no trânsito, objetivando beneficiar cerca de 2 milhões de pessoas que trafegam, moram ou trabalham na região (...) (21ESTADÃO, 17/09/2009)
- (52) (...) Paguei o imposto predial, e entrei com 450#000 para o banco, o restante está em meu poder para quando quizeres é só es= crever; Não entrei com este [p.2] outro dinheiro *para* o banco pois que mamãe estava sem dinheiro, **então** guardei na burra para qual- quer necessidade, até ella receber algumas contas de venda de café (...) (19WL, 1, 1900)

Nos três exemplos, *então* está mais centrado na articulação sentencial e estabelece uma relação conclusiva entre fatos do mundo, ou seja, são questões mais concretas. Por exemplo, em (50), as lágrimas (elemento concreto) da mulher são uma *consequência* de ela ver os filhos com saudades do pai. Em (51), o fato de o Estado não ter projeto (elemento concreto) não possibilitou o investimento da prefeitura e, em (52) como a mãe estava sem dinheiro (elemento concreto), uma quantia foi guardada para ela, para o caso de necessidade. Nesses casos, temos um padrão do seguinte tipo: (*porque*) *x*, *então* *y*, configurando uma relação de causa-efeito entre eventos no mundo.

Há outros tipos de conclusões que se diferenciam do anterior por estabelecerem uma *relação argumentativa* entre partes do texto, como a ocorrência a seguir:

- (53) Um homem bonito e inteligente fazendo sucesso não pode ser um padre? Tudo muda, até a Igreja Católica, para conquistar novos fiéis. Isso desperta sentimentos não tão nobres em algumas pessoas. Confesso que o padre Fábio de Melo é muito bonito e inteligente. Que mulher na face da Terra não gostaria de ter um homem assim ao seu lado? Mas este já está comprometido com a Igreja; **então**, vamos respeitar. (21VEJA,, 11/02/2009)

Nesse caso, *então* estabelece uma relação mais argumentativa, pois o escrevente está buscando argumentar, convencer os leitores sobre um ponto de vista: Fábio de Melo deve ser respeitado, já que é padre.

A respeito da diferença entre conclusões mais factuais e mais argumentativas, Ilari (2008) ressalta que algumas conjunções exibem esse tipo de sincretismo que consiste na confusão entre o nível do *dictum* e o *modus*, ou seja, confusão entre uma relação objetiva entre fatos que existem no mundo, e momentos de uma argumentação. O autor acrescenta, ainda, que as ocorrências de *então* representam os casos mais comuns. Entretanto, nem sempre é possível distinguir entre uma consequência ou conclusão do falante.

Tratando do item *portanto*, Lopes, Pezatti e Novaes (2001) teceram considerações a respeito das construções causais e consequenciais e construções conclusivas. Adotando a distinção proposta por Sweetser (1991) entre domínio do conteúdo e domínio epistêmico, as autoras apontaram que:

Assim, nas construções causais e consequenciais expressa-se uma relação de causalidade no nível do domínio do conteúdo, ou seja, representam-se dois estados de coisas, sendo que um deles é apresentado como causa, e o outro como consequência. Como assinala Oscar Lopes (1972) a causa é uma condição suficiente que existe no mundo real. Daí o caráter factual das construções causais e consequenciais (...) Nas construções conclusivas, a relação causa/consequência opera no nível do domínio epistêmico: o conector assinala que a proposição que introduz é a conclusão (ou consequência lógica) de uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com a premissa expressa (LOPES, PEZATTI e NOVAES, 2001, p. 208-209)

Dessa forma, existem vários traços que diferenciam a construção conclusiva da construção de causa-efeito, embora nem sempre facilmente. O traço mais importante, de

acordo com as autoras, e também constatado por Pezatti e Bechara (2007), é o de que o fundamento de uma relação semântica de conclusão propriamente dita é o *raciocínio inferencial*, o que significa que uma das premissas não está explicitada, diferentemente de uma relação consequencial, em que não temos premissas, mas uma causa e uma consequência, ambas explícitas. De acordo com Lopes, Pezatti e Novaes, na frase “O João é muçulmano, portanto não bebe álcool”, a premissa apresentada “é João é muçulmano”. Mas, para chegarmos à conclusão “portanto ele não bebe álcool”, nossa interpretação apóia-se numa premissa genérica que está omitida, que é: *os muçulmanos não bebem álcool*.

Assim, em (53), a interação entre a premissa explícita (Padre Fábio de Melo está comprometido com a igreja) e a premissa implícita (padres não podem casar ou namorar) leva à conclusão “vamos respeitar o padre Fábio de Melo”. Denominamos esses casos de ***então conclusivo propriamente dito***.

Os exemplos de (50) a (53) estabelecem junção sentencial, havendo uma interdependência semântica entre a causa e a consequência ou entre a premissa e a conclusão, configurando um caso de falsa coordenação (cf. GARCIA, 1985), em que temos uma coordenação sintática, mas uma subordinação semântica. Como adotamos critérios semânticos e sintáticos no modelo de junção, a junção estabelecida pelo item *então* está no contínuo entre parataxe e hipotaxe, pois diferentemente do padrão sequenciador temporal, no padrão conclusivo (conclusão objetiva ou argumentativa), não há uma simples continuação de sentido, mas *interdependência*, ou seja, semanticamente, as orações são assimétricas (cf. BLÜHDORN, 2008).

É também possível encontrar casos em que *então* estabelece correlação com as conjunções *quando* e *se*, trazendo uma situação em que a conclusão ou consequência apresentada por *então* depende de uma condição anterior. A estrutura desse tipo de ocorrência

é: *se x, então y = se x, consequentemente/eu concludo y*. Nomeamos esses casos de **então**

conclusivo/consecutivo correlativo, ilustrado pelo exemplo a seguir:

- (54) (...) Fiquei estarecida ao ler no nº 27 a carta de D. Darcy Cotrim Santos. É quase inacreditável constatar-se que em pleno século XX alguém ainda pensa em lutar contra feiticeiras e servidores de Satanás como se manifestou essa senhora. Se D. Darcy vivesse longe da civilização moderna, **então** eu poderia compreendê-la. Mas, no caso, é puro fanatismo. (20VEJA, 26/03/1969)

Módolo (2009) chama esse tipo de construção de *correlata hipotética*. Ele observa que, nesses casos, a natureza factual da construção condicional vem realçada por um elemento conclusivo/resumitivo (*então*), que ocorre na segunda oração. No próximo exemplo, temos mais um caso de correlação:

- (55) *Senhor Redactor*. – Ha tempo - se bem me | lembro - *Senhor Redactor*, que vi no seu | Farol, de cujo *Número* não estou certo, uma | correspondencia, que julgava acerto, e | util ao público o lançarem-se abaixo os | muros que bordão pela frente o Convento | que foi dos Menores Observantes n'esta | Capital; ficando naquelle lugar uma ex- | cellente praça, na qual se podia colocar | um bom chafariz - de que tanto se ne- | cessita – (...) mas ho- | je que por *Deliberação de Sua Majestade Imperial* foi | dada para o Estabellecimento d'Academia | do Curso Juridico, melhor, que nunca | pode ter lugar a tal lembrança; acrescendo | eu a isto uma outra, que não deixará de | ser d'utilidade ao mesmo público; vindo | a ser, que aquella parte da cerca alem do cor- | rego se podia muito bem vender em | porções para n'ellas se edificar, e o seu | producto applicado para as despezas da mes- | ma Academia, e quando este destino não | se possa verificar, **então** pode muito bem | servir de um cercado para se apascentarem | os gados que vem para o córte, e alli se con- | servarem até que se matem (19CLR, 394, 1828)

Nesse exemplo, temos a conjunção *quando*, com valor condicional, em correlação com *então*. Hirata-Vale (2008) afirma que a conjunção temporal *quando* pode ser interpretada como condicional em alguns contextos específicos; por exemplo, quando as construções temporais expressam habitualidade, e são usadas para argumentar, especificar ou restringir o significado da oração núcleo, ou ainda para mostrar o foco do falante em relação a um tempo de avaliação.

Em casos como esses apresentados, por termos uma correlação, as orações são mais dependentes sintaticamente, por isso, a junção oracional estabelecida também está no contínuo entre parataxe e hipotaxe. Módolo (2009) entende a correlação como uma etapa

intermediária entre coordenação e subordinação, ora dividindo propriedades com as coordenadas, ora com as subordinadas.

Apesar da possibilidade da construção *se...então* ou *quando...então*, o uso de *então* não é obrigatório, mas este fica subentendido. No entanto, nem todas as construções condicionais aceitam o juntor *então*. Em casos de condicionais pragmáticos do tipo “se não for incomodar, você poderia desligar o ventilador?”, o uso de *então* não é aceitável (cf. MONTOLIO, 2000). Também não parece aceitável o uso desse item em construções condicionais no domínio epistêmico: “se ligaram o ventilador, é porque esquentou”. Dessa forma, a correlação *se...então*, mesmo que subentendida, parece ser sustentada apenas em construções condicionais no domínio cognitivo do conteúdo, em que se estabelece uma relação de causa e consequência, como em (54) e (55). Contudo, a correlação existente nesse tipo de oração, conforme encontrado no *corpus*, é *se...então* e não *se...portanto/assim* ou outro juntor conclusivo, o que leva a uma possível especialização do item.

Outro padrão muito recorrente, com características de um juntor típico, refere-se a casos em que a conclusão introduzida pelo juntor *então* pode ser pensada em termos de uma *inferência* do escrevente, e a oração normalmente apresenta um ato de fala interrogativo; por isso chamamos esses casos de ***então inferidor***, como no exemplo (56):

- (56) (...)Você fala que o Moacir vai responder, **então** ele leu? Imaginava ele em Petrópolis e ia mandar outra cópia pra lá. Agora espero (...) (20MA, p. 104, 1942)

Nesse exemplo, a partir do que foi escrito pelo interlocutor (“o Moacir vai responder”), o escrevente conclui/infere que o Moacir leu a carta, mas, como não era isso que o escrevente esperava, ele faz uma pergunta para seu interlocutor, que deve confirmar ou não se a inferência está correta. Essa ocorrência possui natureza interacional, uma vez que é

possível perceber um diálogo entre os interlocutores, ou seja, a conclusão apresentada é respaldada na fala do outro.

Para Tavares (1999), o inferidor é um sequenciador que introduz uma informação que representa uma inferência, uma conclusão feita pelo falante a partir da fala de seu interlocutor, levando o discurso a sua continuidade. A informação não fora mencionada anteriormente, mas depreendida do que foi dito.

Segundo Sapata (2006) o que diferencia o inferidor²² do conclusivo, é que o primeiro orienta para uma conclusão que ainda não é definitiva. Nesse caso, para ela, haveria locutores diferentes (polifonia). Outro fato interessante mostrado pela autora é que, quando o *então* inferidor está em um ato de fala interrogativo, causa estranheza ser substituído por “logo”, pois esse elemento encabeça conclusões com garantia de verdade. Isso pode ser significativo, pois existe a possibilidade de *então* estar se especializando nesses contextos, em detrimento de outros juntores conclusivos, como *portanto*, *logo*, *assim*, *por isso*, pois não foram encontrados, no *corpus*, casos como em (56) com esses juntores.

Com relação ao esquema de junção que *então* estabelece nesses contextos, percebe-se que a junção dá-se entre sentenças, pois há o amarramento entre as orações “o Moacir vai responder” e “então ele leu”. Como mencionado, o contexto é mais interacional, por isso não podemos deixar de salientar que conseguimos estabelecer também outro tipo de junção: uma junção com outro contexto, com outra situação discursiva.

Então inferidor também pode ser encontrado em contextos altamente argumentativos, que são muito característicos da TD carta de leitor, com a qual trabalhamos. Observe-se o próximo exemplo:

- (57) O presidente Lula quis que a ministra Dilma "saísse de cena" por uns dias... **Então**, eles confirmam o ditado "quem cala consente"? (21ESTADÃO, 26/08/2009)

²² Apesar da diferenciação feita pela autora, ela não utiliza a nomenclatura *então inferidor*, mas apenas *então conclusivo*.

Esse caso, embora esteja em uma pergunta e veicule uma inferência do falante, difere de (56), pois neste há a expectativa de uma resposta afirmativa ou negativa diante da questão formulada. Já em (57), não se espera uma resposta, mas se espera instaurar uma discussão a respeito do assunto. Esse uso está ligado à estratégia argumentativa do escrevente, que leva os leitores dessa carta a certas conclusões.

Observem-se as próximas ocorrências:

- (58) Li carta de leitora reclamando da falta de trabalho legislativo no Congresso, que deveria, entre outros, alterar nosso Código Penal (É tudo fumaça, 8/7). Pergunto, **então**: depois de tantos malfeitos mostrados, será que alguém pode imaginar os parlamentares trabalhando contra eles mesmos, alterando um código de que aprenderam todos os atalhos para burlar? (21ESTADÃO, 10/07/2009)
- (59) Roseana Sarney assumir o governo do Maranhão após ser derrotada nas urnas é uma vergonha. **Então**, para que chamam o eleitor para votar? Estão achando que o eleitor é palhaço? (...) (21VEJA, 06/05/2009)
- (60) O ministro Tarso Genro, em entrevista ao Estado (11/01, A10) afirma que “resistência armada” contra a ditadura não pode ser confundida com terrorismo. Perguntaria, **então**, ao ministro da Justiça: a explosão daquela bomba dentro de uma maleta no saguão do Aeroporto de Guararapes no dia 25 de julho de 1966, que causou duas mortes, amputações e seqüelas permanentes num total de 15 vítimas civis e militares, deve ser confundida com o quê? (21ESTADÃO, 14/01/2009)
- (61) Sr diretor: Parabéns pela sensacional reportagem sobre a TFP (Sociedade Brasileira de Defesa à Tradição, Família e Propriedade) (VEJA, nº 334). Gostaria de acrescentar o seguinte: seus membros não ouvem rádio, não vêem televisão, não têm diversões. Como se explica, **então**, a frequência sistemática a restaurantes de alto nível? Houve a substituição dos prazeres sexuais pelos de uma boa mesa? (20VEJA, 26/02/1975)

Nesses quatro exemplos não se espera uma resposta para a pergunta, mas se busca trazer à tona uma ironia e/ou uma discussão a respeito do assunto. Como mencionado, esse tipo de ocorrência é mais recorrente em textos argumentativos, nos quais se busca levar o leitor da carta a certas conclusões. Também apresenta características interacionais, por configurar um diálogo, no caso, com outro texto. Por isso, chamamos esses usos de **então conclusivo dialógico**.

Nos exemplos (58), (59), (60) e (61), particularmente, *então* instaura uma conclusão em um contexto em que se esperaria outro resultado. Em (59), por exemplo, era de se esperar

que Roseana Sarney não assumisse o cargo de governadora, dada sua derrota nas urnas, mas ela assumiu, então (por causa disso), pergunta-se: qual a finalidade de uma votação? A estrutura que estaria subjacente seria: se Roseana assumiu o cargo, embora não pudesse assumir, então devem achar que o eleitor é palhaço. É possível pensar nessa estrutura para os quatro exemplos acima. Está claro nesses exemplos que não se busca uma resposta, mas essa questão é feita com a finalidade de mostrar insatisfação a respeito desse fato. Os assuntos tratados são polêmicos e a estratégia argumentativa do autor é a contra-argumentação. Nesses casos, também é possível depreender uma relação de condicionalidade – se os deputados e senadores não trabalham mesmo devendo trabalhar, conclui-se que eles não vão querer trabalhar para mudar o Código Penal (58); se Roseana assumiu mesmo não podendo, conclui-se que eles devem achar que o eleitor é palhaço (59). É possível que nesse contexto *então* seja preferível a outros elementos conclusivos, como *portanto* e *assim*, por exemplo, o que leva a pensar numa possível especialização de *então* nesses contextos²³.

Risso (2006), analisando ocorrências de *então* em língua falada, mostrou que esse elemento pode estar envolvido na configuração das relações interpessoais. Assim, *então* pode ser considerado um operador argumentativo recorrente após uma sequência de atos de fala, em que os interlocutores comentam sobre um assunto em torno do qual há discordância entre as partes. Nesse caso, o item é responsável por dar uma direção argumentativa ao enunciado. É o que, em certo sentido, parece acontecer com os exemplos de (58) a (61), nos quais os escreventes contra-argumentam com outra posição. Trata-se de um emprego de grande peso pragmático-interacional, em que:

É visível o esquema que leva um dos locutores a direcionar argumentativamente as afirmações do outro, tirando conclusões próprias, ou fazendo declarações e perguntas estrategicamente escoradas naquilo que o parceiro vinha afirmando. A natureza anafórica de *então* sensivelmente

²³ Sobre essa afirmação, encontramos no *corpus* apenas um caso de *assim, pergunto...?* e nenhum caso com outros operadores conclusivos.

propicia sua ocorrência nesse desdobramento do discurso com respaldo em material de fala anterior (RISSO, 2006, p. 467)

Interessante encontrar esse tipo de emprego, altamente interacional em dados de língua escrita, o que diminui o abismo posto por alguns entre fala e escrita. Nos exemplos, a interação não se dá momentaneamente, mas com outra situação discursiva, como um depoimento, um artigo publicado. A natureza anafórica ainda persiste, e, nos casos de língua escrita, aponta para uma situação discursiva exterior, com a qual dialoga.

Nesses exemplos, *então* tem natureza adverbial e tem valor de “por isso”. Nesse caso, *então* não é uma conjunção prototípica pela própria posição do item, que não está no início da oração. Sintaticamente, há relativa independência entre as partes articuladas. Por outro lado, há forte vínculo semântico. Dessa forma, há interdependência semântica entre as orações, o que leva a uma junção também no contínuo entre parataxe e hipotaxe.

A noção de contínuo entre junção frasal e textual pode ser notada nessas ocorrências, em que o item tem comportamento de juntor frasal, mas apresenta algumas características de juntor textual, já que *então* não liga exatamente orações, mas fragmentos textuais menores.

Entre os jutores prototípicos mais textuais, podemos distinguir ***então conclusivo articulador textual***, um uso de *então* com valor conclusivo, que possui uma característica fortemente fórica, pois retroage para toda a porção textual anterior e introduz uma conclusão a fim de finalizar um tópico ou subtópico. Nessa estrutura, portanto, o item funciona como um juntor textual, que faz o discurso progredir e assume importante dimensão argumentativa. O item introduz a opinião do escrevente, opinião esta respaldada em todo o discurso anterior, como nos exemplos a seguir:

- (62) *Senhores* Redactores. || Não posso deixar de queixar-me á *Vossas mercês* e ao | publico do abandono, em que se acha a estrada, | por onde costume transitar com minha tropa. (...)De meado do anno passado pa- | ra cá duas ou tres viagens tenho feito, e nada | de concertos, e a estrada arruinando se cada vez | mais, de maneira que está hoje quasi intrasitavel. || *Senhor* Redactor, eu sou paulista, e gosto de ver | os meus patricios em alguns empregos, e merecen- | do frequentes, e pomposos encomios; mas se em | [corroído] |

no, e os miseros tropeiros, alem de imensos | incommodos, soffrem perdas, estragando os ani- | maes, que tão caro lhes custa, e com que tan- | to concorrem para a renda publica, **então** ou | paulista, ou fluminense, ou bahiano, com tanto que | trate mais em estradas, do que em politica. (19CLR, 441, 1841)

- (63) Fico surpreso com o lamento de leitores ex-petistas que descrevem sua frustração. Não leram a Carta aos Brasileiros, de 2002, antes mesmo de o PT governar? Se leram e não acreditaram, já deveriam saber que a linha programática do partido era claramente inviável operacionalmente. Se leram e acreditaram, jamais deveriam apoiá-la, votando em Lula. **Então**, se a direita brasileira é aquela tristeza, a esquerda é uma piada - de mau gosto. (21ESTADÃO, 08/07/2009)

Nos exemplos, a junção não se dá entre orações, mas entre porções de texto. Essa função de alguns jutores ditos coordenativos já era mostrada por autores da Semântica Argumentativa e Enunciativa, tais como Guimarães (1980, apud Koch, 2008). Embora sintaticamente as orações sejam independentes, e, por isso, coordenadas, semanticamente, por termos um caso de conclusão, há *interdependência*. Uma conclusão (no caso introduzida por *então*), não é independente dos argumentos citados anteriormente, ou seja, há uma interdependência de sentido entre as partes do texto. Assim, também temos mais um caso de contínuo entre a parataxe e hipotaxe, mais próximo daquela por conta da natureza das unidades sintáticas envolvidas.

Também encontramos no *corpus* usos de *então* com certo sentido conclusivo que preservam a natureza anafórica, porém sua foricidade extrapola os limites do texto, como em (64) e (65):

- (64) **Então**, o sr. Sarney, ou seja, a Fundação Sarney vai continuar recebendo dinheiro da Petrobrás... (21ESTADÃO, 04/09/2009)
- (65) Mas como? **Então** falta papel higiênico no perfeito paraíso socialista da devoção do PT, de Zé Dirceu, de Lula, de Franklin Martins, de Ziraldo, de Marilena Chauí, de Walter Pomar, de João Pedro Stedile, de Luís Fernando Veríssimo? (21VEJA, 16/09/2009)

Em ambos os exemplos, as cartas de leitores são apresentadas na íntegra, assim como foram publicadas. A primeira se refere a um artigo publicado no jornal sobre o fato de a Fundação Sarney receber grande quantia de dinheiro da Petrobrás; a segunda, a um artigo

publicado na VEJA, que mostrou as condições precárias de higiene em Cuba, como o uso de publicações comunistas como papel higiênico.

Nas duas ocorrências, *então* preserva o valor anafórico, na medida em que aponta para algo já mencionado, não no mesmo texto, mas em outra situação discursiva, com a qual o escrevente da carta quer dialogar, com a finalidade de ironizar e mostrar indignação sobre o assunto. Assim, esse funcionamento de *então* não o classifica como um juntor prototípico: a junção que o item estabelece é de outro tipo, estando vinculada mais ao plano semântico-discursivo e não sintático.

Nesse contexto, o item também preserva, apesar de diluído, o valor de conclusão, mas com uma nuance de *admiração, exclamação* a respeito do assunto tratado. Por isso, temos ***então* com função de admiração/exclamação**.

Nesses contextos, o escrevente repete uma informação já dita, como se fosse uma conclusão ou encerramento do assunto, e deixa para o leitor fazer inferências, tirar suas próprias conclusões a partir de sua exposição, que mostra sua orientação argumentativa. As reticências em (64) facilmente revelam indignação e descontentamento com o fato de Sarney continuar recebendo dinheiro; em (65), o uso das palavras “perfeito paraíso” e da expressão “mas como?” servem para ironizar a situação e discordar do fato de algumas pessoas (nomes citados) considerarem Cuba um “paraíso”, pois pelo fato colocado, ele não é. Esse pode ser outro caso de especialização de *então*. É possível que esse seja um uso mais gramaticalizado de *então*, em que ele perdeu algumas propriedades semânticas e sintáticas e ganhou novas características, bem como preserva traços da forma fonte.

No exemplo abaixo, também como um juntor não típico, verificamos um caso semelhante:

- (66) (...) Escrevi um bruto dum poema chatíssimo, para uns 370 versos, que é uma meditação sobre o Tietê. Chatérrimo, irritante pros outros, talvez ninguém vai gostar. Mas muito importante pra mim. Irá parar na *Lira Paulistana*. Desta, que agora vou arranjar na versão definitiva, quando datilografar, tirei cópia pra você.

Uai! **Então** Bangu não fica na Central!!! boa piada a minha confusão (...) (20MA, p.181, 1984)

O escrevente também introduz *então* e repete algo já dito em outra situação discursiva, no caso, outra carta. *Então* inicia o tópico da conversa e introduz uma admiração, exclamação do autor da carta, pois, segundo seu conhecimento, Bangu ficava na Central e foi avisado pelo interlocutor (em outra carta, provavelmente) de que essa informação não era verdadeira, o que causou surpresa e/ou admiração no escrevente. É uma estrutura parecida com as duas anteriores, em que o interlocutor dialoga com outro texto e veicula traços interacionais; mas, em (66), o contexto é diferente por não haver orientação argumentativa. O item, nesse exemplo, também preserva algumas características de um juntor conclusivo, como a foricidade e uma leve expressão de conclusão. O item perde, em parte, a propriedade conclusiva e ganha essa função de admiração sobre algo em que o contrário era esperado.

Também é possível depreender esse valor de admiração no exemplo abaixo:

- (67) (...) E cada vez mais me arrependo de ter cedido (e si não cedesse, saía da mesma forma e está claro que eu não ia brigar com alguns dos meus melhores amigos, com quem eu ficava **então**!) mas me arrependo. (...) (20MA, p.170, 1944)

Nesse uso, *então* exprime força ilocucionária exclamativa e preserva o valor de conclusão/resultado (se ele brigasse o resultado era ficar sem amigos). O contexto em que está o item também apresenta características interacionais, como no exemplo anterior. Nesse caso, *então* tem algumas características de juntor, como o vínculo semântico entre as partes do texto. Interessante notar a posição desse elemento na frase: se o item fosse deslocado para o início da frase, o sentido não seria o mesmo, perderia o valor de admiração.

Também verificamos no *corpus* uma ocorrência em que *então* está em uma expressão que finaliza uma discussão, com natureza claramente interacional, como no exemplo abaixo:

- (68) (...) ao atravessar d'um becco (não sei se é becco, | mas em Minas é becco) dou com um moleque trepado | n'uma escadinha, com uma vassourinha pequena a bor- | rar com tinta preta o letreiro da rua. || Ai! quando eu vital, dei tres berros tezos que o mo- | leque até ficou pallido. || – Oh! negro, disse eu, como tu estás a borrar o let- | treiro da rua. || – E' ordem... || – E' ordem! de quem? || – Do *senhor* fiscal. || – Para que isso, agora? || – E' para fazer numeros e nomes novos nas portas e | ruas. || – Ah! o caso é esse! E quando ficará isso prom- | pto? || – Lá para o fim do anno, talvez. || – **Então** bem. Vem cá comigo. || – Sim, senhor. || O moleque acompanhou-me até a casa e entreguei- | lhe as cartas e os queijos para elle entregar ao *senhor* fis- | cal (19CLR, 472, 1865)

Nesse caso, *então* está em uma parte do trecho que reproduz um diálogo oral, no qual o escrevente e um moleque discutem. Para encerrar aquela discussão específica, o escrevente da carta utiliza a expressão *então bem*. Essa expressão poderia ser parafraseada por *tá certo, está bem, então tá*, em que o interlocutor busca finalizar o assunto em pauta, bem como a interação. Dessa forma, a expressão apresentada possui características interacionais, regulando o fim da interação. No nosso *corpus* de fala, encontramos expressões semelhantes e em número bem maior, o que sugere que esse uso seja mais característico do texto oral. Esses casos são chamados de ***então* sinalizador de fim de interação**.

Esse uso pode ser um caso mais gramaticalizado do item em que depreendemos perdas, ganhos e preservação de traços: o valor conclusivo prototípico foi perdido, mas é preservado apenas o sentido de fim, no caso, da interação. Embora não seja um juntor propriamente dito, nesse contexto, o item preserva alguns traços juntivos, pois marca o fim de uma interação e do assunto.

1.2.4. *Então*: usos ambíguos

No exemplo a seguir, observamos um caso de ambiguidade quanto ao valor semântico de *então*:

- (69) (...) E o resultado é um dia como o de hoje: em que ele escolhe um, dois amigos, gasta à beça, bebe bastante, isso de dois em dois meses, e fala seis horas seguidas sobre a honestidade, sobre só ser feliz quem é honesto e que esses ricos 'não dormem' e que ele dorme! Está claro que eu concordei e meu tio José ainda mais. Acrescentando que tem certeza que vão chegar dias muito melhores. Eu imaginei que tio José se referia à guerra e disse 'dentro de um ou dois três anos, sim'. **Então** tio José, lunático e

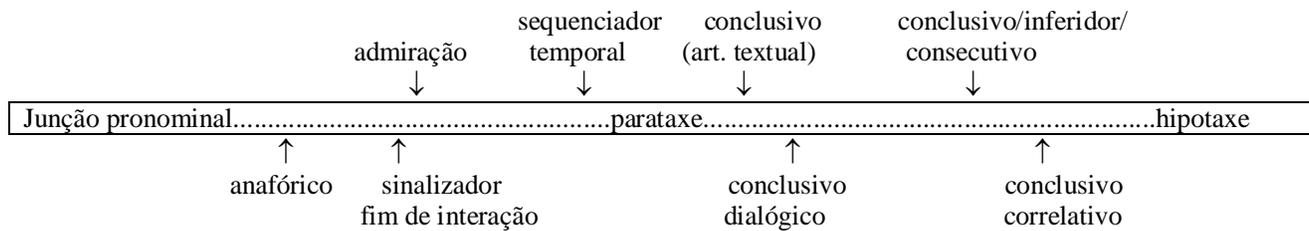
estratosférico, sorriu superior, como quem sabe de tudo e murmurou apenas, mas com uma certeza tão iluminada que até eu no momento acreditei: ‘Três anos, não! poucos meses’ (...) (20MA, p.95, 1941)

Nessa ocorrência, *então* exprime função semântica sequenciador temporal e/ou conclusiva. No primeiro caso, *então* introduz um evento que representa uma sequência no tempo do evento anterior: primeiro “disse”, em seguida, “sorriu”. No entanto, o contexto linguístico permite inferir um significado conclusivo, em que “sorrir” representa não só uma sequência, mas uma consequência da ação anterior. Assim, as duas ações estariam implicadas semanticamente.

1.3. Conclusões prévias

A partir da análise dos dados de escrita, verificamos diferentes usos do item *então* enquanto um juntor, mais ou menos prototípico.

Assim, conforme descrevemos na seção anterior, temos *então* (i) **anafórico temporal**, (ii) **sequenciador temporal** e (ii) **conclusivo**, função ampla e heterogênea que pode expressar os seguintes usos mais específicos: consecutivo; conclusivo propriamente dito; inferidor; conclusivo dialógico; conclusivo/consecutivo correlativo; conclusivo articulador textual, conclusivo de admiração/exclamação e conclusivo sinalizador de fim de interação. Com isso, apresentamos no esquema abaixo, os seguintes padrões do comportamento sintático-semântico de *então* e sua flutuação na organização sintática²⁴:



²⁴ No esquema apresentado, as flechas não estão direcionadas para um ponto exato, mas para a porção próxima, mais à direita ou mais à esquerda.

O esquema apresentado acima não está relacionado a uma rota unidirecional de gramaticalização do item *então*, mas está relacionado à **junção**, ou seja, ele ilustra os diferentes processos de junção de *então*.

Esse esquema pode permitir uma leitura em termos de *gramaticalidade*, em que haveria um aumento de informação gramatical, como da parataxe para hipotaxe, mas não de *gramaticalização*, o que pressupõe relações de derivação.

2. A multifuncionalidade de *então* nos dados de fala

2.1. Preliminares

Nos dados de fala, foram contabilizadas 412 *tokens* no total (usos juntivos mais ou menos prototípicos).

A tabela 6 apresenta a distribuição das 412 ocorrências do item *então* nos dados de fala dentre os seguintes *types* classificados com base no critério semântico e nomeados como *então*: **anafórico temporal**, **sequenciador temporal**, **conclusivo**, **sequenciador textual** e **retomador**, além de ocorrências ambíguas.

Tabela 6: número de ocorrências e frequência de *então* por função semântica

Função	Número de ocorrências	Frequência
Anafórico temporal	4	1.0%
Sequenciador temporal	7	1.7%
Conclusivo	311	75.5%
Sequenciador textual	43	10.4%
Usos ambíguos	13	3.1%
Retomador	34	8.3%
Total	412	100%

Então anafórico remete a um marco temporal anteriormente mencionado; o sequenciador temporal indica a sequência no tempo dos acontecimentos. Sob a denominação de *então conclusivo* estão incluídas diversas relações, que, a depender do contexto, apresentam determinadas especificidades. Isso, possivelmente, explica o grande percentual

observado para esse padrão (75.5%). Essas diferentes relações conclusivas serão discutidas posteriormente. O sequenciador textual tem a função de progredir o tópico, sem apresentar necessariamente sentido temporal ou conclusivo com a porção de texto anterior. O *então* retomador retoma um assunto que fora interrompido na superfície textual. Entre os usos ambíguos, encontramos exemplos que podem ter, ao mesmo tempo, função de conclusão e de sequenciação textual.

Esses diferentes usos estão dispostos em diferentes níveis da arquitetura sintática. Temos usos juntivos mais e menos típicos. Com base em critérios semânticos, sintáticos, discursivos e pragmáticos, nas próximas seções, descrevemos os usos juntivos de *então*.

2.2. Descrição dos dados

2.2.1. *Então* anafórico temporal

Como juntor não prototípico, temos *então* anafórico, que remete a um marco temporal anteriormente referido, como no exemplo abaixo:

- (70) (...) éh a partir daquela noite... voltei... descobri onde ela morava e:: desde **então** há quatro anos a gente todo dia se vê... e tamo junto até hoje ((fala rindo)) (...) (AC-085; NE; L63)

O elemento destacado tem função de advérbio temporal e se refere à indicação temporal “a partir daquela noite”. Na descrição dos dados de escrita, já discutimos que, embora não seja um juntor propriamente dito, seu caráter fórico e coesivo é o primeiro passo que provavelmente levou *então* a funcionar como um juntor.

2.2.2. *Então* sequenciador temporal

Assim como nos dados de escrita, encontramos nos dados de fala usos sequenciadores temporais articulando orações, como no exemplo:

- (71) (...) e depois eu coloco alho... o alho aqui em casa a gente costuma usá(r) um alho pronto de potinho...eu coloco uma colher... de alho... quan::do... eu já terminei essa etapa... eu coloco o óleo... geralmente eu... cubro a panela de óleo num tem mui::to óleo não mas é só pra dá(r) aquela lambuzada na panela... e aí coloco no fogo..... quando eu coloco a panela no fogo é que eu vô(u) lavá(r) o arroz... e eu tam(b)ém num fico esfregando o arroz porque o arroz fica todo quebrado e fica ruim... então eu coloco ao arroz deba(i)xo da torne(i)ra... lavo o arroz pelo menos umas três vezes... ((barulho de avião)) e tento escorrê(r) o máximo possível da água pa num ficá(r) aquela aguace(i)ra pra você colocá(r) na panela... então aí eu de(i)xei o arroz... lavadinho... e começo a refogá(r)... a cebola e o alho... eu gosto de refogá(r) a cebola e o alho... por bastante tempo... até ela ficá(r) bem:: amarelinha... quase que(i)man(d)o... então a hora que eles estão assim bem:: amarelinhos a cebola e o alho... é que eu coloco o arroz... (...)(AC-088; RP; L466, L468, L471)

Esse trecho foi retirado de um relato de procedimento. Nele, a informante descreve os procedimentos para a preparação de arroz, contando, dessa forma, cada passo necessário em ordem cronológica. O elemento *então* se comporta como um juntor típico e tem a função de coordenar as frases de modo a dar uma sequência temporal a esses procedimentos.

Retomando Garcia (1967), Risso (1996) sustenta que passagens desse tipo configuram uma longa *frase de arrastão*, na qual “as orações se enfileiram no registro linear de procedimentos que se sucedem na confecção de uma receita de cozinha que está sendo descrita pelo locutor” (RISSO, 1996, p. 452). A autora afirma que, nesses casos, podemos perceber uma relação icônica, pois a disposição dos segmentos do discurso reflete a sequencialidade das próprias ações.

A junção estabelecida pelo item flutua entre junção pronominal e paratática, estando bem próxima desta, já que há independência sintática entre os termos coordenados e relativa dependência semântica, por ser um caso de continuação.

2.2.3. *Então conclusivo*

Denominamos *então conclusivo* uma categoria bastante heterogênea, que engloba diversas relações, as quais serão detalhadas a seguir.

Então pode veicular sentido conclusivo ao articular duas orações, casos em que ele se comporta como um juntor típico, como no exemplo a seguir:

- (72) (...) Doc.: a vida dele era difí::cil? Ele trabalha::va ou ele... estudava? Inf.: uhm ele trabalhava e estudava né?... ele conta algumas coisas de que ele/ele não gostava muito de trabalhá(r) no no no sítio então quando/ éh:: ele sempre tava armando algum jeito de de:: de fugí(r) né? de/ de/ do trabalho (...) (AC-083; NR; L163)

Nesse exemplo, o item *então* articula os segmentos oracionais grifados e veicula sentido mais **consecutivo**, ou seja, relaciona fatos objetivos, conforme já discutido anteriormente. Nessa estrutura, a primeira oração é a causa e a segunda, a consequência.

Também foi verificado que uma **construção conclusiva prototípica** tem como fundamento o raciocínio inferencial, isto é, há duas premissas, uma explícita, veiculada na primeira oração, e a outra implícita, que juntas levam à conclusão representada na segunda oração. Esse tipo de estrutura está exemplificado em (73):

- (73) (...) Doc.: é gostoso?
 Inf.: é de chocola::te tem uma co/ também num dá pra ficá(r) ruim... porque vai leite condensado doce de leite ¹[(inint.)] ¹[Doc.: hum::] ((risos)) **então num dá pra ficá(r) ruim** Inf.: óh como eu num sô(u) uma exceLEN::te cozinhe(i)ra... é só um doce... porque esse eu sei e eu gosto [Doc.: aham ((concordando)) ((risos))] ((risos)) éh::... tem gente que chama de torta de bombom... né?... éh::... eu esqueci o nome que eu dava pra isso (...) (AC-076; RP; L269)

Estão sendo articuladas por *então* as duas orações grifadas. A primeira representa uma das premissas: o doce é preparado com leite condensado e doce de leite. Como raciocínio inferencial, temos que esses dois ingredientes são muito gostosos por si só, o que leva à conclusão de que o doce não tem como ficar ruim.

Como já discutido, casos assim não podem ser tratados como uma simples coordenação, mas como falsa coordenação, pois existe *interdependência* semântica entre as orações e relativa independência sintática; por isso, esses exemplos estão no contínuo entre parataxe e hipotaxe.

No *corpus* analisado, também encontramos casos de **então correlativo**, em que o item *então* está em correlação com a conjunção *se*. Nesse caso, há forte ligação entre as sentenças.

Em (74) trazemos um exemplo desse caso, pouco frequente no *corpus* de fala:

- (74) (...) se ficá(r) uma cor meia clara a casquinha dele... **então** ele tá cru... agora se tivé(r) mais marronzinho... aí cê pode tirá(r)... (inint.) (...) (AC-140; RP; L310)

É muito recorrente no discurso oral o funcionamento do item *então* conclusivo como **articulador textual**, ou seja, liga porções textuais maiores, contribuindo na progressão tópica, como nos exemplos (75), (76) e (77):

- (75) (...) bom... eu acho que::... éh:: nós somos um país rico aí em petróleo... e::... várias aí::... refinari::as eu acho que a gente::... é um país muito rico... e:: tê(r) que::... e:: a/ Acho que:: o dólar sobe... o:: sobe o combustível eu acho que a gente num tem nada... éh::... problema do dólar é claro que hoje o dólar é um::... é u::ma moeda forte aí que manda tudo apesar num é a nossa moeda... mas é... tudo um... subiu a:: bolsa do/ de Nova Iorque quebrô(u) num sei o quê... éh:: a taxa de:: é:: é um monte de:: de fatores aí que só/ é que reflete tudo na nossa economia... (...)teria que tê(r) alguma fórmula de::... porque:: acho que é muito diNHE(i)ro envolvido nós somo(s) um país muito RIco em petróleo... e tê(r) que::... comPRÁ(r) petróleo de o(u)tros paí::ses aí (a)caba::... desencadean(d)o assim no no bolso do brasile(i)ro... **então** eu acho que a gente tinha que::... sei lá fazê(r) uma forma aí um protes::to... éh ho/ hoje em dia eu acho que é muito difícil você pará(r) de num de você num pode usá(r) o seu veículo... (...) (AC-077; RO; L213)

Nesse fragmento, o informante dá sua opinião sobre a alta no preço dos combustíveis. Ele expõe seus argumentos e lança sua conclusão após *então*, que, além da face conclusiva, contribui no encaminhamento do tópico.

- (76) (...) a leitura ela é fundamental na alfabetização dos alunos... é:: um dos pontos:: principais do processo de alfabetização... e:: a leitura ela não precisa necessariamente começá(r)... duran::te:: éh o processo em que a criança ela entra na escola muito pelo contrário a leitura ela tem que estar presente na criança... muito antes dela entrá(r) na escola... éh o que eu posso falá(r) a respeito da leitura... é que... a leitura ela é fundamental pra criança... porque:: é através da leitura que a criança começa... a:: construí(r)... éh:: o seu mundo letrado... (...) eu costume dizê(r) que:: a criança que ela já tem contato com o livro... pra ela alfabetizá(r)... é um passo... bem pequeno... éh:: já a criança que ela não tem esse contato com o livro... quando ela chega na escola... ela:: ela se sente até um po(u)co perdida ela não sabe como utilizá(r) um livro... ela não sabe folheá(r) um livro às vezes... e aí você tem que tá trabalhan(d)o com todos esses... pré-requisitos né?... antes de iniciá(r)... a alfabetização em si... (...) **então** a leitura pra criança principalmente na fase de alfabetização... é fundamental é o prime(i)ro passo que o professor deve dá(r)... antes de começá(r) a ensiná(r) a l/ escrevê(r) (...) (AC-088; RO; L607)

O tópico central do fragmento (76) diz respeito à importância da leitura na alfabetização dos alunos. A informante declara sua opinião, conforme o primeiro trecho grifado, para então, discorrer sobre o assunto e apresentar seus argumentos. Depois de uma longa exposição, a informante conclui o tópico, retomando o ponto de vista previamente exposto, conforme o segundo trecho grifado. O item introduz, então, a conclusão que, por sua vez, constitui um reforço parafrástico da introdução do desenvolvimento tópico. Desse modo, *então* retroage para todo o tópico desenvolvido e sinaliza seu encerramento com a exposição de um argumento já firmado pelo falante anteriormente (a leitura é fundamental na alfabetização dos alunos).

Risso (2006) afirma que *então* pode atuar no fecho de um tópico, casos em que o item indica dependência estreita entre argumentos, associada à esfera de conclusão, efeito ou resultado, já que ele remete a toda a extensão do tópico e o encerra com uma conclusão respaldada em toda a porção anterior. Nos dois exemplos anteriores, *então* exerce papel argumentativo importante, na medida em que sinaliza o posicionamento do informante.

Muitas vezes, *então* não se restringe ao fechamento/conclusão de um tópico, mas de toda uma narrativa, composta por vários tópicos, como no próximo exemplo:

- (77) Doc: então agora eu gostaria que você:: me contasse uma história que tenha acontecido com alguém que você conhe::ça e que tenha sido interessante

Inf: bom... éh:: eu tenho uma amiga que trabalha na::... no Hospital de Base... e:: esses dias eu tava conversan(d)o com ela ela... me relatô(u) uma história assim triste... hum é uma história de Vida mesmo uma história... éh:: ela trata de um::... de várias pessoas... com:: ela/... ela... é... como se fosse né? uma ASSISTENTE SOCIAL... do:: do Hospital de Base então ela::... mexe com:: VÁrios tipos de problema de pessoa... éh::... como se diz? ah::... escuta todo mundo né?... [Doc.: uhum ((concordando))] e:: num num... um paciente que chamô(u) a atenção dela que ela me contô(u)... que:: ela conversa mui::to dá muitos conselhos ou::ve muito essa pessoa... e:: essa pessoa tem uma doença eu acho que... uma doença de pe::le que::... vai degenerando a pe::le vai... formam bo::lhas (tudo)... e:: essa pessoa... diz que era um pessoa muito boni::ta através de FOtos que ela... que essa pessoa mostra pra ela... e:: só que:: é assim como deu esse proble::ma... (inint.) uma doença rara aí: então essa pessoa que:::(r) várias vezes tentô(u) se MATÁ::(R) alguma (coisa assim) e:: nessas diversas conversas... um dia fizeram o dia de visita... de visita e::... e a... pela manhã acho que eles fizeram uma consulta fizeram... algum tipo de trabalho lá e a tarde era e/ essa visita... e essa pessoa contava assim – “óh mas cadê minha visita?” – – “num veio” –... e daí meia hora chamava de novo – “óh minha visita num veio” – e:: e tinham acho que um:::/... uma irMÃ dela que::: que sempre vinha visitá(r) ela... de:: Fronte(i)ra Minas Gerais... e:: essa pessoa esse dia num veio... num veio visitá(r) acho que ela ficô(u) muito triste mui/ e no o(u)tro dia... foi sabê(r) que:::... é:: aconteceu um acidente na B.R. cento e cinqüenta e três que um ônibus foi desviá(r) d’um buRACO... e bateu de frente com um caminhão... e essa irmã dela... e essa irmã dela que vinha visitá(r)... tava no

ônibus e veio a falecê(r)... e:: então essa pessoa tava me contando tipo assim... como elas fazem um trabalho... social a/ além de:: eu achei interessante porque... me senti meio assim... pô num queria tá na pele dela porque... além de fazê(r) esse trabalho social... de tê(r) que... é dá(r) apoio pra essas pessoas doentes... teria que/ teve que ia tê(r) que tam(b)ém conTÁ(r)... que a irmã sofreu um acidente e veio a falecê(r)... **então**: eu achei uma história muito interessante... num queria tá na pele dessa pessoa não... só isso (AC- 077; NR; L118)

O enunciado que *então* introduz está relacionado com a pergunta do documentador, que sugeriu ao informante contar uma história interessante que tenha acontecido com alguém (primeiro trecho grifado).

Enquanto juntor textual, *então* também pode ter natureza bastante interacional. Sobre esses casos apresentamos exemplos em que o item se comporta como um juntor e se encontra em contextos de dialogicidade entre os interlocutores. É o uso de *então* como **conclusivo inferidor**. A partir da fala do outro, um dos interlocutores traz à tona uma conclusão ainda não definitiva. Dessa forma, o interlocutor faz uma pergunta apenas para confirmar se sua conclusão está correta. O exemplo abaixo ilustra esse uso:

- (78) (...) Inf.: é mesmo... é o frango né? que a gente usa muito... é fazê(r) ele... põe ²[açafraão]
 Doc.1: ²[frango caipira?]
 Inf.: caipira... e a panela de ferro... o fogãozinho de lenha... e tem uma panelinha de ferro parece que o sabor é o(u)tro... aí:: você põe a... tempera com alho com açafraão... e... quase eu num uso muito... colorau... tem muita gente que usa eu já num uso mas a maioria usa... pô(r)... em vez de pô(r) a massa de tomate eu ponho o tomate... sabe? tudo natural né?... faz... aí refoga bem refogadinho... pra depois pô(r) água num pode pô(r) muita água já na... hora que fô(r) cozinhá(r)... tem que refogá(r) bem porque o sabor éh o(u)tro... aí tampa ali e deixa cozinhá(r) aí cozinhan(d)o já tá o molho fica grossinho... aí cê pode fazê::(r) com macarrão né?... põe a massa de tomate... e faz o macarrão... e a carinha come
 Doc.1: num precisa por na panela de pressão **então** o frango ³[caipira]?
 Inf.: ³[não]... não põe (...)(AC-140; RP; L360)

Em (78), podemos depreender um envolvimento entre os interlocutores, em que o ouvinte, com essa intervenção, busca mostrar seu interesse na conversação. *Então* veicula uma inferência da documentadora, que, a partir do seu conhecimento e da fala da informante, acreditava que o frango deveria ser cozido na panela de pressão. Essa pergunta também pode revelar certa admiração por parte da interlocutora, que ficou surpresa com a informação. Em casos como esse, *então* pode estar tanto no início, meio ou fim da sentença, sem comprometer

o sentido da construção. No exemplo, verificamos uma posição menos típica de *juntor*, o que pode ser um passo para a perda de prototipicidade *juntiva* sintática.

Em certos contextos em que o item *então* veicula uma inferência, muitas vezes, essa inferência toma importante dimensão argumentativa no diálogo, direcionando a fala do outro, como se pode observar nas duas ocorrências de *então* em (79):

- (79) (...) eu acho que com o aumento da cota... (e outra) com o aumen/ éh dessa cota [Doc.2: uhum ((concordando))] pra::... pra negro você de(i)xaria muito branco que não teve... éh:: num teve a oportunidade de tê(r) um um um... [Doc.: uhum ((concordando))] bom ensino éh:: que não teve a oportunidade de pa/ pagá(r) uma faculdade particular tam(b)ém::... ²⁵[com ess/] ²⁵[Doc.: uhum ((concordando))] com essa cota tam(b)ém ficá(r) de fora então isso/ éh:: a cota eu acho que::... prejudica tanto... a negros... quanto a brancos [Doc.2: certo] ²⁶[igual]
 Doc.2: ²⁶[então ess/)] **então** essa questão não é racial?
 Inf.: não... não nem um po(u)co
 Doc.2: ela é::
 Inf.: eu acho que a/ essa cota já é preconceituosa
 Doc.2: aham ((concordando)) cê acha que a questão é econômica ²⁷[**então**] (...) (AC-085; RO; L423; L427)

Na segunda ocorrência, a posição final revela um *juntor* menos prototípico, indiciando certo desgarramento sintático, pois sem comprometer o sentido, seu uso é possível no início, meio e fim da sentença. Já na primeira ocorrência, pela posição sintática do item, temos um *juntor* mais típico.

Então conclusivo também pode apresentar uma nuance de **admiração**, evidente no exemplo (80):

- (80) (...) depois não deu certo o casamento depois de... mais de vinte e cinco anos... separaram
 Doc.: mas durô(u) vinte e cinco anos ainda?
 Inf.: vinte e cinco anos ainda
 Doc.: até que durô(u) bastante ²[**então**] (...) (AC-080; NR; L101)
 Nesse fragmento, a documentadora, a partir da fala da interlocutora, apresenta uma

conclusão definitiva, ou seja, não há contexto de inferência, mas de admiração, exclamação por parte daquela frente à conclusão apresentada.

Assim como no exemplo anterior, a posição do item em (80) revela um “desgarramento” sintático, mas ainda é possível estabelecer uma junção no plano semântico; por isso, embora menos prototípico, o item é considerado um juntor.

Outro funcionamento interessante de *então* é aquele no qual o item parece ter certo sentido reformulador. **Então conclusivo reformulador** apresenta uma conclusão que, na verdade, explica melhor a opinião ou porção já apresentada anteriormente no texto, ou ratifica o que foi dito, como podemos comprovar pelos exemplos (81) e (82):

- (81) (...) o tempo médio de vida é de dez anos... ga::to cacho::rro né?... com a exceção de algumas espécies que são mais difíceis na casa pro pessoal criá(r) (inint.) de gato e cachorro... ela vai tá PElo MENos dez anos com esse animal... **então** são DEZ anos que você vai tê(r) que... alimentá::(r)... você vai tê(r) que::... é:: recolhê(r) a suje(i)ra de::le... você vai tê(r) que levá(r) no veteriná::rio dá(r) ba::nho (...) (AC-076; RO; L318)

A informante discorre sobre o tempo médio de vida dos animais domésticos e os cuidados que os donos devem ter. O item *então* introduz uma conclusão a partir de tudo o que foi dito, podendo ser parafraseado por *portanto*, *por isso*. No entanto, essa conclusão tem suas especificidades e pode ser pensada em termos de uma explicação mais clara da opinião do falante antes apresentada, ou uma confirmação sobre seu ponto de vista. Nesse sentido, *então* tem uma face reformuladora, uma vez que é possível uma substituição do item por *ou seja*.

- (82) (...) Doc.2: tá bom C. bom C. éh continuando então... éh:: agora eu queria que cê me:: me conTAsse... éh alguma coisa que alguém tenha te/ algum fato que tenha acontecido com alguém e do qual você não tenha participado né? **então** é a história que alguém te contô::(u) ou uma fofoca ou sei lá um acontecimento qualqué(r) coisa que::... que alguém tenha te contado que você possa que você se recorde né? (...) (AC-085; NR; L120)

Em (82) temos a fala do documentador, o qual, ao sugerir ao informante o tópico a ser desenvolvido, utiliza o elemento *então* a fim de introduzir uma explicação mais bem formulada, mais clara ou mais detalhada do que ele está propondo. Nesse exemplo, *então* também é parafraseável pelos itens conclusivos *portanto*, *assim*, e também por expressões

reformuladoras, como *ou seja, isto é*. Usos como esses podem estar ligados a estratégias de reformulação, muito frequentes no texto falado. Por meio da reformulação, o falante pode reelaborar o discurso a fim de ser mais bem compreendido pelo interlocutor. Dessa forma, a reformulação incide mais no nível do texto, na reorganização das informações na superfície textual, o que não descarta sua face interacional, na medida em que a reelaboração do discurso também está orientada para o interlocutor, para seu entendimento.

O esquema de junção que figura nesses casos está relacionado com independência sintática e relativa independência semântica, já que temos um caso que mais parece uma continuação, e não exatamente uma interdependência entre as partes do texto. Na verdade, na reformulação, uma das partes poderia até ser omitida, sem prejuízo para a estrutura sintática e semântica, mas sim para a organização pragmática do texto.

Outra função interacional de *então* e não típica enquanto juntor diz respeito ao seu emprego na **sinalização de fim de uma interação** e/ou trecho tópico, ilustrada nos exemplos seguintes:

(83) (...) mas que futuro a gente vai dá(r)/ de deixá(r) pros nossos filhos... nossos netos?... a gente tem que:: pensar um po(u)quinho mais
Doc.: uhum ((concordando)) **então** tá certo H. (o)brigada pela sua disposição... e... é só (...) (AC-051; RO; L565)

(84) (...) quando eles chegaram aqui... e aí foi mudan(d)o quando os filhos foram... casa::ndo tal e aí... começaram... trabalhá(r) e::... puderam dá::(r)... né? proporcioná(r) uma vida melhor assim tanto pra eles mesmo como pa minha avó e po meu avô que hoje eles... tem uma casa pró::pria e::... mas as histórias continua vixe
Doc.: ah pra sempre ((risos))
Inf.: é e ela con/ e ela ins/ e ela continua insistin(d)o ne/ nessas cabulosidades aí que eu... acho::... interessante... (risos)
Doc.: **então** tá C. (inint.) (...) (AC-054; NR; L170)

Nas duas ocorrências apresentadas, *então* indica o final do trecho tópico, bem como sinaliza o fim da interação. Nessa função, *então* vem normalmente em uma expressão do tipo: *então tá certo, então tá, então tá bom, tá bom então*. A expressão como um todo é que realiza essa função.

Apresentamos casos semelhantes nos próximos exemplos:

- (85) (...) éh:: tem que:: tem que te dá a receita é isso?
 Doc.: isso... ((risos))
 Inf.: **então** ta bom... eu faço assim pra mim... eu... (...) (AC-077; RP; L178)

A expressão *então tá bom* tem a função de marcar o fim de uma interação, de uma discussão específica. O interlocutor havia perguntado à documentadora se ele deveria descrever a receita e a documentadora respondeu afirmativamente. *Então tá bom* sinaliza o **acatamento** dessa sugestão e marca o fim dessa interação e dessa inserção, a fim de iniciar outra discussão: a descrição da receita de cozinha.

Em (86), o uso de *então* não se refere à interação entre a informante e documentadora, mas a uma interação já realizada, relatada pela informante, ocorrida entre ela e sua mãe e, para encerrar essa interação, a informante utiliza a expressão *tudo bem então*:

- (86) (...) minha mãe falô(u) –“presta vestibular só pra você tê(r) uma noção daí o ano que vem aí cê faz cursinho e::...e aí sim você né? vai aí... cobra/ cobra-se um po(u)co ma::is e você tenta éh::... aí você tem mais uma::... um motivo a mais pa passá(r) porque você fez cursinho”– eu falei – “é:: tudo bem **então**” – aí eu até tinha feito a prova do ENÉ::M... que::... que foi n/ é no ano né? de dois mil e dois... quando eu prestei vestibular... aí... na prova do ENEM eu fiquei super nervosa (...) (AC-054; NE; L12)

Nesses contextos, pelo fato de apontar, de certo modo, para o já dito anteriormente no texto, *então* preserva certos traços de um juntor textual. Também podemos verificar uma preservação de alguns traços semânticos conclusivos – a partir de tudo o que foi dito, conclui-se que está tudo bem. A ideia conclusiva também tem outra contraparte: a de conclusão/finalização da interação.

2.2.4. *Então* sequenciador textual

A função de então sequenciador textual é progredir o tópico em curso. Adotamos essa denominação a partir de Tavares (1999). Segundo a autora, os sequenciadores textuais têm a propriedade de indicar a ordem sequencial pela qual as informações são apresentadas e desenvolvidas no texto, o que leva o discurso à continuidade, sem apresentar relação temporal e/ou conclusiva entre as partes do texto, como nos exemplos a seguir:

- (87) (...) no:: prime(i)ro dia de aula... depois das férias... e a nossa classe ela foi:: transferida pra o(u)tro bloco da faculdade... e eu num fui no prime(i)ro dia de aula né?... e ela foi né? toda animada né?... a sala tinha mudado e ela num... sabia que a... que a sala tinha mudado pra o(u)tro bloco... só que ela tam(b)ém é um po(u)co:: avoada e ela nem percebeu... quando ela entrô(u) na classe **então** ela conta que ela chegô(u)... na:: na na faculdade... ela::... foi né? na sala que:: ela tava acostumada já né? (...) (AC-088; NR; L262)
- (88) (...) nós íamos pra:: praia eu e meu amigo e ia encontrá(r) a minha amiga em São Paulo... pa descê(r) pra Ubatuba... isso começô::(u) na... quinta-fe(i)ra... nós fomos no:: meu colega foi comprá(r) passagem... na Cometa... ele comprô(u) uma passagem... pro DIA da quarta-fe(i)ra e a outra passagem... de volta... né? na quinta-fe(i)ra não as duas passagens iguais... **então** chegô(u) na hora de embarcá(r) no ônibus embarcamos TODas as malas... e as passagens num chocavam... (...) (AC-087; NE; L09)

Nesses exemplos, *então* atua no encaminhamento do tópico discursivo em desenvolvimento e não apresenta valor semântico temporal ou conclusivo entre as partes que o item relaciona, mas apresenta relação de continuidade, ou seja, sua função é dar progressão ao discurso. Essa característica faz com que tenhamos um caso de continuação sintático-semântica; portanto a junção estabelecida está mais próxima de uma junção paratática.

De acordo com Tavares (2003), *então* sequenciador textual se originou do conclusivo por um processo de gramaticalização, conforme explicitado no capítulo I. Nesse processo de mudança linguística, o item perdeu o sentido conclusivo, mas preservou o traço de sequenciador discursivo.

2.2.5. *Então*: usos ambíguos

Os usos ambíguos encontrados referem-se exatamente a casos de ambiguidade entre o valor conclusivo e o sequenciador textual. Muitas vezes, ao ligar porções textuais e progredir o tópico, *então* introduz leve expressão de conclusão ou consequência, como em (89) e (90):

- (89) (...) no mês do ju/ de:: junho nós... trabalhamos a festa junina né? fizemos alguns trabalhos.... sobre essa data ((barulho de veículo))... e:: nós organizamos uma festa junina que ia sê(r) comemorada no... sábado... e durante... mais ou menos uns quinze dias foi trabalhado... éh:: a importância dessa da:ta como se originô::(u) e também foi organizado uma quadrilha... **então** nós saíamos e éh ensaiávamos toda segunda-fe(i)ra essa quadrilha... pra ficá(r) bem organizadinha...(AC-088; NE; L19)
- (90) (...) é uma casa peque::na...ela possui dois quartos uma sala...e uma cozinha... e ela foi destinada também...pro reforço...porque alguns professores gostavam de ficar sozinhos...**então** nesses cômodos tirando a cozinha...foram colocadas...lo(u)sãs cart(e)i-rãs...um bebedo(u)ro pras crianças...(AC-088; DE; L392)

2.2.6. *Então* retomador

Risso (2006) afirma que um aspecto textual muito característico de *então* é sua propriedade de atuar na retomada de um tópico após inserção de parênteses²⁵ ou de outro tópico na linha focal de uma informação que vinha em curso. Abaixo, é apresentado um exemplo de *então* retomador:

- (91) eu corto a cebola bem:: picadinha bem fininha bem pequenininha porque eu não gosto de cebola... então se eu percebê(r) que tem cebola no arroz eu já tenho que separá(r) porque eu num gosto... **então** eu corto a cebola bem:: pequenininha... geralmente eu uso meia cebola... (AC-088; RP; L459)

Nesse exemplo, o tópico em curso é sobre a descrição dos procedimentos de preparação de arroz. Um dos passos é cortar a cebola bem picadinha, como conta a informante. Logo em seguida, ela faz uma breve inserção de um segmento (que não chega a constituir um tópico, por não ter a propriedade da centração) sobre o fato de ela não gostar de cebola. Para continuar o tópico central, ela utiliza *então* com repetição da expressão *eu corto*

²⁵ De acordo com Jubran (1993), parênteses constituem inserções no discurso que não possuem estatuto de tópico. Os parênteses configuram, na verdade, um desvio do tópico central e veiculam importantes funções pragmáticas.

a cebola bem e continua a descrever seus procedimentos para fazer o arroz, colaborando para a progressão do discurso.

Em (92) temos mais um caso de retomada tópica:

- (92) Doc.: e:: falo/ falan(d)o do vestibular cê lembra do dia que cê prestô(u)? como que foi?... do dia que cê passô(u)? cê levô(u) trote?
 Inf.: *éh prestá(r) eu prestei alguns né? eu prestei... as três fede/ as três estaduais aqui de São Paulo... éh:: mas o que eu passei... éh:: ah teve até um/ um negócio interessante... quando eu fui prestá(r)... éh::... fui eu e mais dois amigos também de Guapiaçu a gente veio de carro... éh:: juntos porque a gente ficô(u) na mesma escola prestando vestibular... e:: depois quando terminô(u) o vestibular a gente... voltando pra casa o:: carro quebrô(u) no centro de Rio Preto na na:: na rua... acho que é Voluntários acho que é a Voluntários de São Paulo ali::... por volta de seis horas da tarde aquele trânsito infernal o carro quebrô(u) ((ruído)) ele num num se movimentava mais... foi uma situação extremamente constrangedora como tirá(r) o carro de lá e num tinha lugar pra estacioná(r) porque as ruas do lado estavam TODas ocupadas... com carro estacionado aquela época num tinha a::/ a proibição de se pará(r) do lado... direito da rua/ esquerdo da rua... **então tinha carro pra todo lado num tinha onde pará(r)** foi uma situação bem bem difícil até que apareceu um guarda que ajudô(u) a gente. (AC-083; NE; L59; L69)*

O tópico central desenvolvido se refere ao vestibular (conforme trecho em itálico). No entanto, o informante passa a focalizar outro aspecto do mesmo tópico. Assim, o informante relata um episódio interessante ocorrido quando ele e alguns amigos voltavam de uma das provas: o carro quebrou. Conforme o primeiro trecho sublinhado, o informante explica que não havia lugar para estacionar o carro, pois havia carros dos dois lados e, após esse relato, ele faz uma inserção contando que na época era permitido estacionar em ambos os lados. Após essa inserção, para continuar a história, o informante utiliza *então* e repete, com variação, que não havia lugar para estacionar porque havia carro para todos os lados.

Percebe-se que, nos casos de retomada, *então* tem a função, além de retomar, de fazer o tópico progredir. Ao desempenhar essa função, ele preserva o traço fórico de retroagir, porém, não diretamente para a porção imediatamente anterior, e sim para uma porção um pouco mais distante, anterior à inserção ou parênteses, conforme observa Risso (2006). A autora também registra que, nesses processos de retomada, temos a agregação de duas porções textuais com estatuto informacional distinto e *então* destaca o trecho intermediário como um

segmento de teor informacional secundário em relação ao tópico nuclear em desenvolvimento.

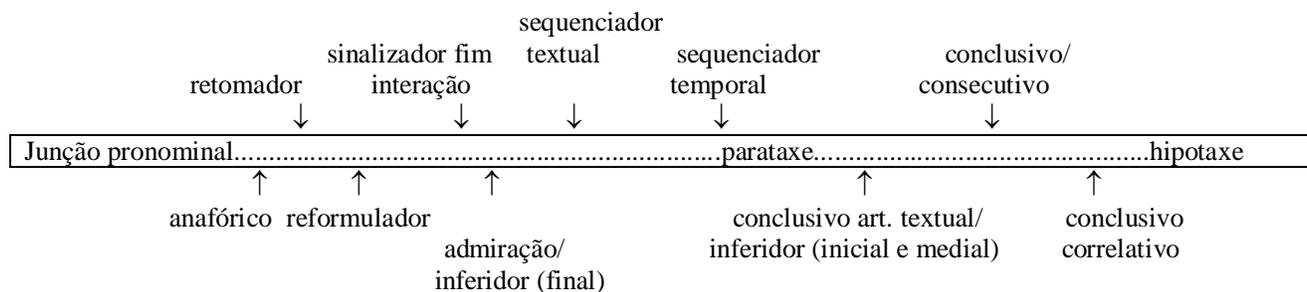
Então em função retomadora é um juntor que atua no discurso, na medida em que une sintática e semanticamente duas porções textuais separadas por uma inserção. Tanto do ponto de vista sintático como semântico, a junção estabelecida revela um caso de continuação: continua os segmentos textuais e também o assunto, por isso, esse juntor estaria no contínuo entre junção pronominal e paratática.

2.3. Conclusões prévias

O comportamento de *então* nos dados de fala revelou que seus usos estão mais centrados no domínio da junção textual, caso em que o item desempenha a função de um articulador textual. Ainda verificamos que *então* também atua na articulação frasal, bem como apresenta funções mais relacionadas com o nível interacional, conforme explicitado anteriormente. Como já observado por ocasião dos dados de escrita, as funções desempenhadas por *então* não são discretas, uma vez que os usos frasais e textual-interativos estão dispostos em um contínuo, conforme afirma Risso (2006). A autora ressalta que o item muda da frase para o texto com considerável flexibilidade. Dessa forma, a classificação apresentada anteriormente foi caracterizada em termos de predominância.

Assim, o juntor *então* desempenha função semântica de (i) **anafórico temporal**, (ii) **sequenciador temporal**, (iii) **conclusivo**, com as seguintes especificidades: consecutivo; conclusivo propriamente dito; conclusivo correlativo; conclusivo articulador textual; inferidor (em posição inicial, medial e final); reformulador; expressão de admiração e sinalizador de fim de interação, (iv) **sequenciador textual** e (v) **retomador**.

Com isso, apresentamos no esquema abaixo os seguintes padrões do comportamento sintático-semântico de *então* e sua flutuação na organização sintática²⁶. Esse esquema não representa uma rota de derivação por gramaticalização, mas um esquema de **junção** para o item.



²⁶ Mais uma vez, salientamos que, no esquema apresentado, as flechas não estão direcionadas para um ponto exato, mas para a porção próxima, mais à direita ou mais à esquerda.

CAPÍTULO IV

A GRAMATICALIZAÇÃO DE *ENTÃO*

1. Aspectos quantitativos: a distribuição de *então* nas sincronias

Para nossa pesquisa, selecionamos material escrito dos séculos XIX, XX e XXI. Com isso, podemos tecer considerações a respeito da mudança semântica e gramatical sofrida por *então* ao longo do tempo.

De acordo com Bybee (2003), a alta frequência de uso de um item não é só um resultado da gramaticalização, é também um fator de contribuição para o processo; uma força ativa que instiga as mudanças que ocorrem no processo de gramaticalização. A autora discorre sobre a noção de frequência *token* e *type* e afirma que o aumento da frequência *token* é resultado do aumento do uso e ampliação de *types*, ou seja, aumento no número de contextos em que o item é usado. O aumento dessas duas frequências é, portanto, um indício de gramaticalização do item.

A fim de verificar indícios do processo de gramaticalização do item *então*, procedemos a uma análise comparativa do comportamento do item nos dados de escrita das três sincronias estudadas.

Assim, no gráfico 1, mostramos a frequência *token* de *então* nessas sincronias. No gráfico 2, apresentamos a correlação entre o século e a função semântica do item:

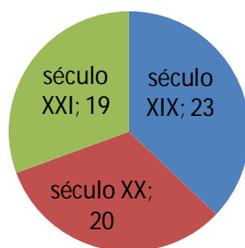
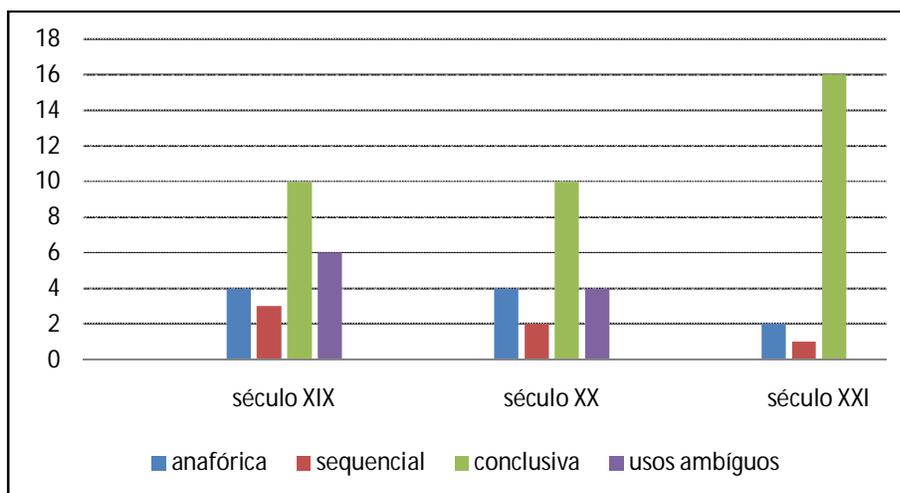
Gráfico 1: frequência *token* de *então*

Gráfico 2: correlação função semântica x século

Pela leitura do gráfico 1, percebemos que as ocorrências de *então*, com relação aos *tokens*, mantiveram-se relativamente estáveis nos três séculos analisados.

Observamos, por meio do gráfico 2, que a estabilidade também se verifica para alguns *types*: os padrões *anafórico*, *sequenciador* e *conclusivo* são recorrentes nos três séculos, com uma pequena diminuição dos dois primeiros e um aumento do terceiro. De um modo geral, os casos ambíguos diminuíram ao longo dos três séculos. Essa diminuição pode ser um indício do contínuo processo de gramaticalização do item.

2. Aspectos qualitativos: a gramaticalização do juntor *então*

Como já citado no capítulo I, Martelotta e Silva (1996), bem como Tavares (2003) afirmam que o item *então* sofreu abstratização e pragmatização de significado, passando do domínio temporal para o domínio do texto, mais especificamente, relações conclusivas, direção compatível com os trabalhos de teóricos como Heine et. al. (1991) e Kortmann (1997), que afirmam que o domínio temporal alimenta relações textuais (CCC).

A fim de contribuir e aprofundar essa discussão, apresentamos uma análise mais detalhada sobre a abstratização de significado que acompanhou a mudança da função de *sequenciador temporal* para a *função conclusiva* de *então*, destacando, especialmente, os contextos linguísticos responsáveis por essa mudança, a partir do modelo do contexto proposto por Heine (2002), conforme explicitado no capítulo I. Essa proposta é interessante na medida em que focaliza a gradualidade da mudança linguística.

Segundo Heine (2002), o desenvolvimento diacrônico de itens gramaticais pode ser descrito por meio de um roteiro de estágios sucessivos, associados a diferentes tipos de contextos. Dessa forma, levando-se em conta que a mudança é gradual, Heine estabelece que do significado fonte (mais concreto ou menos abstrato) para o significado alvo (mais abstrato) estão envolvidos três tipos de contextos que devem ser distinguidos: contexto *bridging*, contexto *switch* e convencionalização. Nosso intuito, então, é descrever esses diferentes tipos de contextos com relação à mudança de *então*.

A ocorrência apresentada em (93) apresenta um exemplo de estágio inicial:

- (93) Oh! meu prezadissimo amigo, vou por meio d'esta | comprimentar-lhe; pois olhe que *vossa mercê* não sabe o quan- | to eu me devirto n'esta bella cidade; de manhã no ma- | nejo, isto é, pelas 6 horas da manhã (...) depois vae-se tomar chá, passear pelas ruas, | beber vinho, ou o que se quer e muito boa prosa; ein. Toca | ordem do dia, isto é, reunem-se todos os volunta- | rios para o jantar; ora vem **então** uma libra de carne | de vaca muito boa, ou uma dita de bacalháu. Toca 4 | horas, **então** vae-se ao exercito até 6 horas da tarde. (19CLR; 465; 1865)

Nessa passagem, há duas ocorrências de *então*, que assumem função de *sequenciador temporal*. Nessa carta, temos um texto narrativo-descritivo, no qual o escrevente descreve a ordem dos acontecimentos no dia, o que pode ser ratificado pelo tempo dos verbos encontrados (“vai-se”...“toca”...“reúnem-se”...“vem”...“toca”...“vai-se”) e pelo uso do elemento “depois”. Da mesma forma, os eventos introduzidos pelo item em foco é uma sequência no tempo do evento anterior. Observe-se o exemplo seguinte:

- (94) Domingo passado, que se contaram 15 | dias do corrente mez de outubro, todos | nós presenciámos que fez grande ventania | pela volta do meio dia. Possuia eu um | galo, que sahio á rua por aquella mesma | hora, e o vento o fez arribar a uma loja | de ferragem da rua do Commercio; – o lo- | gista logo que viu a presa nos seus do- | minios lançou-lhe as garras e entregou a | pobre ave a um moleque, indicando – ao | mesmo tempo a sua moradia – e descon- | fiando que o moleque se poderia enganar | com a casa partio atraz do mesmo. Eu | que presenciava o facto, dirigi-me **então** à loja | – reclamando a minha propriedade e | o caixeiro da loja respondeu-me que não | poderia entregar-me sem ordem de seu | amo. (19CLR; 449; 1854)

No segundo estágio, chamado por Heine de contexto *bridging*, temos uma ocorrência ambígua, na medida em que *então* admite duas leituras: a de sequenciador temporal e a de conclusivo.

No primeiro caso, o evento encabeçado por *então* (“dirigi-me”) é uma sequência no tempo do evento anterior (“presenciava o fato”). O contexto narrativo da carta confirma essa leitura. Contudo, há algumas pistas contextuais que favorecem uma interpretação conclusiva. O segundo evento mencionado, além de ter ocorrido depois do primeiro, ocorreu *por causa* dele (ele presenciou o fato, por isso se dirigiu à loja). Observe que há uma oração de finalidade seguindo *então*, sugerindo que o deslocamento para a loja teve uma causa, uma motivação. Essa leitura não faz parte do item *então*, mas é propiciada pelo contexto que permite uma inferência em favor de uma sequencialidade lógica, em que as ações são motivadas entre si. Isso significa que, para que essa interpretação seja sustentada, é preciso atentar-se para o item dentro do contexto, para a construção como um todo. A sequencialidade

lógica que os elementos contextuais permitem inferir para *então* é mais abstrata do que a sequencialidade temporal, corroborando a transferência metafórica *tempo > conclusão*.

Sobre a atuação do contexto linguístico, Heine (2002), bem como Traugott e König (1991) afirmam que, nesse processo metonímico, um significado é especificado em termos de outro que está presente, mesmo encoberto, no contexto, o qual induz a uma reinterpretação mediante implicaturas conversacionais. Essas implicaturas, pelo uso frequente num mesmo tipo de contexto, podem vir a se convencionalizar, devido ao que os autores chamam de pressão da informatividade. No contexto apresentado no exemplo (94), ainda não é possível falar em convencionalização, pois a interpretação está no nível da inferência.

Consideremos agora a ocorrência em (95) sugestiva do contexto *switch*:

- (95) Vicente C. França Carvalho, o bom e distinto companheiro desde a fundação do nosso periodico, foi-se, deixando-nos sós, com os olhos embaciados de lagrimas, a traducção da saudade, que nos vai pelo coração. || Também deixou-nos Torquato Pinto Gonçalves, o nosso redactor. || **então**, enluctados com a ausencia dos antigos companheiros, chamámos á nossa pequenina tenda de combate dous novos lidadores, duas novas intelligencias na lucha pelo saber e pelo amor á Patria. || São elles: Valdomiro Silveira e Ermeliano Leão. (19CLR; 507; 1889)

No terceiro estágio, encontramos a atuação do contexto *switch*. Quando o item *então* se encontra nesse contexto, a leitura temporal não é mais adequada; apenas a leitura codificada pelo significado alvo, ou seja, do significado mais gramaticalizado, está em relevo.

Nesse contexto, há duas ações encadeadas no tempo: primeiro, os dois redatores do jornal *faleceram*, depois os diretores do jornal *chamaram* dois novos companheiros. Entretanto, esses dois eventos estão muito implicados entre si, pois somente chamaram novos redatores devido ao falecimento de outros. Persiste a ideia de sequencialidade, porém mais abstratizada, já que a sequencialidade se dá no nível do discurso, de causa e efeito, enquanto que a sequencialidade no tempo fica em segundo plano. Nessa carta, o escrevente não apenas conta os acontecimentos do dia, mas também explica seus atos, confirmando a leitura conclusiva. Vale ressaltar que, de acordo com Heine (2002), para veicular esse significado

nesse estágio, o item necessita do contexto que deu origem à inferência para ser sustentado. No caso, o contexto que originou a inferência em favor do sentido conclusivo é o contexto narrativo, de sequenciação de eventos. Isso ocorre, pois, apesar de evidenciarmos ganhos de sentido, ou seja, o item adquiriu traços de conclusão, o traço de sequencialidade temporal ainda é preservado, embora diluído.

Diferentemente de (95), a ocorrência em (96) não mais necessita desse contexto:

- (96) Fico surpreso com o lamento de leitores ex-petistas que descrevem sua frustração. Não leram a Carta aos Brasileiros, de 2002, antes mesmo de o PT governar? Se leram e não acreditaram, já deveriam saber que a linha programática do partido era claramente inviável operacionalmente. Se leram e acreditaram, jamais deveriam apoiá-la, votando em Lula. **Então**, se a direita brasileira é aquela tristeza, a esquerda é uma piada - de mau gosto. (21ESTADÃO, 08/07/2009)

No quarto estágio, *então* está convencionalizado, isto é, o significado conclusivo faz parte dele; por isso ele não precisa mais do contexto de sequenciação para veicular a leitura conclusiva. Diferentemente dos exemplos anteriores, nessa carta, *então* é utilizado em um contexto fortemente argumentativo, no qual o escrevente opina a respeito de um assunto de interesse geral. Embora a propriedade de sequenciação de *então* ainda persista (agora uma seqüência no *discurso*), o traço de sequencialidade *temporal* foi perdido. A frequência de uso no contexto de sequenciação possivelmente trouxe uma rotinização das implicaturas conversacionais, tornando-as convencionais (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HEINE, 2002). Assim, como houve semantização, ou seja, o sentido conclusivo é inerente ao item e não mais sugerido pelo contexto, *então* pode ser usado em novos contextos, como é o caso do exemplo (96). Nessa estrutura, *então* funciona como um operador discursivo, que faz o discurso progredir e apresenta propriedade de finalização, com característica fortemente anafórica, pois retoma toda a porção textual anterior, concluindo e finalizando um tópico.

No quadro a seguir, apresentamos uma sistematização do modelo de contexto de Heine com relação às funções sequenciadora temporal e conclusiva de *então*.

Estágio	Contexto	Significado resultante
I Estágio inicial	Duas ou mais ações em sequência no tempo.	Sequenciação temporal
II Contexto <i>bridging</i>	Duas ações em sequência temporal, que podem ter um encadeamento lógico de consequência/conclusão, em que uma ação é a causa e a outra o efeito.	Consequência/conclusão em primeiro plano
III Contexto <i>switch</i>	Não é mais possível a leitura temporal, já que há uma motivação ou implicação entre as ações e não apenas uma sequência no tempo.	Sequenciação temporal em segundo plano.
IV Convencionalização	A leitura conclusiva está sendo usada em um novo contexto, ou seja, não é mais preciso ser sustentado pelo contexto que lhe deu origem.	Conclusão

Quadro 6: A mudança tempo>conclusão conforme o modelo de Heine (2002)

Dessa forma, *então* sequenciador temporal, que articula segmentos oracionais, passa a funcionar como conclusivo, também ligando orações. Ao chegar à convencionalização, o item tem seu escopo aumentado da frase para o texto, ou seja, o item articula porções textuais e não orações. Conforme já exemplificado no capítulo anterior, na ocasião da descrição dos dados de fala, *então* conclusivo, no domínio textual, em determinados contextos, começa a “perder” traços semânticos conclusivos e passa a funcionar como um *sequenciador textual*, no sentido a uma abstratização de significado. Essa rota de mudança *então conclusivo*>*então sequenciador textual* já foi comprovada por Tavares (2003).

A descrição dos dados também trouxe indícios de que *então* conclusivo pode ter dado origem a outra rota de gramaticalização, em que a noção semântica de conclusão ganha o sentido de admiração, além da perda da prototipicidade enquanto *juntor*, conforme exemplos:

- (97) (...) depois não deu certo o casamento depois de... mais de vinte e cinco anos... separaram
 Doc.: mas durô(u) vinte e cinco anos ainda?
 Inf.: vinte e cinco anos ainda
 Doc.: até que durô(u) bastante ²[**então**] (...) (AC-080; NR; L101)

Essa construção indica não só conclusão, mas também uma *admiração* da documentadora, a partir da fala da informante. A posição final do item revela um “desgarramento” sintático, levando a uma interpretação de um juntor menos prototípico.

Em (98), abaixo, também observamos o ganho do traço de admiração. Além disso, em casos como esse, a propriedade juntiva observada para o *então* conclusivo, tanto frasal como textual, é perdida em parte. A junção é verificada mais no plano semântico-discursivo, e não no plano sintático, na medida em que o item faz ligação com outra situação discursiva – um artigo publicado anteriormente no jornal.

- (98) **Então**, o sr. Sarney, ou seja, a Fundação Sarney vai continuar recebendo dinheiro da Petrobrás... (21ESTADÃO, 04/09/2009)

Também vimos que, em alguns contextos, *então* tem funcionamento de um finalizador de uma interação, conforme exemplo abaixo:

- (99) (...) mas que futuro a gente vai dá(r)/ de deixá(r) pros nossos filhos... nossos netos?... a gente tem que:: pensar um po(u)quinho mais
Doc.: uhum ((concordando)) **então** tá certo H. (o)brigada pela sua disposição... e... é só (...) (AC-051; RO; L565)

Nesse exemplo, detectamos a diluição do valor conclusivo, mas ainda preserva esse traço, porém com novo objetivo: de finalização de uma interação. Além disso, *então* também tem diluído seu valor juntivo sintático- semântico prototípico.

É possível, portanto, sugerir que casos com perda de certos traços juntivos estejam em um estágio mais avançado de gramaticalização, podendo chegar a usos em que o item perde completamente os traços juntivos. Por isso, propomos uma rota de gramaticalização que segue a escala *juntor*>*não juntor*, a partir de indícios sincrônicos. Dado esse fato, esse *cline* é

apenas uma sugestão e pesquisas futuras podem confirmar a adequação ou não desse contínuo de mudança.

CAPÍTULO V

ENTÃO, TRADIÇÃO DISCURSIVA E TIPO TEXTUAL

1. Dados de escrita

1.1. Análise quantitativa

Os dados de escrita foram selecionados com base na Tradição Discursiva *carta*, que é um modelo particular de se escrever cartas, convencionalizado historicamente, que agrega modelos particulares de escrever cartas para diversos propósitos sociais. O *corpus* deste trabalho é composto das TDs (i) carta pessoal e (ii) carta de leitores e redatores de jornais e revistas. Nossa proposta é tratar essas modalidades com relação ao aspecto *tipologia textual*, principalmente, argumentação e narração. É preciso destacar que argumentatividade e narratividade podem ser tomadas como propriedades da linguagem que sempre estão presentes nos diversos textos. No entanto, em alguns textos uma ou outra pode ser mais saliente em função do propósito comunicativo e conseqüentemente dos arranjos de juntores empregados, conforme já explicitado no capítulo II.

A finalidade social de uma carta pessoal está relacionada ao estabelecimento de contato com amigos, parentes, a fim de contar sobre a vida, algum acontecimento, fazer um pedido, informar, etc. As cartas de leitores normalmente são escritas com a finalidade de levar ao jornal ou revista um elogio, crítica, comentário, reclamação, indignação, dentre outros. Dessa forma, hipotetizamos que as cartas pessoais favoreçam textos mais narrativos, enquanto as cartas de leitores favoreçam o tipo argumentativo. Entretanto, é possível encontrar textos argumentativos em cartas pessoais, quando o autor explica alguma ação tomada, por exemplo. No caso de cartas de jornais e revistas, também podemos perceber trechos narrativos, já que muitas vezes o autor se vale de uma narração como um argumento. Os trechos mais narrativos provavelmente levam ao uso de *então* anafórico e sequenciador, enquanto os trechos mais

argumentativos levam aos usos mais conclusivos. A relação entre TD, tipo textual e uso dos juntores é muito importante, pois, como já mencionado, segundo Kabatek (2006), a junção é um fenômeno significativo para delinear as Tradições Discursivas.

Partindo, então, do pressuposto de que é possível caracterizar diferenças de TDs quanto ao uso de determinados itens linguísticos, também intentamos verificar a correlação entre a TD carta e os diversos padrões semânticos de *então*. Para tanto, elaboramos 3 tabelas²⁷. Na tabela 7, correlacionamos a função semântica do juntor *então* com a modalidade de carta na qual essa função ocorre; na tabela 8, estão correlacionadas a função semântica e o tipo de texto; enquanto que, na tabela 9, temos o tipo de texto e modalidade de carta.

Tabela 7: correlação função semântica e modalidade de carta

Modalidade de carta		Carta pessoal	Carta de leitores e redatores	Total
Função				
Anafórico temporal	N %	6 30.0	4 9.5	10 16.1
Sequenciador temporal	N %	1 5,0	5 11.9	6 9.7
Conclusivo	N %	9 45.0	27 64.3	36 58.1
Ambíguo	N %	4 20.0	6 14.3	10 16.1
Total	N %	20 32.3	42 67.7	62 100

²⁷ As correlações apresentadas nas tabelas de 7 a 10 foram estabelecidas a partir do programa estatístico *Goldvarb*, por meio de análise unidimensional.

Tabela 8: correlação função semântica e tipo de texto

Tipo de texto		Argumentativo	Arg/Narrat.	Narrativo	Total
Função					
Anafórico	N %	2 6.7	1 9.1	7 33.3	10 16.1
Sequenciador	N %	0 0	0 0	6 28,6	6 9.7
Conclusivo	N %	25 83.3	6 54.5	5 23.8	36 58.1
Ambíguo	N %	3 10.0	4 36.4	3 14.1	10 16.1
Total	N %	30 48.4	11 17.7	21 33.9	62 100

Tabela 9: correlação tipo de texto e modalidade de carta

Tipo de texto		Argumentativo	Arg/narr.	Narrativo	Total
Modalidade de carta					
Pessoal	N %	5 16.7	7 63.6	11 52.4	20 32.3
Leitores e redatores	N %	25 83.3	4 36.4	10 47.6	42 67.7
Total	N %	30 48.4	11 17.7	21 33.9	62 100

A leitura das tabelas indica que o padrão conclusivo é muito significativo nos textos mais argumentativos, confirmando nossas expectativas. Nesses tipos de texto, os autores opinam sobre algum assunto e *então* é normalmente utilizado para dar uma orientação argumentativa de conclusão ao texto. Essa orientação pode ser dada de diferentes modos, já que o padrão conclusivo é heterogêneo e se manifesta diferentemente no *corpus*. Também como esperado, o uso sequenciador foi absoluto em contextos narrativos.

Esses resultados confirmam que o tipo argumentativo foi mais frequente em cartas de leitores e redatores, enquanto o tipo narrativo foi mais recorrente em cartas pessoais, conforme esperado. Contudo, a participação de narrações em cartas de leitores e redatores

também foi frequente, especialmente nas cartas do século XIX, pois, muitas vezes, o jornal era utilizado como um lugar para correspondências pessoais.

A partir das correlações apresentadas e da análise de cada uma das amostras que compõem o *corpus*, quanto à frequência dos padrões semânticos e do tipo textual, seguem, abaixo, alguns números e considerações para cada uma das amostras:

- (i) *Cartas de leitores e redatores* (século XIX) – nas 15 cartas em que há ocorrências de *então*, temos textos bastante heterogêneos, em que há muitas críticas, reivindicações, provocações, histórias, etc. Há, dessa forma, um predomínio de textos mais argumentativos, mas a narração também é significativa nessa amostra, usada algumas vezes como um meio para a argumentação. Essa amostra conta com 17 ocorrências de *então* nas suas diversas funções, mas com predomínio de funções conclusivas, mesmo que ambíguas.
- (ii) *VEJA século XX* – as funções observadas nessas cartas são comentários sobre artigos publicados na revista, por isso, encontramos críticas, esclarecimentos, opiniões a favor, contrárias, indignações. Assim, o tipo mais característico é o argumentativo. Das 6 cartas em que aparece *então*, apenas uma, referente a uma carta de editor, apresenta teor narrativo. Também predominam funções conclusivas.
- (iii) *VEJA século XXI (2009)* – características parecidas com as descritas acima. Das 8 cartas com *então*, 2 apresentam elementos mais típicos de narração. Uma dessas é uma carta de editor. A função predominante é conclusiva, em suas diferentes especificidades.

- (iv) *ESTADÃO* (só cartas de leitores) – também traz cartas que criticam, mostram indignação, ironizam, etc. Das 10 cartas com *então*, não encontramos cartas propriamente narrativas, mas dois casos em que os autores se utilizaram da narração com o objetivo comentar ou defender um ponto de vista. Predomínio de função conclusiva (6 das 10 ocorrências).
- (v) *Cartas ao Professor Fidelino* (século XX) – cartas pessoais endereçadas ao Professor Fidelino. Os remetentes eram amigos, alunos, parentes. De modo geral, nelas, os remetentes falam de fatos ocorridos, fazem pedidos, comentam sobre questões acadêmicas, fazem convites, agradecimentos, etc. Há quatro cartas com ocorrências de *então*, sendo 1 mais argumentativa e 3 mais narrativas. Das 5 ocorrências, apenas 1 é conclusiva, enquanto 2 são anafóricas e 2 são funções ambíguas.
- (vi) *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda* (século XX) – a finalidade das cartas é entrar em contato com seu amigo íntimo Murilo Miranda. Nelas, Mário de Andrade comenta sobre seus trabalhos, sua vida, faz pedidos, responde a pedidos. Das 8 cartas com ocorrências de *então*, há um equilíbrio entre textos mais argumentativos e mais narrativos. Contudo, o tipo argumentativo dessas cartas é um pouco diferente das cartas de leitores, isto é, as críticas, sugestões, opiniões possuem um tom distinto das cartas de jornais e revistas, possivelmente devido à intimidade entre os interlocutores e seus conhecimentos partilhados, o que não ocorre nas cartas de leitores. Com relação às funções semânticas, encontramos uma diversidade delas, como já mostrado, estando presentes usos conclusivos, sequenciais, anafóricos e um ambíguo.
- (vii) *Cartas a Washington Luís* (século XIX) – cartas de parentes endereçadas a Washington Luís, tendo como tema assuntos familiares e cotidianos, questões jurídicas

(alguns estudaram na Academia de Direito de São Paulo). Apenas três cartas com ocorrências de *então* foram encontradas. Uma delas é basicamente narrativa, em que o remetente conta sobre uma viagem, dá algumas explicações sobre uns documentos e conta algumas novidades (baixa do café). Nas outras duas, o tipo textual oscila entre argumentativo e narrativo, pois, ao mesmo tempo em que o escrevente conta alguns fatos, ele também os explica. As três ocorrências encontradas são conclusivas. *Então* é usado exatamente nos trechos em que os escreventes lançam explicações pelas ações praticadas.

(viii) *Cartas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (século XIX) – entre os assuntos abordados estão questões políticas, notícias de acontecimentos políticos, sociais e administrativos, cumprimentos, felicitações, pedidos de ordem particular, etc. Apesar de serem cartas pessoais, as questões da época e os assuntos levam a uma maior formalidade das cartas. Em apenas uma das cartas, muito longa, encontramos as três ocorrências de *então*, duas delas exercendo função anafórica e uma exercendo função ambígua entre o valor sequenciador e conclusivo. Interessante o fato de ser escasso o uso de *então* e também o fato de duas das funções usadas serem as mais básicas e concretas do item.

1.2. Análise qualitativa

De (100) a (106), apresentamos alguns exemplos de usos de *então* em textos narrativos e/ou argumentativos. Observe-se o exemplo (100):

(100) (...) Recebida *que* foi a Carta do *dito*, ou enxerido parra= | grapho, eu igoalmente dei resposta ambigua ao Policarpo, enaõ cessan= | do este dequerer saber aCerteza, instou=me aprocurace, efoi **entaõ** que | depois eu recebi a *Segunda* Carta de Francisco Hygino *datada* de 26 de *Janeiro* de 1791, | em*que* me dizia tinha mandado para a Franca *aminha* Carta a V. S.^a, eigoalmente, | *que* Como V. S.^a, Canaõ estava, isto he nessaCorte, naõ podia averigo= | ar nada enem com o Pedro (...) (19BNRJ, 19, 1801).

Esse exemplo foi retirado de uma carta pessoal longa, em que podemos encontrar vários tipos textuais, mas, esse trecho, particularmente, apresenta características mais narrativas, como verbos no passado (*dei, instou-me, recebi*) e o uso do item *depois* realizando sequenciação temporal. *Então* realiza função anafórica, pois se refere ao evento anterior mencionado (“instou-me a procurar, nessa ocasião...”).

Outros exemplos de carta pessoal também podem ser observados em (101), (102) e (103):

- (101) Recebi hoje tua prezada cartinha que res = pondo: Quando me pediste cylindros *para* phonographo, o meio que tinha era o Fiquer, **então** dei ordem que te mandasse alguns *para* escolher, dias depois o Brigue recebeu, ahi eu mesmo fui lá escolhi alguns, e dei ordem que te despachasse. (...) (19WL, 5, 1900)

Nesse caso, retirado de uma carta endereçada a Washington Luís, *então* desempenha função semântica conclusiva. Com relação ao tipo textual, podemos analisar como um trecho mais narrativo porque o escrevente conta alguns acontecimentos, o que pode ser comprovado por elementos contextuais como verbos no passado (*recebi, dei, recebeu, fui, etc.*). No entanto, o escrevente busca não só contar os eventos ocorridos, mas também explicá-los, o que traz certo teor argumentativo ao fragmento. Interessante notar que, apesar de a função semântica predominante ser a de conclusão, como mencionado, há preservação do valor sequenciador temporal do item, valor este que está em segundo plano, enquanto o valor conclusivo está em primeiro.

- (102) Há dias tive o prazer de jantar na casa da família Marques da Costa na bôa companhia de sua filha e seu genro. E **então** fiquei sabendo que o cientista também pode ser viticultor, que o Dr. Fidelino é de isso o exemplo e anda a cuidar muito dos enxertos das suas ampelídeas para ter umas uvas muito fresquinhas e gordas para os amigos do Brasil, quando aí chegarem (20PF, Coutinho, 53b, 1953)

O fragmento oferece elementos característicos de uma narração, pois um acontecimento ocorrido no passado está sendo contado. É uma carta de caráter particular, na

qual essa função, como mencionado, é bastante frequente. O item *então* apresenta função anafórica temporal, retomando a ocasião em que o escrevente da carta foi jantar na casa da família Marques. A seguir, oferecemos mais um exemplo:

- (103) (...) Faz dois domingos exatamente, saio de casa lá pelas vinte horas pensando em jantar, talvez encontrasse amigos no Franciscano. Mas nem bem desço do bonde na praça o Correio, quem que encontro? O meu barbeiro (...) Estava aliás numa boa bebedeira de sujeito honesto, casado, com cinco filhas, tudo mulher! (...) Depois peguei ele, tomei um automóvel, deixei-o na porta da casa. E a mulher (ela me contou hoje) ainda o recebeu com um ‘E ainda por cima gastou no automóvel!’ **Então** ele contou tudo ‘mas eu não acreditei. No outro dia tornei a perguntar, porque ele não mente para mim! e **então** eu vi que era verdade, ih! fiquei tão contente!’ Mas não vou descrever este ‘sacrifício’ à italiana (...) (20MA, p. 94, 1941)

Em (103), *então* aparece duas vezes; a primeira com função sequenciadora e a segunda, com função anafórica. Nesse fragmento, Mário de Andrade, com toda sua genialidade, conta a Murilo Miranda um episódio ocorrido quando encontrou o barbeiro do escritor na rua. Para tanto, o autor localiza o acontecimento no tempo e no espaço, utiliza verbos no passado e usa itens sequenciadores como *depois* e *então*, configurando um contexto narrativo.

Em (104) e (105), trazemos ocorrências de *então* em cartas de leitores e redatores:

- (104) *Senhor* Redactor. – Não se pôde ser auto- | ridade hoje em dia! Qualquer parvo | se julga apto para discutir todas as suas | medidas, embora avance proposições que, | proferidas na academia illustrada de São | Paulo, faria cahir por terra os bancos das | aulas. É o que acontece com o cor- | pondente que hontem estigmatisou a or- | dem do *Senhor* Cantinho, tendente a prohi- | bir o uso de assignalamentos na platéia. || Não merecia resposta o bolonio: tal- | vez não a entenda (...) Ha uma coisa, que se chama de 18 de | agosto de 1769 (vós não sabeis disto; | pois eu vos conto) a tal lei da boa razão, | diz que o uso deve ter *cem annos* para ter | força de lei. Porque não *pescasteis* isto | ahi com algum moço do 3.º anno? Isso | evitaria que viesseis tocar rabeca com ar- | co de taquara. || Pensasteis **então** que impunemente se | vai citando estas coisas, assim como se | decora a taboada? || Já vedes que vos espichasteis. Não | entendeis destas coisas, ouvisteis fallar | em uso que faz lei, e encaxasteis o axio- | ma juridico á martelo. (19CLR, 448, 1854)
- (105) (...) De repente estaca-se nessa carreira delirante: todos | os corpos soffrem uma commoção violenta: era uma | das locomotivas, que, desviando-se do trilho, rompeu | a terra por algum tempo com suas rodas e, ganhando | a beira do barranco, tombou n’um fosso de mais de 15 | pés de profundidade. || Uma nuvem de pó e fumo levantou-se aos ares nar- | rando a mil olhos que de varios pontos da cidade acom- | panhavão os carros uma desgraça quasi certa ! || Alguns passageiros são arrojados pelo impulso dos | mesmos carros, outros precipitão-se querendo evitar o | perigo, e todos cabem, sendo raros os que escapão sem | lesão. || A scena **então** tornou-se medonha (...) (19CLR, 476, 1865)

O contexto apresentado em (104) é altamente argumentativo, característico de uma carta escrita por um leitor de jornal. Nela, o escrevente faz uma crítica severa a um indivíduo, que, segundo o autor da carta, não possui nenhum conhecimento sobre leis e sua elaboração, por isso, ele argumenta que tal pessoa não deveria falar o que não sabe. *Então* desempenha função conclusiva.

O exemplo (105) foi retirado no mesmo *corpus*, mas, nesse caso, temos um trecho narrativo, no qual é contado um episódio trágico. Todavia, essa narração é seguida de uma crítica às autoridades e uma reivindicação, alegando que é preciso uma sindicância para apurar os fatos. A narração ocupou grande parte da carta, mas seu uso configura uma estratégia do autor da carta para apresentar seus argumentos. Interessante notar que *então* é ambíguo nessa carta, podendo ser interpretado como sequenciador ou conclusivo. Como sequenciador, *então* faz parte da progressão temporal do texto, ou seja, ele encadeia fatos ocorridos no tempo. Como conclusivo, pode-se pensar que o evento que *então* introduz (a cena tornou-se medonha) ocorreu por causa do evento anterior.

No exemplo (106), temos uma ocorrência retirada do jornal *O Estado de São Paulo*:

- (106) Fico surpreso com o lamento de leitores ex-petistas que descrevem sua frustração. Não leram a Carta aos Brasileiros, de 2002, antes mesmo de o PT governar? Se leram e não acreditaram, já deveriam saber que a linha programática do partido era claramente inviável operacionalmente. Se leram e acreditaram, jamais deveriam apoiá-la, votando em Lula. **Então**, se a direita brasileira é aquela tristeza, a esquerda é uma piada - de mau gosto (21ESTADÃO, 08/07/2009)

Essa carta apresenta contexto altamente argumentativo, na qual há a exposição de opiniões. O item *então*, com função conclusiva, é usado para introduzir um argumento do autor da carta.

1.2.1. Reflexões sobre a TD carta

Nesta seção, a partir da quantificação e descrição do *corpus*, apresentadas nas seções anteriores, nosso intuito é refletir a respeito dos aspectos principais da Tradição Discursiva *carta* em suas diferentes modalidades utilizadas como *corpus* para esta pesquisa.

A leitura de todas as tabelas aliada a uma análise das diferentes modalidades de cartas utilizadas nessa pesquisa permite sugerir que, quanto às cartas de leitores e redatores, por exemplo, o uso conclusivo é frequente nessa tradição dado o fato de os escreventes se valerem desse recurso para, normalmente, criticar, reclamar, mostrar indignação, trazer informações, elogiar, ou seja, expressar a opinião sobre um assunto. Assim, a maioria das cartas possui um alto teor argumentativo, o que explica, de certo modo, a grande quantidade de funções conclusivas.

Entretanto, é preciso salientar que esse modo de escrever cartas não é tão homogêneo assim, o que leva à ocorrência de outras funções, como podemos observar nas tabelas, além de diferentes tipos conclusivos, analisados anteriormente. Essas cartas, de um modo geral, veiculam uma linguagem mais formal, mas podemos encontrar usos mais interacionais e não tão típicos da enunciação escrita. Alguns desses usos podem ser os casos conclusivos que expressam uma admiração e alguns conclusivos em que há uma inferência por parte do escrevente da carta. Como citado, as funções dessa tradição são, geralmente, mostrar indignação e reclamar, dentre outras. Por isso, ao escrever a carta, o autor mostra-se envolvido com o assunto, além de não haver “regras” para escrever as cartas como há para os jornalistas na escrita dos artigos. Nas cartas, então, os autores têm mais liberdade para expressar suas opiniões.

Fato importante também é a diversidade de escreventes provenientes de diferentes localidades, níveis sociais, culturais, entre outros, o que proporciona, conseqüentemente, diversidade aos textos. Além disso, as pessoas que se deram ao trabalho de escrever para o jornal, de um modo geral, queriam expressar a opinião sobre algum fato ou problema, estando

muito envolvidas emocionalmente com o assunto (sentimento de revolta, indignação, por exemplo). Por isso, não é estranho termos encontrado várias funções conclusivas, não só justificando, mas compondo manobras argumentativas.

Nas cartas pessoais, também encontramos várias finalidades a que foram escritas: contar fatos ocorridos, explicar alguma situação, trazer uma informação, pedir por informação. Dado o grau de simetria entre os interlocutores, as cartas pessoais podem ser mais ou menos formais. No caso das cartas de Mário de Andrade, devido à intimidade entre ele e Murilo Miranda, há vários elementos típicos da oralidade, tais como o uso da palavra “si” em vez de “se”, “tou” por “estou”, dentre outras. É também preciso considerar questões do próprio autor, que, dado o contexto da época, prezava por uma linguagem mais informal. Já nas cartas ao professor Fidelino, há vários remetentes diferentes, por isso é comum encontrar cartas com um grau de formalidade maior, quando o autor é um aluno, por exemplo. Com relação às cartas do BNRJ, apesar de haver um grau de simetria entre os interlocutores, podemos depreender certa formalidade, possivelmente devido a questões da época.

2. Dados de fala

2.1. Análise quantitativa

Na composição do *corpus* do IBORUNA, as entrevistas privilegiaram cinco tipos textuais, a saber: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), descrição (DE), relato de procedimento (RP) e relato de opinião (RO). Há uma discussão se esses tipos mencionados são realmente tipos textuais ou gêneros. Levando em conta a diferenciação dada por Marcuschi (2008), acreditamos que teríamos cinco tipos textuais e não gêneros, porque eles estão muito mais relacionados com questões linguísticas e estruturais do que com aspectos comunicativos e funcionais. Na verdade, poderíamos considerar que o gênero (ou TD) seria *entrevista*, que apresenta características sociais e historicamente situadas.

Durante a entrevista, ao direcionar uma pergunta ou comentário para o tipo *narrativa de experiência pessoal*, por exemplo, o entrevistador estaria mais interessado em levar o informante à utilização de elementos linguísticos de uma narrativa como: verbos no passado, advérbios de tempo, pronomes de primeira pessoa, juntores sequenciadores, etc. Do mesmo modo, quando o documentador solicita do informante sua opinião sobre um assunto, este provavelmente irá utilizar elementos mais típicos de uma argumentação, como juntores de adversidade, de comparação, de conclusão, verbos como *crer*, *achar*, *pensar*, entre outros itens. Quanto aos outros tipos de texto, alguns dos elementos mais peculiares são: (i) narrativa recontada: verbos no passado, advérbios de tempo, pronomes de terceira pessoa, juntores sequenciadores; (ii) relato de procedimento: relacionado ao tipo *injunção*, como verbos no imperativo, juntores aditivos e sequenciadores; (iii) descrição: verbos de estado, adjetivos, etc.

Diante dessas considerações, destacamos que não pretendemos aqui finalizar a discussão sobre esses cinco tipos de relato do *corpus* do IBORUNA. Nosso intuito foi apenas apresentar uma abordagem que consideramos coerente para este trabalho. Na nossa visão, fundamentada em Marcuschi (2008), consideramos como tipos textuais. Porém, eles também podem ser considerados gêneros, a depender dos princípios teóricos adotados.

Sobre a composição do *corpus*, outro ponto a considerar é que, mesmo direcionando a entrevista para um desses cinco tipos textuais, eles não devem ser considerados “puros”, pois, nesse tipo de entrevista, na apresentação de uma narrativa recontada, por exemplo, o informante pode, em determinados momentos, introduzir sua opinião sobre os fatos ocorridos, o que leva à utilização de elementos característicos de um relato de opinião. Dessa maneira, um texto pode ser caracterizado como narrativa de experiência, relato de procedimento, relato de opinião, descrição e narrativa recontada pela questão de predominância.

A tabela 10 indica o número de ocorrências por padrão semântico de *então* quanto à sua distribuição nesses tipos textuais:

Tabela 10: correlação função semântica e tipo textual

Tipo textual		NE	NR	DE	RP	RO	Total
Função semântica							
Anafórico temporal	N %	3 75.0	0 0.0	0 0.0	0 0.0	1 25.0	4 1.0
Sequenciador temporal	N %	0 0.0	0 0.0	0 0.0	7 100.0	0 0.0	7 1.7
Conclusivo	N %	58 18.6	354 10.9	71 22.8	45 14.5	103 33.1	311 75.5
Sequenciador textual	N %	6 14.0	8 18.6	13 30.2	6 14.0	10 23.3	43 10.4
Ambíguo	N %	2 15.4	2 15.4	5 38.5	0 0.0	4 30.8	13 3.2
Retomador	N %	5 14.7	3 8.8	3 8.8	18 52.9	5 14.7	34 8.3
Total	N %	74 18.0	47 11.4	93 22.3	76 18.4	123 29.9	412 100.0

A partir dessas correlações, uma consideração importante diz respeito à frequência de *então* nos diferentes tipos. O item é recorrente em todas elas, com destaque para o relato de opinião. Essa informação tem relação com o número de ocorrências conclusivas, muito frequentes em todos os inquéritos analisados (311 ocorrências, no total). O uso conclusivo abarca diferentes manifestações, como expressão de consequência, conclusão, inferências, reformulações, etc. Isso faz com que esse uso seja recorrente em todos os tipos textuais: narrativa, descrição, injunção e argumentação. Ao narrar fatos sobre sua própria vida e sobre a vida de outras pessoas, o informante também explica acontecimentos, o que leva à utilização, principalmente, de *então* com sentido mais consecutivo. O mesmo ocorre ao dar instruções sobre uma tarefa. Também é muito comum, durante descrições, os informantes darem opiniões sobre os locais ou objetos descritos. No entanto, é no relato de opinião que *então* conclusivo tem maior expressão, pois, nele, o falante se utiliza, entre outras coisas, de estratégias argumentativas, favorecendo expressão de consequências, conclusões, inferências, etc.

O uso sequenciador temporal foi absoluto no relato de procedimento, que se caracteriza pela descrição de certo procedimento, como uma receita de cozinha, um determinado trabalho. Esse tipo de texto, então, favorece o aparecimento de *então* sequenciador temporal exatamente por indicar os passos em sequência para a execução de uma atividade.

Interessante notar a frequência do sequenciador textual, utilizado em todos os cinco tipos textuais analisados. O sequenciador textual tem a propriedade de sequencializar as informações do texto, trazer sequência ao discurso, sem veicular sentido conclusivo ou temporal com a porção anterior, o que explica sua ocorrência em todos os tipos.

Nosso intuito foi trazer contribuições quanto ao estudo das correlações entre *então* e os tipos textuais do IBORUNA, e também quanto às correlações entre TD, tipo textual e *então* nos dados de escrita. Todas as observações apresentadas podem ser aprofundadas em pesquisas futuras.

2.1. Análise qualitativa

Nosso intuito nesta seção é trazer exemplos de *então* a fim de focalizar as questões dos tipos textuais. Apresentamos, abaixo, dois exemplos de *então* em contexto de narrativa de experiência pessoal:

(107) eu:: acabei o colegial... e:: sempre tive vontade de fazê(r) faculdade porque convivi no meio de alunos... tinha muitas amizades porque eu trabalhava... com uma... uma parte da família... e um tio... tinha uma mercearia e eu trabalhava com ele no balcão... e conheci muitas pessoas ligadas... à:: faculdade... a estudos... de descobertas **então**... isso foi me:: me intimando... a querê(r) estudá(r)... porque até **então**... o mundo devido a/ ao sistema de criação... era muito pequeno... é::... pelo meu pai tinha parado de estudá(r) na oitava série... ele não me man/ não me manteu... no:: colegial...(AC-080; NE; L9; L10)

A primeira ocorrência de *então* tem função semântica conclusiva (teor mais consecutivo). A informante conta sobre sua vida de trabalho e estudo e explica o motivo de

seu interesse em estudar. Já na segunda ocorrência, a função semântica de *então* é anafórico temporal, em que o item sinaliza um fato no tempo, muito característico de narrativas.

No próximo exemplo, em (108), temos uma narrativa recontada. A função desempenhada por *então* é de sequenciação textual, em que a informante, com o uso de *então*, traz continuidade discursiva para a narrativa.

- (108) (...) uns quatro quatro quarte(i)rão pra ba(i)xo da casa dele mora uma repórter d'uma d'uma d'uma revista e:: esses tempos atrás acho que mês passado se eu num me engano ela fez uma reportagem... com ela... que ela é::... ela é loirinha e o cabelinho BEM cacheadinho... assim [Doc.: uhum ((concordando))] **então** ela fez reportagem chama Cachinhos Do(u)rados (...) (AC-078; NR; L135)

Observe-se o próximo trecho:

- (109) Inf.: e eu tive a felicidade de... de ter ido ne/ neste local... pra jantá(r) entendeu?... então eu nunca é um lugar fantástico me impressionô(u) muito pela... a localização::... pela:: alTUra... é:: esse Terraço Itália ele fica nu/ num prédio MAIS alto da América do Sul que é::... me parece que é quarenta e sete andares que tem esse prédio... e o Terraço Itália fica no quadragésimo terce(i)ro... inclusive esse prédio tem dois elevadores um até no no no trinta andar... e:: depois é o(u)tro elevador... (...) é eu eu fui em MUItto lugares na minha vida mas um dos locais que mais me impressionou na minha vida que eu::... eu sempre eu lembro... foi de tê(r) Ido tê(r) a felicidade um dia é:: de ter ido no Terraço Itália em São Paulo...(...) **então** é um lugar que me marcô(u) muito é um lugar MUItto bonito... é:: se se eu tivesse uma o(u)tra oportunidade... eu gostaria de de voltar lá e revê(r) o lugar (AC-141; DE; L78)

Em (109), há um trecho essencialmente descritivo. O informante descreve o Terraço Itália em São Paulo, local visitado por ele quando jovem. O informante decidiu descrever justamente esse local por tê-lo achado muito bonito e impressionante. Por esse motivo, ele não se limita a apenas descrever esse lugar, mas também emite juízos de valor sobre ele. O informante utiliza o juntor *então* para introduzir sua opinião, suas conclusões sobre o Terraço Itália.

Já no fragmento em (110), a função semântica que *então* desempenha é de sequenciador temporal, retirado de um relato de procedimento:

- (110) (...) e depois eu coloco alho... o alho aqui em casa a gente costuma usá(r) um alho pronto de potinho...eu coloco uma colher... de alho... quan::do... eu já terminei essa etapa... eu coloco o óleo... geralmente eu... cubro a panela de óleo num tem mui::to óleo não mas é só pra dá(r) aquela lambuzada na panela... e aí coloco no fogo..... quando eu coloco a panela no fogo é que eu vô(u) lavá(r) o arroz... e eu tam(b)ém num fico esfregando o arroz porque o arroz fica todo quebrado e fica ruim... **então** eu coloco ao arroz deba(i)xo da torne(i)ra... lavo o arroz pelo menos umas três vezes...(AC-088; RP; L46)
Doc.: ³[qué(r) dizê(r)] a famí::lia ⁴[tá completamente desestruturada]

Por fim, trazemos um trecho referente a um relato de opinião:

- (111) (...) aí cê começa a conversá(r) com ele vai vê(r) que os alunos é isso é aquilo dá trabalho num faz nada... responde mas cê vai vê(r)... a mãe tá pre::sa o pai tá pre::so o tio tá pre::so avós::... é num sei o que ³[é o(u)tro]
Inf.: ⁴[a família em si] tá desestruturada... éh a/ ali é assim... falo assim que às vezes a gente... qué(r) chamá(r) atenção a gente até chama mas depois a hora que eles vão embora tudo cê começa pará(r) e pensá(r) aca/ cê acaba fican(d)o com dó porque... que que idéia que eles têm de ⁵[família?] ⁵[Doc.: uhum ((concordando))... família tudo desestruturada eles vai respeitá(r) quem vai vim respeitá(r) na escola... [Doc.: uhum ((concordando))] que eles convive tão po(u)co num vai... **então** acho que assim o::... é:: como é que fala... a:: estrutura deles tam(b)ém é bem:: bem:: abalada (AC-078; RO; 286)

O tópico dessa conversa está relacionado com pobreza, violência e desestruturação das famílias. Nesse trecho especificamente, a informante trata do problema das escolas, alunos desinteressados, com pais na cadeia, usuários de drogas. Ela utiliza vários argumentos para demonstrar que alunos problemáticos normalmente têm pais problemáticos. Para introduzir essa conclusão, respaldada em tudo o que foi mencionado anteriormente, a informante se utiliza do elemento *então*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nosso objetivo foi descrever os usos juntivos de *então* à luz de propostas de junção, levando em conta traços sintáticos, semânticos, discursivos e pragmáticos.

A partir da análise das ocorrências de *então*, verificamos que esse juntor apresenta diversas funções semânticas e pragmáticas, bem como diferentes graus de hierarquia sintática. Assim, a análise revelou que *então* apresenta diferentes níveis de prototipicidade enquanto juntor. Certas funções desempenhadas por esse item são prototípicas quando articula sintática e semanticamente, tanto orações como partes textuais. Já outras funções são menos prototípicas, casos em que a junção desempenhada pelo item recai no plano semântico-discursivo, por exemplo.

Dessa forma, indícios sincrônicos sugerem que a não prototipicidade juntiva de *então* revela dois caminhos: (i) fonte da gramaticalização, como o caso de *então* anafórico que levou o item a assumir função de um juntor prototípico e (ii) alvo da gramaticalização, como casos de função de admiração, em que o item perde traços juntivos e passa a estabelecer junção no plano semântico-discursivo.

Dessa forma, nossa contribuição para o processo de gramaticalização de *então* diz respeito à proposta de duas escalas de mudança possíveis: *não junção* > *junção* e *junção* > *não junção*. No entanto, não conseguimos comprovar diacronicamente essa última escala. Fica, portanto, a sugestão para trabalhos futuros.

Além disso, também trouxemos novas contribuições sobre a mudança *tempo* > *conclusão* experimentada por *então*, destacando a importância dos contextos linguísticos que levaram a essa mudança de sentido.

Como um desdobramento de nossos objetivos, pudemos também refletir sobre o funcionamento de *então* nos tipos textuais da oralidade e na Tradição Discursiva *carta*.

Nos textos de fala, usos conclusivos são recorrentes em todos os tipos textuais, com destaque para o relato de opinião, pela sua característica veicular a opinião do falante. A função de sequenciar as informações no discurso faz com que o sequenciador textual seja recorrente em todos os tipos de relatos. Usos sequenciais são recorrentes no relato de procedimento, por assinalar a ordem de preparo de alguma tarefa.

Nos textos de escrita, com relação às cartas de leitores e redatores, os usos mais frequentes são os conclusivos, pois, pelas características dessas cartas de trazer à tona uma reclamação, indignação, opinião, crítica, elogio, os escreventes se utilizam de diferentes manobras argumentativas a fim de atingir seus objetivos, o que também explica alguns usos anafóricos e sequenciais, que aparecem, muitas vezes, em trechos narrativos. Nesse caso, a narração é utilizada como um argumento. Ao escreverem essas cartas para os jornais e revistas, os leitores estão muito envolvidos com o assunto sobre o qual tratam; assuntos que os tocaram de alguma forma, ou para elogiar, ou criticar. Dessa forma, os textos argumentativos são os de maior peso. Já nas cartas pessoais, há certo equilíbrio entre os textos mais argumentativos e narrativos, com ênfase para este último. O que encontramos nessas cartas foram relatos de fatos ocorridos, informações, bem como justificativa de ações tomadas, o que explica a quantidade de fragmentos mais argumentativos. As cartas pessoais oscilam entre maior ou menor formalidade, a depender do grau de intimidade entre os interlocutores. É importante ressaltar que, em casos de maior informalidade, encontramos alguns elementos típicos da oralidade. Portanto, este trabalho fornece elementos que confirmam a correlação entre Tradição Discursiva (TD) e junção, no sentido de que a TD condiciona o emprego de certos mecanismos de junção e, na direção contrária, os arranjos de junção ajudam a caracterizar a TD.

BIBLIOGRAFIA

ALCONCHEL, J. L. G. Tradiciones discursivas y gramaticalización del discurso referido em el *Rimado del Palacio* y las *Crónicas* del Canciller Ayala. In: KABATEK, J. (ed.) *Sintaxe histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 2008. p. 173-196.

ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1998.

ANDRADE, M. de. *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda (1934-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ANDRÉ, H. A. *Gramática Ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1982.

ARENA, A. B. *Multifuncionalidade e polissemia de então: um estudo panorâmico*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.

AZEREDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BARBOSA, A. G.; LOPES, C. R. S. (org) *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAPERJ, 2006.

BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BARROSO, P. H. de O. ; BATISTA, A. S. *Correspondência passiva do Professor Fidelino de Figueiredo - Excerto Paulista (século XX)*. Missivas originadas da cidade de São Paulo ou de cidades do interior do Estado. FFLCH/USP, 2007.

BLÜHDORN, H. Subordination, Coordination and Syntax, Semantics and Discourse. In: FABRICIUS-HANSEN, C; RAMM, W. *'Subordination' and 'Coordination' in Sentence and Text*. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, 2008. p. 59-85.

BUENO, F. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.

BYBEE, J. Mechanisms of Change in Grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602- 623.

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. Companhia Editora Nacional, 1985.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DANTAS, G. F.; LOURENÇO, M. A.; FRANÇA, P. S. A relevância da semântica nos estudos da análise sintática de orações subordinadas adverbiais: desvios sintático-semânticos. *CIFEFIL*, Rio de Janeiro, Cadernos do CNLF, v. XI, n.11, p. 32-43, 2008.

DIEWALD, G. A Model for Relevant Types of Contexts in Grammaticalization. In: WISCHER, I. (ed) *New Reflections on Grammaticalization*. Philadelphia, PA, USA: John Benjamins Publishing Company, 2002. p. 103-120.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1985.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1967.

GONÇALVES, S. C. L. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista): questões teóricas e metodológicas sobre a constituição de um banco de dados de língua falada. In: TAGNIN, E.; VALE, O. A. (Org.). *Avanços da Linguística de Corpus no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Humanitas, 2008, v. 1, p. 217-245.

GONÇALVES, S. C. L. et al. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUERRA, A. R. *Funções textual-interativas dos marcadores discursivos*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2007.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

HALLIDAY, M. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, B. et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B. On the Role of Context in Grammaticalization. In: WISHER, I. (ed.) *New Reflections on Grammaticalization*. PA, USA: Johns Benjamins, 2002, p. 83-99.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEF, B. D.; JANDA, R. *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing. 2003. p. 575-601.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *The Genesis of Grammar: a reconstruction*. Studies in the evolution of language. New York: Oxford University Press, 2007.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *World Lexicon of Grammaticalization*. West Nyack, NY, USA: Cambridge University Press, 2002.

HIRATA-VALLE, F. B. M. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. *Alfa*, São Paulo, n. 52, v.1, p. 167-177, 2008.

HOPPER, P. On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to Grammaticalization. Vol.1: Focus on Theoretical and Methodological Issues*. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, 1991. p. 17-35.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ILARI, R. As conjunções. In: ILARI, R.; NEVES, M.H.M. (org.) *Gramática do português falado culto no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Vol 2. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 809-860.

JUBRAN, C. C. A. S. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, A. T. (Org.). *Gramática do português falado*. Vol. 3. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1993. p. 61-74

JUBRAN, C. C. A. S. A perspectiva textual-interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S. e KOCH, I. G. V. (org). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 2006a. p. 27-36.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S. e KOCH, I. G. V. (org). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 2006b. p. 89-132.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística em la España medieval. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*. v. 27, 2004. p. 249-261.

KABATEK, J. Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. *Iberoromania*. v. 62, p. 28-43, 2005.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T; RIBIERO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (org) *Para a história do português brasileiro*. Salvador, EDUFBA, tomo II, 2006.

KOCH, I. V. G. *A coesão textual*. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, I. V. G. *Argumentação e linguagem*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. *Gramaticalização da perífrase conjuncional só que*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.

LOPES A. C. M.; PEZATTI, E. G.; NOVAES, N. B. As construções com *portanto* no português europeu e no português brasileiro. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 203-218, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Trad. Freda Indersky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES, D. A coordenação e a subordinação nas perspectivas tradicional e funcionalista: confrontos. *Revista Gatilho (online)*, v. 4, p. 1-12, 2006. Disponível em www.gatilho.ufjf.br/debora_marques.pdf. Acesso em 01/12/2009.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. O paradigma da gramaticalização. In: ___(org) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 24-40.

MARTELOTTA, M. E.; SILVA, L. R. Gramaticalização de *então*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE S. J.; CEZARIO, M. M. (org). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 221-235.

MÓDOLO, M. *Correlacionando orações na língua portuguesa*. Museu da Língua Portuguesa. Disponível em: www.poesis.org.br/files/mlp/texto-6.pdf. Acesso em: 13/10/2009.

MONTOLIO, E. On Affirmative and Negative Complex Conditional Connective. In: COUPER-KUHLEN, E; KORTMANN, B. (ed.) *Cause-Conditions-Concession-Contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*. Mouton de Gruyter: Berlin, New York, 2000. p. 143-233.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M. Os advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo) In: ILARI et al. (org) *Gramática do português falado*. Vol. II. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 263-296.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PANTE, M. R.; HINTZE, A. C. J. Notas sobre o item *então* nas cantigas de amigo Galego-Portuguesas (séculos XII, XIII e XIV). *CIFEFIL*, Rio de Janeiro, Cadernos do CNLF, v. XI, n.5, p. 79-87, 2008.

PESSOA, M. B. Da carta a outros gêneros textuais. In: CALOU, D.; DUARTE, M. E. L. (org). *Para a história do português brasileiro*. Vol. IV. UFRJ/LETRAS, Rio de Janeiro, 2002. p. 197-205.

PEZATTI, E.G. O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção? *DELTA*, v. 17, n. 1, p. 81-95, 2001.

PEZATTI, E. G.; BECHARA E. N. O marcador discursivo de conclusão *então* no português brasileiro falado. *LUSORAMA*, v. 71-72, p. 207-216, 2007.

- QUIRK, R. et al. *A Grammar of Contemporary English*. London: Longman, 1972.
- RAIBLE, W. Linking Clauses. In: HASPELMATH et al. (eds) *Language Typology and Language Universals – an International Handbook*. Berlin, New York: De Gruyter, 2001. p. 590-617.
- RISSO, M. S. O articulador discursivo *então*. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (org). *Gramática do português falado*. Vol.IV. Campinas: UNICAMP/ FAPESP, 1996. p. 423-451.
- RISSO, M. S. et al. Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S. & KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Vol. I. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 448-496.
- RISSO, M. S. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org) *Gramática do português falado*. Vol. VI. Campinas, Editora da Unicamp, São Paulo: FAPESP, 1996. p. 21-94
- RODRIGUES, F. C. D. *Padrões de uso e gramaticalização de agora e então*. Vol. 1. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Niterói, 2009.
- SANTOS, E. C. M. O articulador *então* em construções consecutivas no PB falado. *CIFEFIL*, Rio de Janeiro, Cadernos do CNLF, v. XI, n.12, p. 104-113, 2008.
- SAPATA, A. C. O articulador discursivo *então* e suas várias funções no texto escrito do Brasil. *Sínteses - Revista dos Cursos de Pós-Graduação*, v. 11, p. 475-489, 2006.
- SIMOES, J. S.; KEWITZ, V. (org) *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2006a.
- SIMÕES, J. S.; KEWITZ, V. Traços linguístico-discursivos em *corpora* do Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos XXXV*, p. 1018- 1027, 2006b.
- TAVARES, M. A. *Um estudo variacionista de aí, daí, então e e como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1999.
- TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, daí, aí e então: estratificação /variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2003.
- TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The Semantics-pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E. C. ; HEINE, B. (eds.). *Approaches to Grammaticalization. Vol.1: Focus on Theoretical and Methodological Issues*. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, 1991. p. 189-218.
- TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to Grammaticalization: Focus on Theoretical and Methodological Issues*. Vol.1. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, 1991.